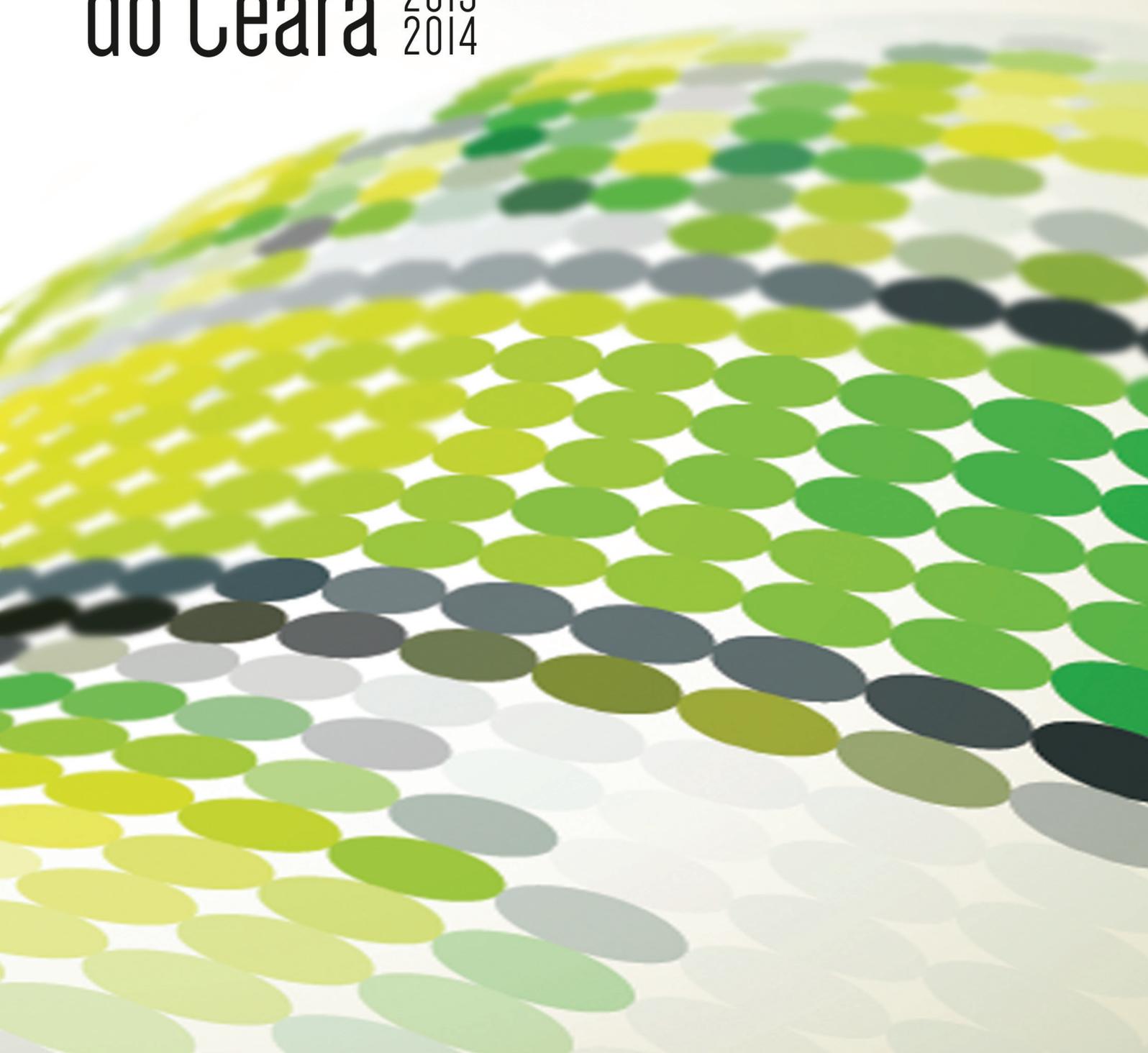




 **Censo**
Penitenciário
do Ceará 2013
2014



CENSO PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Sobre os Coordenadores

Celina Amália Ramalho Galvão Lima

Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas (1985), mestrado em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (1997) e doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (2003). Atualmente é Professora Associada da UFC e Coordenadora Acadêmica, pesquisadora e Vice Coordenadora do Laboratório de Estudos da Violência (LEV). Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia do Conhecimento, atuando principalmente nos seguintes temas: violência, segurança pública, sistema penitenciário, ressocialização e estigma.

Walberto Silva dos Santos

Doutor em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba, com estágio-sanduíche na Universidade de Santiago de Compostela, Espanha. Atualmente, é Professor Adjunto III da Universidade Federal do Ceará. Fundador e Coordenador do Laboratório Cearense de Psicometria (LACEP), tem experiência na área de Psicologia, com interesses voltados para a Psicologia Social e a Construção e Validação de Testes, Escalas e outras Medidas Psicológicas, atuando principalmente em pesquisas acerca dos seguintes temas: comportamentos socialmente desviantes, criminologia, valores humanos e avaliação psicológica.

Cássio Adriano Braz de Aquino

Graduado em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (1989) e em Administração pela Universidade de Fortaleza (1986), Suficiência Investigadora em Psicologia Social - Universidad Complutense de Madrid (2000), mestre em Administração pela Universidade Federal da Paraíba (1994) e doutor em Psicologia Social - Universidad Complutense de Madrid (2003). Estágio Pós-doutoral na Universidad Complutense de Madrid (2009). Atualmente é Professor Associado e Coordenador Acadêmico e Vice-Diretor do Centro de Humanidades da UFC. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia do Trabalho e Organizacional, atuando principalmente nos seguintes temas: trabalho, precarização laboral, psicologia social do trabalho, psicologia do trabalho e subjetividade, ócio e temporalidade.

Um Novo Paradigma

Desde que assumimos a Secretaria da Justiça e Cidadania, buscamos trabalhar o sistema penitenciário em duas vertentes complementares: a segurança penitenciária e a reinserção social de presos e egressos. A criação da CISPE - Coordenadoria de Inclusão Social do Preso e do Egresso, com a missão de preparar o interno para o retorno à sociedade e de buscar oportunidades para o recém-saído, para voltar ao convívio social com outra perspectiva de vida, reescrevendo sua própria história, foi um passo importante: sem a possibilidade de devolver à sociedade um ser humano melhor, a execução penal é inócua e ineficiente.

Como realmente efetivar esse objetivo tão necessário, complexo e difícil sem os dados técnicos e científicos que pudessem embasar essas políticas reais de inclusão social? As análises estavam sempre baseadas em informações processuais ou de identificação, objetivas e indolores, desconsiderando o ser humano atrás do número, sua condição de sujeito social, que tem história própria, seus anseios, angústias, família, seus contextos pessoais e sociais, e que raramente é ouvido. E esse “detalhe” é sentido na dificuldade da prática concreta cotidiana: sem conhecer a complexa realidade prisional, por mais bem intencionada que seja, a política pública, pode ter sua eficácia comprometida. O diagnóstico não garante a cura, mas sem ele ela é praticamente impossível, sem esse “detalhe”, a reinserção social mais se aproxima de mito ou sonho. Para fazer de verdade, é preciso conhecer, para que possa planejar, enfrentar e superar. Para a construção de políticas públicas mais efetivas e que refletissem não apenas na reinserção dessas pessoas, mas também na prevenção da violência e da criminalidade, era imprescindível superar a carência de dados sobre os elementos psicossociais. São informações que podem repercutir nos mais variados setores sociais.

Da necessidade concreta de conhecer o perfil do preso do Ceará, saber quem ele é, de onde ele veio, quais eram - e se tinha - suas expectativas profissionais antes de se tornar encarcerado, compreender o ciclo da violência e, a partir daí, elaborar políticas públicas embasadas nessa realidade que o Estado brasileiro não pode negar e a sociedade precisa conhecer, nasceu este Censo Penitenciário. E nada mais eficaz

do que esse diagnóstico ocorrer pelo olhar independente e crítico da Academia. O seu pioneirismo, portanto, reside na abertura do sistema penitenciário para o olhar astuto e propositivo da universidade, que entrou em todas as unidades prisionais do Estado e entrevistou os ali recolhidos, um a um, com total autonomia de trabalho, produzindo um retrato do preso com base nele mesmo, pois o material foi todo constituído com as respostas extraídas dessas entrevistas.

Os dados levantados possibilitarão uma análise mais aprofundada sobre a identidade psicossocioeconômica dos presos do Estado do Ceará, sendo relevante para o conhecimento dos fatores reais da criminalidade que preponderaram, embasando ações eficazes para combatê-los. A Academia e o Poder Público terão em mão farto material para aprofundamento de pesquisas e estudos sobre a violência, suas causas e efeitos, bem como, sobretudo, para a sua prevenção e seu combate.

A união do Poder Público e da Academia para a consecução desse objetivo revela a importância da conjunção de esforços de todos os setores da sociedade para viabilizar soluções para os problemas que circundam o sistema penitenciário. A pesquisa mostrou a intersetorialidade de causas e efeitos da criminalidade e do encarceramento, e reforçou a compreensão de que a solução para esse problema complexo passa pelo esforço de todos, estejam no espaço público ou privado.

Estamos certas de que este trabalho representará um divisor de águas na realização de soluções para a violência e a criminalidade do nosso Estado, contribuindo sobremaneira para a formação de uma sociedade mais pacífica, livre e feliz.

Mariana Lobo

Secretária da Justiça e Cidadania do Estado do Ceará.

CENSO PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Cid Ferreira Gomes

Governador do Estado

SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA

Mariana Lobo Botelho Albuquerque

Secretária

Paulo Roberto Bentes Vasconcelos

Secretário Adjunto

Sabrine Gondim Lima

Secretária Executiva

Socorro Matias

Coordenadora do Sistema Penitenciário

Patrícia de Sá Leitão e Leão

Carmem Lúcia Marques

Assessoras Especiais

FUNDAÇÃO CEARENSE DE PESQUISA E CULTURA

Francisco Antônio Guimarães

Presidente

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

Jesualdo Pereira Farias

Reitor

Henry de Holanda Campos

Vice-reitor



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Justiça e Cidadania

CENSO PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Celina Amália Ramalho Galvão Lima

Walberto Silva dos Santos

Cássio Adriano Braz de Aquino

Fortaleza, 2014

A reprodução do todo ou parte deste documento é permitida somente com a autorização prévia e oficial dos coordenadores.

Disponível em:

<http://www.sejus.ce.gov.br>

Tiragem desta edição:

400 exemplares

Impresso no Brasil

CRÉDITOS

Coordenadores:

Celina Amália Ramalho Galvão Lima, Walberto Silva dos Santos,
Cássio Adriano Braz de Aquino.

Equipe Técnica:

Alex Sandro de Moura Grangeiro, Damião de Almeida Soares Segundo,
Guilherme Sobreira Lopes.

Responsáveis técnicos da SEJUS:

Maria Juruena de Moura, Patrícia de Sá Leitão e Leão.

Assessoria de Comunicação:

Bianca Felippsen.

Diagramação:

Propeg Comunicação.

Capa:

Thiago Franklin.

Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado do Ceará

Rua Tenente Benévolo, 1055 – Meireles

CEP: 60160-040 Fortaleza-Ce

Tel.: (85) 3101.2842.

Facebook/SejusCeara

www.sejus.ce.gov.br

AGRADECIMENTOS

Aos gestores da Secretaria da Justiça e Cidadania do Ceará, que abriram as portas do sistema carcerário estadual para que realizássemos esta pesquisa.

A todos os homens e mulheres presos que responderam a esta pesquisa, porque acreditaram na lisura deste trabalho e cooperaram de forma inestimável, porque acreditaram que teriam voz.

Aos familiares dos detentos que incentivavam seus entes queridos a participarem da coleta de dados.

A Doutora Patrícia Sá Leitão, por tão importante apoio nas diversas etapas deste trabalho.

A Doutora Juruena Moura, incansável na busca de soluções para os problemas que surgiam no cotidiano da pesquisa.

A Coordenadora da COSIPE, Socorro Matias, sempre solícita aos nossos pleitos, porque não mediu esforços para colaborar conosco.

Aos agentes penitenciários que estiveram ao nosso lado a cada dia, tornando possível nosso contato com a população carcerária.

Aos policiais militares, sempre dispostos a cooperar.

Aos estudantes pesquisadores que, entusiasticamente, participaram da coleta de dados.

A toda a Equipe Técnica que, com a devida competência facilitou sobremaneira este trabalho.

A Carlos Alberto Santa Rosa, pelo empenho imprescindível para a realização da pesquisa.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	21
2. NOTA TÉCNICA.....	25
4.1 Idade e gênero.....	30
4.2 Naturalidade e residência.....	30
4.2.1 Nacionalidade.....	31
4.2.2 Naturalidade (UF).....	31
4.2.3 Cidade e bairro de moradia antes de ser preso.....	32
4.3 Religião.....	45
4.4 Estado civil.....	46
4.5 Orientação sexual.....	47
4.6 Cor da pele.....	48
5.1 Situação prisional dos detentos.....	49
5.2 Motivos das detenções.....	50
5.3 Acesso a advogado e Defensoria.....	61
5.4 Reentradas, transferências e ato infracional.....	63
5.4.1 Transferências.....	63
5.4.2 Reentradas.....	64
5.4.3 Punição por ato infracional.....	68
5.4.4 Idade quando praticou delito e foi preso pela primeira vez.....	68
5.5 Tempo de permanência no sistema prisional.....	69
6. PERFIS EDUCACIONAL E LABORAL.....	72
6.1 Escolaridade.....	72
6.1.1 Nível de escolaridade.....	72
6.1.2 Tipos de escola.....	78
6.1.3 Estudos e formação complementar dentro da UP.....	79
6.2 Situação laboral.....	81
6.2.1 Trabalhos formais e informais.....	81
6.2.2 Atividades de trabalho dentro da Unidade Prisional.....	83
6.2.3 Planos de trabalho após a saída do sistema carcerário.....	86
6.2.4 Situação laboral antes de ser preso.....	87
7. ESTRUTURA FAMILIAR.....	89
7.1 Renda familiar atual.....	89
7.2 Estrutura familiar.....	92
7.2.1 Pessoas com quem morava antes de ser preso.....	92
7.2.2 Número de Filhos.....	93
7.3 A mulher e sua relação com os filhos.....	94

8. VIVÊNCIAS NO SISTEMA CARCERÁRIO.....	97
8.1 Visitas.....	97
8.1.1 Frequência de visitas.....	97
8.1.2 Visitas íntimas.....	99
8.1.3 Número de presos por cela.....	102
8.1.4 Violência na Unidade Prisional.....	103
9. INDICADORES DE SAÚDE FÍSICA E MENTAL.....	106
9.1 Doenças diversas.....	106
9.2 Doenças crônicas.....	107
9.3 Doenças sexualmente transmissíveis (DSTs).....	108
9.4 Transtornos mentais/psicológicos.....	112
9.5 Deficiências.....	113
9.6 Atendimento médico e uso de medicamentos.....	114
9.7 Consumo de drogas.....	120
9.7.1 Familiar que usa drogas.....	120
9.7.2 Consumo de drogas antes e durante a prisão.....	121
9.8 Questões específicas sobre HGSPPOL e IPGSG.....	134
11. PERFIL DO ENCARCERADO NO ESTADO DO CEARÁ.....	137
ANEXOS.....	141

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Presos por macrorregião, tipo de unidade e gênero.....	28
Tabela 2. Distribuição dos detentos por unidade prisional.....	29
Tabela 3. Faixa etária dos detentos.....	30
Tabela 4. Distribuição dos detentos por nacionalidade.....	31
Tabela 5. Distribuição dos detentos por naturalidade – UF.....	31
Tabela 6. Macrorregião de residência antes de ser preso.....	33
Tabela 7. Distribuição dos detentos por regionais e cidades da grande Fortaleza.....	40
Tabela 8. Religião dos recolhidos.....	46
Tabela 9. Religião dos detentos por macrorregião do Estado.....	46
Tabela 10. Estado civil dos detentos.....	47
Tabela 11. Distribuição de estado civil por macrorregião do Estado.....	47
Tabela 12. Distribuição dos detentos por gênero e orientação sexual.....	48
Tabela 13. Cor da pele informada pelos detentos.....	48
Tabela 14. Distribuição dos detentos em função da cor da pele e da macrorregião do Estado.....	48
Tabela 15. Distribuição dos detentos por gênero e situação prisional.....	49
Tabela 16. Distribuição de situação prisional por região do Estado.....	49
Tabela 17. Número de crimes por categoria que o detento responde.....	52
Tabela 18. Quantidade de tipos penais.....	54
Tabela 19. Quantidade de crimes por tipo penal.....	54
Tabela 20. Tipificação penal por macrorregião.....	55
Tabela 21. Tipificação penal e regional de residência antes de ser preso.....	56
Tabela 22. Assistência jurídica em função do gênero do recolhido.....	61
Tabela 23. Assistência jurídica por macrorregião do Estado.....	61
Tabela 24. Frequência de encontro com defensor no último ano.....	62
Tabela 25. Frequência de encontro com defensor no último ano por macrorregião do Estado.....	63
Tabela 26. Número de transferências de unidade.....	63
Tabela 27. Distribuição de números de transferência por macrorregião do Estado.....	64
Tabela 28. Número de reentradas por presos.....	64
Tabela 29. Número de reentradas de apenados e provisórios.....	65
Tabela 30. Número de reentradas de provisórios em função do tempo de prisão.....	66
Tabela 31. Número de crimes de provisórios em função do tempo de prisão.....	66
Tabela 32. Distribuição de números de reentradas por macrorregião do Estado.....	67
Tabela 33. Ato infracional durante a adolescência.....	68
Tabela 34. Distribuição de números de punições por ato infracional por macrorregião do Estado.....	68
Tabela 35. Idade quando praticou o primeiro delito.....	69
Tabela 36. Idade em que foi preso pela primeira vez.....	69
Tabela 37. Tempo total no sistema penitenciário.....	70
Tabela 38. Tempo total de sistema penitenciário e frequência de visita.....	70
Tabela 39. Tempo total no sistema penitenciário e atividade de trabalho no presídio.....	71
Tabela 40. Tempo total no sistema penitenciário e formação complementar (Profissionalizante).....	71
Tabela 41. Distribuição dos detentos por gênero e situação escolar.....	72
Tabela 42. Situação escolar dos apenados e provisórios.....	73
Tabela 43. Distribuição dos detentos por gênero e nível de escolaridade.....	73
Tabela 44. Distribuição de escolaridade por macrorregião do Estado.....	74
Tabela 45. Escolaridade distribuída por regional.....	74

Tabela 46.	Principais motivos para evasão escolar no período do Ensino Médio.....	76
Tabela 47.	Nível de escolaridade do pai e da mãe.....	76
Tabela 48.	Cruzamento entre situação laboral antes de ser preso e escolaridade.....	77
Tabela 49.	Formação complementar durante da prisão.....	77
Tabela 50.	Escolaridade e renda familiar.....	78
Tabela 51.	Distribuição dos detentos por gênero e tipo de escola.....	78
Tabela 52.	Distribuição do tipo de escola por macrorregião do Estado.....	79
Tabela 53.	Distribuição dos detentos por gênero e formação complementar em Ensino Fundamental na unidade prisional.....	79
Tabela 54.	Distribuição dos detentos por gênero e formação complementar em curso profissionalizante na unidade prisional.....	80
Tabela 55.	Distribuição de estudos dentro da prisão por macrorregião do Estado.....	80
Tabela 56.	Distribuição dos detentos por gênero e atividade laboral.....	82
Tabela 57.	Distribuição de trabalho formal ou informal dos detentos por macrorregião do Estado.....	82
Tabela 58.	Atividade laboral antes da prisão e nível de escolaridade.....	83
Tabela 59.	Distribuição dos detentos por gênero e realização de trabalho no presídio.....	84
Tabela 60.	Distribuição de atividade de trabalho no presídio por macrorregião do Estado.....	84
Tabela 61.	Atividade laboral nas unidades prisionais da macrorregião metropolitana.....	85
Tabela 62.	Formação complementar - ensino fundamental no presídio.....	85
Tabela 63.	Atividade laboral anterior e durante a prisão.....	85
Tabela 64.	Distribuição dos detentos por gênero e pretensão laboral.....	86
Tabela 65.	Perspectiva em relação ao trabalho ao sair da prisão por macrorregião do Estado.....	86
Tabela 66.	Formação complementar durante a prisão e pretensão de trabalho ao sair.....	87
Tabela 67.	Atividade laboral durante a prisão e pretensão de trabalho ao sair.....	87
Tabela 68.	Distribuição dos detentos por situação laboral no momento da prisão.....	88
Tabela 69.	Número de presos que trabalhavam antes da detenção por macrorregião do Estado.....	88
Tabela 70.	Trabalho formal ou informal e atividade laboral antes da prisão.....	88
Tabela 71.	Distribuição dos detentos por gênero e renda familiar atual.....	90
Tabela 72.	Distribuição por renda mensal familiar por macrorregião.....	90
Tabela 73.	Renda mensal em função da cor da pele.....	91
Tabela 74.	Renda mensal e quantidade de filhos.....	91
Tabela 75.	Renda mensal e atividade no presídio.....	91
Tabela 76.	Renda mensal e com quem morava antes da prisão.....	92
Tabela 77.	Pessoas com quem morava antes de ser preso.....	92
Tabela 78.	Responsável na infância e adolescência.....	93
Tabela 79.	Parentes em cumprimento de pena.....	93
Tabela 80.	Distribuição dos detentos por gênero e quantidade de filhos.....	93
Tabela 81.	Distribuição de filhos de detentos por macrorregião do Estado.....	94
Tabela 82.	Frequência de visitas recebidas pelo detento.....	98
Tabela 83.	Frequência de visitas recebidas pelo detento em função do gênero.....	98
Tabela 84.	Visitas do companheiro(a) em função do número de filhos.....	99
Tabela 85.	Visitas da mãe em função do número de filhos.....	99
Tabela 86.	Distribuição dos detentos por gênero e recebimento de visita íntima.....	100
Tabela 87.	Frequência de visita íntima por macrorregião do Estado.....	100

Tabela 88. Gênero do visitante na visita íntima de mulheres por macrorregião.....	101
Tabela 89. Gênero do visitante na visita íntima de homens por região.....	101
Tabela 90. Distribuição dos detentos por gênero e preferência de gênero na visita íntima.....	102
Tabela 91. Número de presos que divide a cela.....	103
Tabela 92. Número de presos que divide a cela nas macrorregiões do Estado.....	103
Tabela 93. Distribuição dos detentos por gênero e violência sofrida no presídio...	104
Tabela 94. Distribuição de tipo de violência no presídio por macrorregião do Estado..	104
Tabela 95. Distribuição dos detentos que contraíram doenças na prisão.....	106
Tabela 96. Distribuição dos detentos que contraíram doenças na prisão por macrorregião do Estado.....	107
Tabela 97. Distribuição por doenças crônicas.....	107
Tabela 98. Faixa etária e doença crônica em função da idade.....	108
Tabela 99. Número de detentos por cela e incidência de doença crônica.....	108
Tabela 100. Gênero e DST's.....	109
Tabela 101. Distribuição de doença sexualmente transmissível por macrorregião do Estado.....	109
Tabela 102. Doenças sexualmente transmissíveis em função do número de detentos por cela.....	110
Tabela 103. Frequência de visitas íntimas e DST.....	110
Tabela 104. Distribuição de DST's em função da faixa etária.....	111
Tabela 105. Distribuição de DST's em função do nível de escolaridade.....	111
Tabela 106. Distribuição por transtorno mental/psicológico.....	112
Tabela 107. Distribuição de transtorno mental/psicológico por macrorregião do Estado.....	112
Tabela 108. Saúde mental e acesso ao serviço de saúde.....	113
Tabela 109. Gênero e deficiência física.....	113
Tabela 110. Deficiência por macrorregião do Estado.....	114
Tabela 111. Frequência de acesso ao serviço de saúde do presídio.....	114
Tabela 112. Gênero e números de atendimento médico emergencial.....	115
Tabela 113. Frequência de acesso ao serviço de saúde do presídio.....	115
Tabela 114. Acesso ao serviço de saúde da unidade prisional por macrorregião do Estado.....	115
Tabela 115. Gênero e uso regular de medicamento.....	116
Tabela 116. Uso regular de medicamento por macrorregião do Estado.....	116
Tabela 117. Gênero e tratamento de saúde mental.....	117
Tabela 118. Tratamento de saúde mental por macrorregião do Estado.....	117
Tabela 119. Uso regular de medicamentos e tratamento de saúde mental.....	118
Tabela 120. Faixa etária e tratamento de saúde mental.....	118
Tabela 121. Doenças na prisão e atendimento emergencial.....	119
Tabela 122. Doença no presídio e acesso à saúde.....	119
Tabela 123. Distribuição por familiar em uso de drogas.....	120
Tabela 124. Distribuição de uso de drogas por familiar por macrorregião do Estado.....	120
Tabela 125. Consumo de drogas antes da prisão.....	121
Tabela 126. Consumo de drogas antes da prisão por homens.....	121
Tabela 127. Consumo de drogas antes da prisão por mulheres.....	122
Tabela 128. Consumo de drogas dentro da prisão.....	122
Tabela 129. Consumo de drogas dentro da prisão por homens.....	123
Tabela 130. Consumo de drogas dentro da prisão por mulheres.....	123

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Percentual de presos por macrorregião.....	33
Figura 2. Distribuição de cidades de origem (região metropolitana).....	34
Figura 3. Distribuição de cidades de origem (litoral oeste).....	35
Figura 4. Distribuição de cidades de origem (sobral ibiapaba).....	36
Figura 5. Distribuição de cidades de origem (sertão dos inhamuns).....	36
Figura 6. Distribuição de cidades de origem (sertão central).....	37
Figura 7. Distribuição de cidades de origem (serra de baturité).....	37
Figura 8. Distribuição de cidades de origem (litoral leste / jaguaribe).....	38
Figura 9. Distribuição de cidades de origem (cariri / centro sul).....	39
Figura 10. Número de presos em função do gênero e bairro de origem antes de ser preso.....	40
Figura 11. Número de presos em função do gênero e bairro de origem antes de ser preso.....	41
Figura 12. Número de presos em função do gênero e bairro de origem antes de ser preso.....	42
Figura 13. Número de presos em função do gênero e bairro de origem antes de ser preso.....	42
Figura 14. Número de presos em função do gênero e bairro de origem antes de ser preso.....	43
Figura 15. Número de presos em função do gênero e bairro de origem antes de ser preso.....	44
Figura 16. Número de presos em função do gênero e bairro/cidade de origem antes de ser preso.....	45
Figura 17. Distribuição dos crimes mais recorrentes em detentos do sexo masculino.....	51
Figura 18. Distribuição dos crimes mais recorrentes em detentos do sexo feminino.....	51
Figura 19. Tipos de crimes e cor da pele.....	56
Figura 20. Tipos de crime e Macrorregião.....	57
Figura 21. Renda mensal em função do crime cometido.....	58
Figura 22. Tipos de crimes e faixa etária.....	59
Figura 23. Motivo da prisão das mulheres e sua relação com o companheiro.....	60
Figura 24. Indicação, entre as mulheres, da situação prisional do companheiro...	60
Figura 25. Tipo de crime e escolaridade.....	75
Figura 26. Tipos de trabalho e tipos de crime.....	89
Figura 27. Gravidez no sistema prisional.....	95
Figura 28. Responsável pela criança após o desligamento.....	96
Figura 29. Frequência de uso de drogas antes de ser preso na SER I.....	124
Figura 30. Frequência de uso de drogas antes de ser preso na SER II.....	124
Figura 31. Frequência de uso de drogas antes de ser preso na SER III.....	125
Figura 32. Frequência de uso de drogas antes de ser preso na SER IV.....	125
Figura 33. Frequência de uso de drogas antes de ser preso na SER V.....	125
Figura 34. Frequência de uso de drogas antes de ser preso na SER VI.....	125

Figura 35. Frequência de uso de drogas antes de ser preso na Região Metropolitana.....	126
Figura 36. Frequência de uso de drogas antes de ser preso na Região Metropolitana.....	127
Figura 37. Frequência de uso de drogas antes de ser preso no Litoral Oeste.....	127
Figura 38. Frequência de uso de drogas antes de ser preso em Sobral/Ibiapaba.....	127
Figura 39. Frequência de uso de drogas antes de ser preso no Sertão dos Inhamuns.....	128
Figura 40. Frequência de uso de drogas antes de ser preso no Sertão Central.....	128
Figura 41. Frequência de uso de drogas antes de ser preso na Serra de Baturité.....	128
Figura 42. Frequência de uso de drogas antes de ser preso no Litoral Leste/Jaguaribe.....	129
Figura 43. Frequência de uso de drogas antes de ser preso no Cariri/Centro Sul.....	129
Figura 44. Uso de drogas antes de ser preso em detentos que afirmaram ter transtornos mentais.....	130
Figura 45. Familiares que consomem drogas e consumo de maconha pelos detentos antes de ser preso.....	131
Figura 46. Familiares que consomem drogas e consumo de cocaína pelos detentos antes de ser preso.....	131
Figura 47. Familiares que consomem drogas e consumo de crack pelos detentos antes de ser preso.....	132
Figura 48. Familiares que consomem drogas e consumo de álcool pelos detentos antes de ser preso.....	132
Figura 49. Familiares que consomem drogas e consumo de cigarro pelos detentos antes de ser preso.....	133
Figura 50. Familiares que consomem drogas e consumo de outras drogas pelos detentos antes de ser preso.....	133

As Prisões em Revista – um prefácio

—— César Barreira² ——

As sociedades têm reproduzido dois grandes dilemas do mundo contemporâneo: o aumento crescente do número de encarceramentos e uma crise permanente do sistema prisional. O Brasil não foge destes dilemas, ocupando o não honroso quarto lugar no ranking mundial em número de detentos. Este número carrega diversos problemas, tendo como o mais aparente o déficit carcerário. Mesmo havendo um aumento expressivo de vagas nos presídios, principalmente públicos, o fato não resolve a demanda crescente por mais lugares. A política de construção de novas unidades prisionais, bem como o crescimento dos antigos presídios, não consegue acompanhar o número exponencial de presos, reproduzindo, constantemente, um déficit entre vagas no sistema prisional e o número de prisioneiros. Por outro lado, ou reforçando este problema, configura-se, constantemente, uma crise no sistema prisional pela incapacidade de resolver ou minorar as práticas de ressocialização. As prisões continuam somente exercendo a função de manter as pessoas que cometeram delitos fora do convívio social: denominada “perda da liberdade”. Os presídios passam a receber diferentes classificações negativas, depósito humano ou escola do crime. O sistema prisional, nesta perspectiva, ocupa um lugar central, mesmo com grandes lacunas, nos estudos da área das ciências humanas. Os dilemas da aplicação da lei, tendo por base o Estado Democrático de Direito, continuam sendo um grave problema social e político. A luta das entidades que defendem os direitos humanos tem mostrado graves violações neste campo, ferindo frontalmente os direitos universais.

A Secretaria de Justiça e Cidadania do Estado do Ceará com o suporte acadêmico da Universidade Federal do Ceará, através do Laboratório de Estudos da Violência (LEV), do Laboratório Cearense de Psicometria (LACEP) e do Núcleo de Psicologia do Trabalho (NUTRA), traz a público o Projeto Censo Penitenciário 2013. O Censo Penitenciário 2013 é resultado de um acurado trabalho de pesquisa, inovador e, provavelmente, pioneiro. Adentrar o mundo da prisão com suas incertezas e contradições é um trabalho complexo, carregado de subjetividades e dilemas pessoais e

²Professor Titular em Sociologia e Coordenador do Laboratório de Estudos da Violência (LEV) da Universidade Federal do Ceará.

sociais. O senso comum é sábio quando fala do sistema penitenciário, fazendo referência ao “submundo”, aos “porões” e ao “depósito humano”. Trata-se de local negado socialmente e, principalmente, desconhecido. Não se trata de um “não-lugar”, tal como é definido por Marc Augé, como espaço fronteiro que não possui significado suficiente para ser definido como “um lugar”. A prisão é um lugar negado socialmente, sendo nesta dimensão que ganha concretude o termo “ressocialização”. É o lugar negado e estigmatizado da ralé, do refugio social, da plebe, da muniça e da escória social?

Podemos dizer que esta pesquisa entrou nos porões do sistema prisional, buscando conhecer de forma precisa a população carcerária do Estado do Ceará. Como é destacado, na introdução deste trabalho, “buscou traçar o perfil do detento a partir de três eixos analíticos: caracterização da história de vida que antecedeu a condição do detento; a vivência do sujeito dentro do sistema penitenciário; as possibilidades de reinserção social, tendo o trabalho como mediador desses processos. Para tanto, foram abordadas questões que compreendem aspectos como: história de vida, dados do processo penal, conflitos internos, enfermidades, relações familiares, reincidência e atividades laborais”. Além destes eixos analíticos, que mostram a abrangência do campo de pesquisa, o número de entrevistados 12040 (doze mil e quarenta), pessoas que estão recolhidas em casas de privação provisória de liberdade, penitenciárias, cadeias públicas, distritos policiais, hospital e manicômio judiciário mostra a dimensão do universo amostral deste grande estudo.

O Censo Penitenciário 2013 pode demarcar, profundamente, uma nova política para o Sistema Prisional do Estado do Ceará. Nesta perspectiva, podemos prever uma política mais racional e humanista, visando realmente e tendo como objetivo central à reinserção dos egressos das unidades prisionais no cotidiano das práticas sociais, diminuindo os traumas e estigmas sociais. Trata-se de uma política prisional que tem como suporte analítico e científico os dados básicos de identificação do preso, escolaridade, tipificação penal, tempo de pena, capacitação profissional, idade, dependência química e reentradas. Também pode trabalhar com distinções, privilegiando a natureza dos delitos, as faixas etárias e as reincidências.

Um dado de destaque deste estudo e em boa medida inovador foi o uso da técnica de pesquisa, tão cara as ciências sociais, que é a entrevista, possibilitando conhecer e, principalmente, conversar com homens e mulheres que compõem a massa carcerária do Ceará. Nesta dimensão estes tiveram a oportunidade de falar, contar, relatar suas histórias de vida, seus problemas e suas expectativas diante de um mundo tão adverso. O trabalho do sociólogo José Ricardo Ramalho, denominado o “Mundo do Crime: a ordem pelo avesso”, escrito em pleno regime militar tinha, em boa parte, inovado em uma perspectiva metodológica, trabalhando a ótica do próprio prisioneiro sobre a prisão, bem como a versão do detento sobre o mundo do crime.

Os resultados deste instigante censo penitenciário levou-me a rever algumas máximas de Michel Foucault (1920-1984), grande estudioso das prisões. Foucault destacava, em seu livro Vigiar e Punir, que “conhecem-se todos os inconvenientes da prisão, e sabe-se que é perigosa quando não inútil. E, entretanto não ‘vemos’ o que pôr em seu lugar. Ela é a detestável solução, de que não se pode abrir mão” (Pag. 208). Em outra passagem, Foucault ressalta que a “prisão, essa região mais sombria do aparelho de justiça, é o local onde o poder de punir, que não ousa mais se exercer com o rosto descoberto, organiza silenciosamente um campo de objetividade em que o castigo poderá funcionar em plena luz como terapêutica e a sentença se inscreve entre os discursos do saber. Compreende-se que a justiça tenha adotado tão facilmente uma prisão que não fora, entretanto filha de seus pensamentos. Ela lhe era agradecida por isso” (Pag. 227). Encerrando estas máximas de Foucault sobre a rede carcerária, ele destaca a extrema solidez da prisão “essa pequena invenção desacreditada desde o nascimento”. Os coordenadores deste estudo, mesmo conhecendo estas máximas de Michel Foucault, não se limitaram a ver a prisão como uma pequena invenção desacreditada. Ao contrário, tentaram adentrar este mundo com o firme propósito de encontrar novos elementos ou subsídios que corroborem na busca de luzes para uma política pública superadora de um cenário tão adverso ao universo carcerário.

O Censo Penitenciário 2013, além de possibilitar a elaboração de uma política pública para o sistema carcerário do Estado do Ceará, tendo como base um suporte científico, constituirá um rico material para as pesquisas acadêmicas das universidades e dos centros de investigação. A Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado do Ceará e a Universidade Federal do Ceará, por meio do Laboratório de Estudos da Violência (LEV), do Laboratório Cearense de Psicometria (LACEP) e do Núcleo de Psicologia do Trabalho (NUTRA), convidam e convocam os estudiosos, desta temática, para fazerem bom uso deste rico material empírico e analítico.

1. INTRODUÇÃO

O Projeto Censo Penitenciário 2013 é resultado de uma parceria entre a Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado do Ceará e a Universidade Federal do Ceará, por meio dos Laboratório de Estudos da Violência (LEV), Laboratório Cearense de Psicometria (LACEP) e Núcleo de Psicologia do Trabalho (NUTRA).

A pesquisa foi realizada em unidades prisionais de todas as macrorregiões do Estado do Ceará. Foram entrevistadas 12.040 (doze mil e quarenta) pessoas recolhidas em casas de privação provisória de liberdade, institutos penais, penitenciárias, hospital e instituto psiquiátrico judiciário, cadeias públicas e distritos policiais que abrigam presos sob a guarda da SEJUS. Este universo pesquisado compreende homens e mulheres apenados em regime fechado, presos provisórios e os que estão em regime semiaberto, no entanto, recolhidos.

Como objetivo, a partir da contagem e cadastramento dos presos, buscou-se conhecer de forma precisa a população carcerária estadual. Para tanto, foram observados os seguintes aspectos: dados básicos de identificação, escolaridade, tipificação penal, tempo de pena, capacitação profissional, dependência química e reentradas como dados principais, muito embora outras informações tenham sido aferidas.

Neste sentido, a pesquisa buscou traçar o perfil do detento com base em três eixos analíticos: caracterização da história de vida que antecedeu a condição do detento; a vivência do sujeito dentro do sistema penitenciário; as possibilidades de reinserção social, tendo o trabalho como mediador desse processo. Para tanto, foram abordadas questões que compreendem aspectos como: história de vida, dados do processo penal, conflitos internos, enfermidades, relações familiares, reentradas e atividades laborais e educacionais. A investigação foi realizada com todos os presos em regime fechado, condenados ou provisórios, bem como em regime semiaberto intramuros, que estão nas unidades prisionais do Estado e que concordaram em participar.

A coleta de dados foi iniciada em abril de 2013 e findou em abril de 2014. No decorrer de 1 (um) ano, foram percorridos mais de 6 mil km de rodovias do Ceará para realizar as entrevistas. Foram envolvidas nesta pesquisa cerca de 40 pessoas, professores universitários, alunos de graduação e pós-graduação, equipe de apoio e funcionários da SEJUS.

Foram muitas horas de entrevistas que retratam condições comuns a milhares de outros que compõem a massa carcerária brasileira. Conhecer e conversar durante horas com pessoas que estão isoladas da sociedade em uma instituição fechada conduz indubitavelmente o pesquisador a uma reflexão sobre valores, família, sociedade de consumo, políticas públicas, trabalho e escola, dentre outros. Estas reflexões poderão produzir uma infinidade de trabalhos acadêmicos e reforçarão o diálogo com o Poder Público para se pensar estratégias a fim de reduzir as mazelas causadas pelo encarceramento, propondo opções viáveis de reinserção no mercado de trabalho para os egressos.

Os dados obtidos ficarão à disposição da Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado do Ceará (SEJUS) para cruzamento com as informações já existentes neste órgão, além de fornecer subsídios para a equipe técnica da Secretaria viabilizar intervenções precoces, evitando o agravamento de situações, propiciando maior celeridade nos atendimentos aos recolhidos, uma vez que parte dos dados apurados é fundamental para subsidiar relatórios, pareceres, dentre outros. No âmbito da saúde, também demonstra sua importância, pois possibilitará a elaboração de políticas de saúde preventivas e curativas mais efetivas para esse segmento da população.

A importância deste Projeto está em seu caráter inovador, no sentido de que foi realizada ampla pesquisa em que foram ouvidas 12.040 (doze mil e quarenta) pessoas encarceradas. Não foi uma pesquisa constituída com base em dados preexistentes nos órgãos oficiais, seja da Secretaria de Justiça ou Ministério da Justiça. Homens e mulheres que estão custodiados pela Secretaria da Justiça e Cidadania do Ceará, em regime fechado, tiveram a oportunidade de falar, contar suas histórias, descreverem suas vidas antes e depois da prisão, seus problemas e expectativas. Certamente, esta pesquisa que buscou compreender e dar voz a estes homens e mulheres presos irá contribuir para estudos e proposições acerca do sistema penitenciário.

Dentre outras, é responsabilidade da Secretaria da Justiça e Cidadania promover a guarda dos apenados e desenvolver, juntamente com as instituições que compõem o sistema de justiça e a sociedade, a reinserção social dos egressos. Para que os programas de inclusão social, entretanto, sejam efetivados com sucesso no sistema penitenciário, é imprescindível que se conheça o sujeito desenvolvendo projetos que atendam às expectativas pessoais.

No processo de mudanças econômicas e sociais vivenciado

contemporaneamente, uma parte considerável da população, em especial a população encarcerada, encontra-se imersa em precários processos de formação e de qualificação para o ingresso no mercado de trabalho, impactando diretamente a reinserção social. Tal situação traz grandes dificuldades para o enfrentamento das transformações em vigor. Nesta perspectiva, pode-se falar de um processo crescente de vulnerabilização dessa população. O universo que abrange os presos, os egressos do sistema carcerário e os cumpridores de medidas e penas alternativas torna-se ainda mais fragilizado para os processos de reabilitação e de reinserção na sociedade.

A necessidade de um mapeamento das condições de formação e do potencial de qualificação profissional se insere, desta maneira, na ação efetiva de conhecer as bases para a composição de políticas de reabilitação do encarcerado e de reinserção social.

Neste sentido, e com o entendimento de que políticas penitenciárias adequadas pressupõem o conhecimento das reais necessidades dos que serão atendidos pelas mesmas, das condições estruturais do encarceramento, ademais do conhecimento do perfil psicossocial e das habilidades sociolaborais dos sujeitos encarcerados, a Secretaria da Justiça do Ceará abriu as portas de suas unidades prisionais para que pesquisadores da Universidade Federal do Ceará adentrassem o Sistema Penitenciário Estadual para realizarem o Censo Penitenciário.

Ressalte-se que, além dos aspectos anteriormente citados, que dizem respeito à condição do encarcerado, o trabalho e o estudo devem ser pensados como uma perspectiva e como condição especial de redução da reincidência em atos criminosos. Portanto, compreende-se que a atividade laboral surge como importante elemento de reinserção, tanto no decurso da pena quanto ao término desta. Observam-se aspectos bastante positivos no que se refere ao estudo e trabalho como estratégia de reinserção social, pois, como encarcerado, o indivíduo que trabalha e/ou estuda ocupa seu tempo, recebe o benefício da remição de pena, recebe um salário e conquista o respeito de seus pares e familiares. Algumas vezes, no entanto, o trabalho e/ou a capacitação profissional realizados no cárcere não o prepara para atender às demandas do mercado de trabalho no momento em que deixar o sistema penal, embora exista uma preocupação da Sejus em romper com este ciclo, ofertando cursos profissionalizantes articulados com a demanda de mercado.

Ademais de garantir a subsistência, na nossa estrutura capitalista, o trabalho atua como fator preponderante para a produção do sujeito, com origem na identificação com a atividade que desenvolve e ao lhe atribuir um lugar na estrutura social.

2. NOTA TÉCNICA

O Censo Penitenciário teve como principal objetivo traçar o perfil da população carcerária do Estado do Ceará. Especificamente, buscou-se entrevistar todos os presos, em regime fechado, provisórios e condenados, e em regime semiaberto intramuros, que se encontravam alocados nas unidades prisionais do sistema penal da Secretaria da Justiça e Cidadania (SEJUS/CE). Suas ações se concentraram em três eixos: (1) contagem e recadastramento; (2) perfil biossociodemográfico; e (3) perfil psicossocial. A concretização destas ações se submeteu aos princípios preconizados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, respeitando a autonomia dos entrevistados para participarem, ou não, da pesquisa.

Para a realização dos três eixos, abordaram-se facetas da vida dos detentos, a saber: histórico prisional (por exemplo, tipificação penal, reentradas), perfil educacional, perfil laboral (por exemplo, ocupações laborais anteriores, aptidões laborais, interesses profissionais), estrutura familiar, vivências no sistema carcerário, indicadores de saúde mental (por exemplo, dependência química) e, por fim, informações sobre faixa etária, sexo, naturalidade, estado civil, escolaridade, religião e perspectivas pós-cárcere.

A coleta de dados se deu nas entrevistas, contemplando todas as unidades prisionais do Estado do Ceará: 3 institutos penais, 5 casas de privação, 3 penitenciárias, 1 hospital, 1 instituto psiquiátrico e 134 cadeias Públicas e distritos policiais. Os participantes foram entrevistados com base em dois questionários estruturados: um básico e um ampliado. O questionário básico teve por função possibilitar a contagem e o recadastramento, bem como coletar dados necessários à constituição do perfil biossociodemográfico. Este foi direcionado à totalidade dos detentos. O questionário ampliado objetivou delinear o perfil psicossocial e foi aplicado em uma amostra representativa da população carcerária.

A metodologia adotada contemplou, exclusivamente, o contato direto com a população carcerária, de modo que todas as entrevistas foram individualizadas. As informações coletadas na entrevista eram registradas em tempo real, prioritariamente, por meio informatizado e, em casos excepcionais (por exemplo, falta de energia ou problemas técnicos), em questionários impressos envolvendo o mesmo conteúdo dos informatizados. As entrevistas foram realizadas por acadêmicos de Psicologia, Ciências Sociais, História, Serviço Social e Direito.

No início dos trabalhos, em janeiro de 2013, a população carcerária do Estado, de recolhidos, somava, aproximadamente, 12.633 detentos. Ao final da coleta de dados, foram entrevistados 12.040 recolhidos, entre homens e mulheres, excluindo-se um percentual aproximado de 4,7% de desistências ou recusas. Para obtenção das informações referentes aos questionários completos, foi selecionada uma amostra representativa da população carcerária. A composição dessa amostra levou em conta nível de significância de 0,01 e intervalo de confiança de 5%, o que resultou, inicialmente, em um número de 632 entrevistas. Tendo-se em conta, entretanto, as possíveis desistências ou recusas dos participantes, optou-se por ampliar em 10% o tamanho dessa amostra. Em síntese, foram contemplados 762 presos, distribuídos entre homens (n = 552) e mulheres (n = 210). Com estas amostras, obtém-se nível de significância de 0,01 e intervalo de confiança de 5%.

A seleção dos respondentes para o questionário completo obedeceu à técnica de amostragem sistemática. Deste modo, os respondentes foram tomados aleatória e sistematicamente na proporção de 17 x 1 para homens e de 3 x 1 para mulheres. Como recomenda Babbie (2003)³, o primeiro respondente da sequência foi pinçado aleatoriamente. No caso dos homens, sorteou-se um número de 1 a 17 que correspondeu à posição do primeiro entrevistado. A partir daí, cada vigésimo preso foi entrevistado por meio do questionário completo, seguindo-se até o último. De modo análogo, a sequência de respostas aos questionários completos para as respondentes do sexo feminino se deu por sorteio.

O levantamento dos crimes cometidos considerou uma lista de 42 indicados pela SEJUS como os mais recorrentes no sistema prisional cearense. Adicionalmente, levantaram-se os crimes que não constavam nesta lista. A partir dos crimes citados pela SEJUS e dos mencionados pelos respondentes, foram considerados os 58 crimes mais recorrentes. Neste sentido, optou-se por organizá-lo na tipologia proposta pelo Código Penal (Anexo I).

A organização dos dados censitários em macrorregiões teve como referência as macrorregiões de planejamento propostas pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE: Baturité, Cariri-Centro Sul, Litoral Leste-Jaguaribe, Litoral Oeste, Sertão Central, Sertão dos Inhamuns, Sobral-Ibiapaba e Região Metropolitana de Fortaleza. Especificamente, as análises voltadas para Fortaleza e Grande Fortaleza (Região Metropolitana) consideraram o agrupamento dos bairros em seis secretarias executivas

³Babbie, E. (2003). *Métodos de Pesquisas de Survey*. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG.

e Centro, conforme organização proposta pela Prefeitura Municipal de Fortaleza. Destaca-se que, para a Região Metropolitana, foram consideradas, especificamente, as cidades mais próximas ou fronteiriças.

O levantamento da cor da pele foi obtido por meio de autorrelato. Na ocasião, cada respondente deveria indicar, observando uma escala composta por 11 cores em gradiente, qual era a sua cor (Anexo II). Para fins de análise, as cores foram agrupadas em: branco (cores 1 e 2), amarelo/asiático (cores de 3 a 5), pardo/indígena (cores de 6 a 8) e negros (cores de 9 a 11).

Finalmente, nas tabelas cuja amostra envolveu o contingente populacional (N = 12040), omitiu-se, do seu título, o número de sujeitos considerados para as análises. Por outro lado, naquelas em que as análises contemplaram amostras específicas (por exemplo, apenados), os títulos discriminaram o número de participantes contemplados nas análises. Nas tabelas, os valores brutos iguais a "0" e os percentuais menores do que 0,1 foram substituídos por "---". Das figuras, eles foram omitidos.

3. DISTRIBUIÇÃO DOS PRESOS NO SISTEMA PENITENCIÁRIO

As unidades prisionais do Ceará estão divididas em: casas de privação provisória de liberdade-CPPL, institutos penais, hospital geral e sanatório penal, penitenciárias, cadeias públicas e distritos policiais que acolhem presos sob a jurisdição da SEJUS. Nestes locais, situados em várias regiões, encontram-se recolhidos os que estão sob a custódia da Secretaria de Justiça e Cidadania do Estado. Nestes ambientes, cujas condições nem sempre são adequadas, a superlotação é comum. Como se verifica, o sistema agrega um número expressivo de presos provisórios, o que decorre, possivelmente, da morosidade do Judiciário. As tabelas seguintes demonstram o quantitativo de detentos entrevistados, o tipo de unidade prisional e as macrorregiões onde se localizam as unidades prisionais.

A capacidade das unidades prisionais do Estado para os que estão recolhidos é de 10.636 vagas. Ressalta-se que, de acordo com a SEJUS, 4440 vagas foram construídas de 2007 a 2014. No início da coleta de dados do Censo Penitenciário, em abril de 2013, os dados oficiais da SEJUS informam que a lotação era de 13.751 e, ao final da pesquisa, em abril de 2014, era de 16.501. Observa-se o número crescente de presos sob a jurisdição da SEJUS no intervalo de abril de 2013 a abril de 2014.

Como aponta a tabela 1, a região Metropolitana de Fortaleza concentra o maior índice de presos do Estado (64,4%). As macrorregiões de Sobral/Ibiapaba, Cariri/Centro Sul e Litoral Oeste apresentam quantitativo expressivo de detentos (23,7%).

Tabela 1. Presos por macrorregião, tipo de unidade e gênero.

Macrorregião	Presídios ⁴				Cadeias				Total	
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres		N	%
	n	%	n	%	n	%	n	%		
Região Metropolitana	6947	87,6	429	99,3	373	10,6	---	---	7749	64,4
Litoral Oeste	---	---	---	---	687	19,5	24	15,8	711	5,9
Sobral / Ibiapaba	526	6,6	1	0,2	604	17,1	41	27,2	1172	9,7
Sertão dos Inhamuns	---	---	---	---	179	5,1	6	4,0	185	1,5
Sertão Central	---	---	---	---	569	16,1	6	4,0	575	4,8
Serra de Baturité	---	---	---	---	198	5,6	1	0,7	199	1,7
Litoral Leste / Jaguaribe	---	---	---	---	457	13,0	15	9,9	472	3,9
Cariri / Centro Sul	457	5,8	2	0,5	460	13,0	58	38,4	977	8,1
Total	7930	100	432	100	3527	100	151	100	12040	100

⁴Na denominação "presídio", foram incluídas as casas de privação provisória de liberdade, as penitenciárias, o hospital e os institutos penais e psiquiátricos.

De acordo com a tabela 2, as unidades prisionais do Ceará de maior porte, com exceção da PIRC e PIRS, situam-se na Região Metropolitana de Fortaleza. As cadeias públicas perfazem um total de 134 e estão distribuídas nas macrorregiões. Notadamente, as casas de privação provisória de liberdade detêm o maior número de detentos do Estado.

Tabela 2. Distribuição dos detentos por unidade prisional.

Unidade Prisional	n	%
Instituto Penal Professor Olavo Oliveira (IPPOO II)	657	5,5
Casa de Privação Provisória de Liberdade Des. Francisco Leal (CPPL CAUCAIA)	1.065	8,8
Casa de Privação Provisória de Liberdade Agente Luciano Andrade Lima (CPPL I)	1.099	9,1
Casa de Privação Provisória de Liberdade Professor Clodoaldo Pinto (CPPL II)	982	8,2
Casa de Privação Provisória de Liberdade Professor Jucá Neto (CPPL III)	1.049	8,7
Casa de Privação Provisória de Liberdade Agente Elias Alves da Silva (CPPL IV)	1.093	9,1
Instituto Penal Paulo Sarasate (IPPS)*	297	2,5
Penitenciária Francisco Hélio Viana de Araújo (PACATUBA)	596	5,0
Instituto Penal Feminino Desembargadora Auri Moura Costa (IPF)	426	3,5
Penitenciária Industrial Regional do Cariri (PIRC)	459	3,8
Penitenciária Industrial Regional de Sobral (PIRS)	527	4,4
Hospital Geral e Sanatório Penal Professor Otávio Lobo	36	0,3
Instituto Psiquiátrico Governador Stênio Gomes	76	0,6
Cadeias Públicas	3.678	30,5
Total	12.040	100

NOTA: *O IPPS foi desativado logo após o recenseamento ter ocorrido nesta unidade.

4. INFORMAÇÕES BIOSOCIODEMOGRÁFICAS DOS DETENTOS

Nesta seção, apresentam-se dados básicos dos recolhidos nas unidades prisionais do Estado do Ceará, enfatizam-se aspectos que caracterizam os entrevistados e seu modo de vida. A importância destes dados reside na necessidade de se traçar um perfil do detento do Ceará, o que poderá subsidiar políticas públicas para o Sistema Penitenciário.

4.1. Idade e gênero

A tabela 3 sintetiza o gênero e a idade, distribuídos em faixas etárias. Do total de 12.040 recenseados, 11.457 (95,2%) são do gênero masculino, com idade média de 30,2 ($dp = 9,03$). Entre as mulheres recenseadas ($n = 583$), a idade média foi 31,1 ($dp = 10,15$). Entre o total de respondentes, observa-se uma predominância de recolhidos na faixa etária dos 22 a 29 anos.

Tabela 3. Faixa etária dos detentos.

Faixa Etária	Homens		Mulheres		Total	
	N	%	n	%	n	%
18 a 21 anos	1341	11,7	78	13,4	1419	11,8
22 a 25 anos	2341	20,4	122	20,9	2463	20,5
26 a 29 anos	2099	18,3	105	18,0	2204	18,3
30 a 33 anos	1519	13,3	70	12,0	1589	13,2
34 a 37 anos	1061	9,3	40	6,9	1101	9,1
38 a 41 anos	614	5,4	41	7,0	655	5,4
42 a 45 anos	402	3,5	30	5,1	432	3,6
46 a 49 anos	268	2,3	19	3,3	287	2,4
50 a 53 anos	203	1,8	16	2,7	219	1,8
54 a 57 anos	105	0,9	7	1,2	112	0,9
58 a 61 anos	63	0,5	10	1,7	73	0,6
62 a 65 anos	45	0,4	4	0,7	49	0,4
> 65	47	0,5	1	0,2	48	0,4
Não informado	1349	11,7	40	6,9	1389	11,6
Total	11457	100	583	100	12040	100

4.2. Naturalidade e residência

As tabelas a seguir demonstram a nacionalidade e a naturalidade dos respondentes. Como esperado, prevalece, quanto à nacionalidade, o Brasil, com 99,2%, e o Ceará como Estado de origem da maioria dos detentos (91,7%).

4.2.1. Nacionalidade

A incidência de outras nacionalidades, que não a brasileira, é muito baixa, mas dentre os estrangeiros destacam-se os provenientes do Continente Europeu, principalmente entre os homens, embora alcancem apenas 0,1% da população carcerária.

Tabela 4. Distribuição dos detentos por nacionalidade⁵

Nacionalidade	Homens		Mulheres		Total	
	n	%	n	%	N	%
Brasil	11370	99,6	572	98,0	11942	99,2
América do Sul*	10	---	1	0,1	11	0,1
América do Norte e Central	5	---	---	---	5	---
África	10	---	3	0,6	13	0,1
Europa	25	0,1	3	0,6	28	0,2
Ásia	1	---	1	0,1	2	---
Não informado	36	0,3	3	0,6	39	0,3
Total	11457	100	583	100	12040	100

4.2.2. Naturalidade (UF)

A tabela 5 demonstra que, dos 12.040 respondentes, a maioria afirmou ser do Estado do Ceará (11.043, correspondentes a 91,7%). Em sua maioria, os respondentes são naturais da Região Nordeste (95%).

Tabela 5. Distribuição dos detentos por naturalidade – UF.

Naturalidade	Homens		Mulheres		Total	
	N	%	n	%	N	%
Nordeste	10913	95,3	537	92	11.450	95,0
Alagoas	8	0,1	2	0,3	10	0,1
Bahia	48	0,4	2	0,3	50	0,4
Ceará	10535	92,0	508	87,1	11.043	91,7
Maranhão	50	0,4	4	0,7	54	0,4
Paraíba	48	0,4	5	0,9	53	0,4
Pernambuco	102	0,9	6	1,0	108	0,9
Piauí	53	0,5	7	1,2	60	0,5
Rio Grande do Norte	69	0,6	3	0,5	72	0,6
Norte	115	1	10	1,8	125	1,0
Acre	11	0,1	---	---	11	0,1
Amapá	2	---	---	---	2	---
Amazonas	25	0,2	5	0,9	30	0,2
Pará	66	0,6	5	0,9	71	0,6
Rondônia	9	0,1	---	---	9	0,1
Roraima	1	---	---	---	1	---
Tocantins	1	---	---	---	1	---
Sudeste	224	2	17	3	241	2,0
São Paulo	159	1,4	11	1,9	170	1,4

⁵**Nota:** Incluem-se todos os países da América do Sul, excetuando o Brasil.

Minas Gerais	11	0,1	1	,2	12	0,1
Espírito Santo	2	---	---	---	2	---
Rio de Janeiro	52	0,5	5	0,9	57	0,5
Sul	30	0,3	---	---	30	0,2
Santa Catarina	9	0,1	---	---	9	0,1
Rio Grande do Sul	2	---	---	---	2	---
Paraná	19	0,2	---	---	19	0,2
Centro-Oeste	41	0,3	3	0,6	44	0,4
Distrito Federal	22	0,2	1	0,2	23	0,2
Goiás	12	0,1	1	0,2	13	0,1
Mato Grosso	4	---	1	0,2	5	---
Mato Grosso do Sul	3	---	---	---	3	---
Não informado	134	1,2	16	2,7	150	1,2
Total	11457	100	583	100	12.040	100

4.2.3. Cidade e bairro de moradia antes de ser preso

As tabelas e gráficos a seguir demonstram o local de residência dos recolhidos quando do seu encarceramento. É importante observar que, ao se comparar com as tabelas anteriores (4 e 5), apesar de elas conterem informações de variadas naturalidades e nacionalidades, a maioria dos que responderam possui residência fixa no Ceará. Especificamente, a tabela 6 indica que a Região Metropolitana de Fortaleza denota 57% e as demais regiões do Estado 43,%. Os gráficos referentes aos bairros em que residem em Fortaleza apontam para certa concentração dos domicílios informados, sendo a Secretaria Executiva da Regional VI a que registra maior índice neste item. O percentual mais significativo dos que moram na Região Metropolitana de Fortaleza é em Maracanaú e Caucaia. Observa-se que, nas macrorregiões do Ceará, há uma tendência de que as cidades com maior contingente populacional se destaquem pelo número de moradia dos entrevistados. No interior do Estado, as quatro cidades com taxas mais expressivas (especificamente, de mais de 140 pessoas) no item residência anterior à prisão são, em ordem decrescente, Sobral, Juazeiro do Norte, Quixadá e Aracati.

Tabela 6. Macrorregião de residência antes de ser preso.

Macrorregião	N	%
Região Metropolitana	6845	56,8
Litoral Oeste	764	6,3
Sobral / Ibiapaba	1217	10,1
Sertão dos Inhamuns	273	2,3
Sertão Central	753	6,3
Serra de Baturité	255	2,1
Litoral Leste / Jaguaribe	597	5,0
Cariri / Centro Sul	863	7,2
Não Informado	473	3,9
Total	12040	100

A fig 1 retrata a distribuição nas regiões do Ceará dos endereços anteriores à prisão informados pelos detentos. Observa-se na Região Metropolitana de Fortaleza expressiva concentração de endereços.

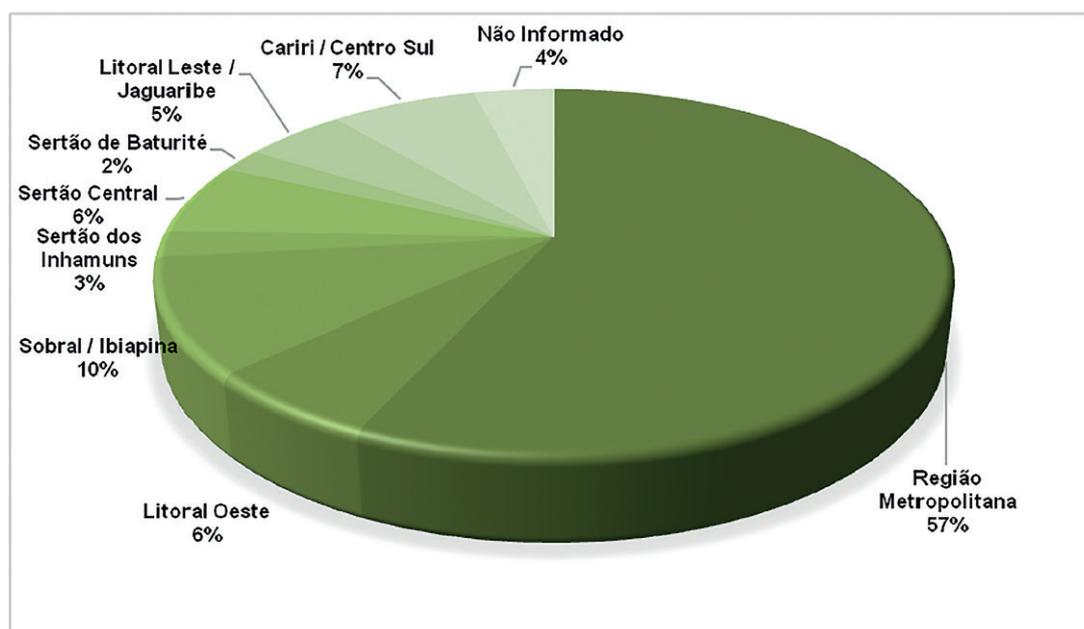


FIGURA 1. PERCENTUAL DE PRESOS POR MACRORREGIÃO.

Na Região Metropolitana (Figura 2), expressivamente, os locais de moradia apontados são, respectivamente, Fortaleza, Maracanaú e Caucaia.

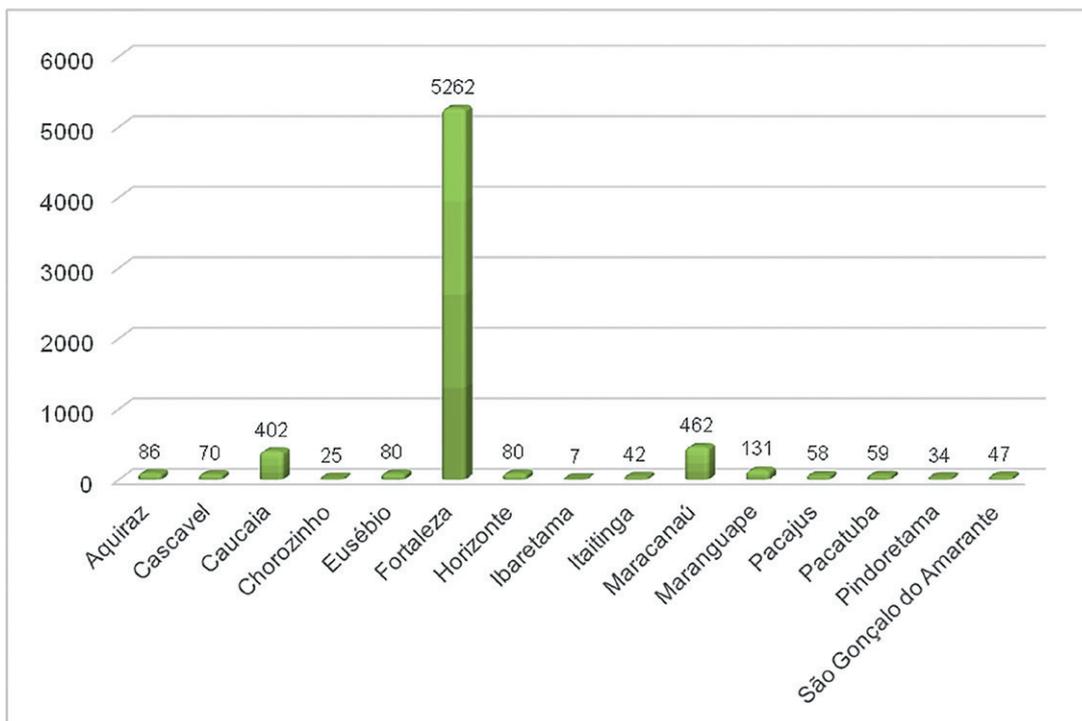


FIGURA 2. DISTRIBUIÇÃO DE CIDADES DE ORIGEM (REGIÃO METROPOLITANA).

A Figura 3 indica que, na Região Litoral Oeste, as cidades de Itapipoca, Itapagé e Acaraú são apontadas com maior expressividade como local de residência dos recolhidos, antes da prisão.

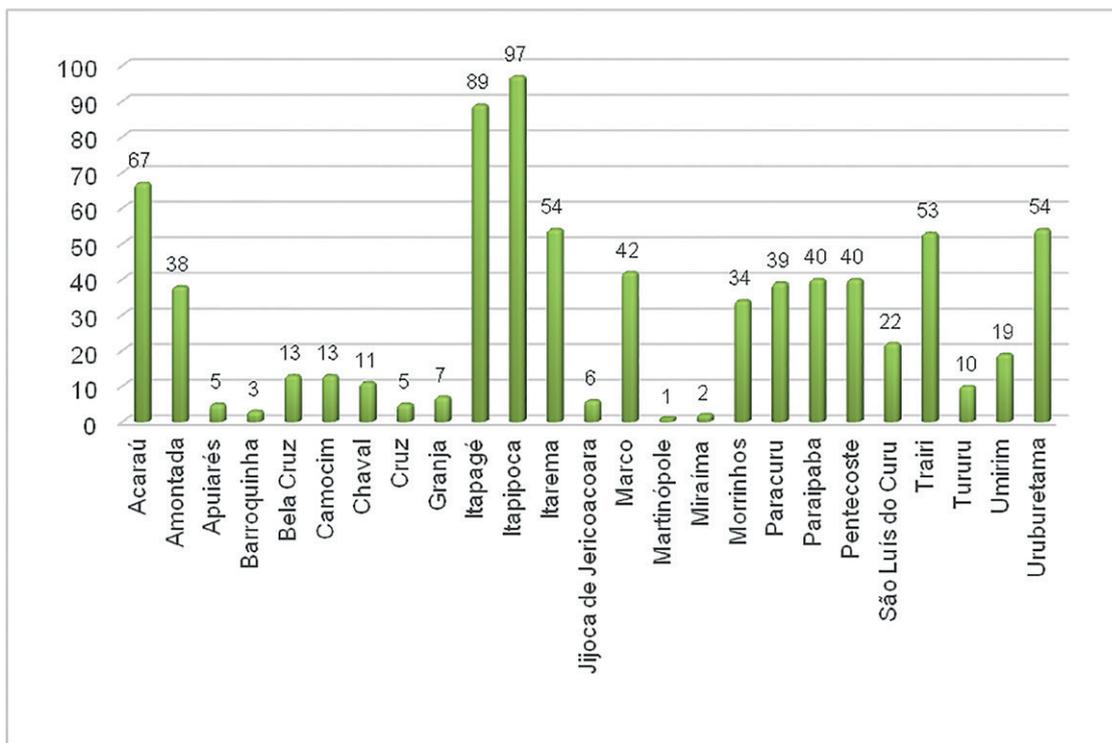


FIGURA 3. DISTRIBUIÇÃO DE CIDADES DE ORIGEM (LITORAL OESTE).

De acordo com a Figura 4, observa-se que, na Região Sobral-Ibiapaba, a cidade de Sobral se destaca como a que reúne o maior número de residência dos respondentes.

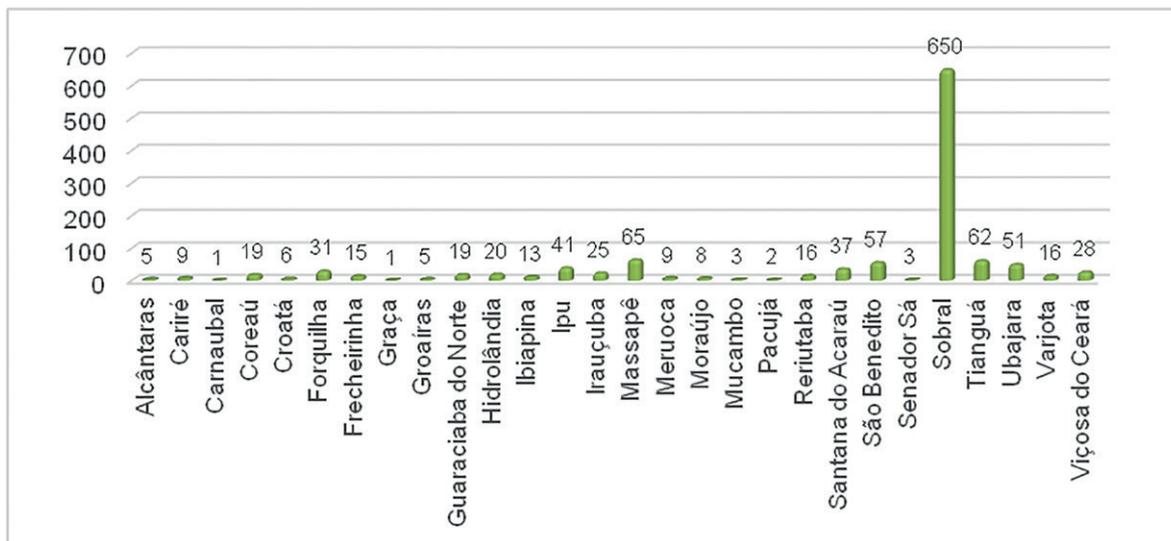


FIGURA 4. DISTRIBUIÇÃO DE CIDADES DE ORIGEM (SOBRAL IBIAPABA).

A figura 5 destaca Crateús como a cidade indicada com maior número de endereços dos respondentes nesta região.

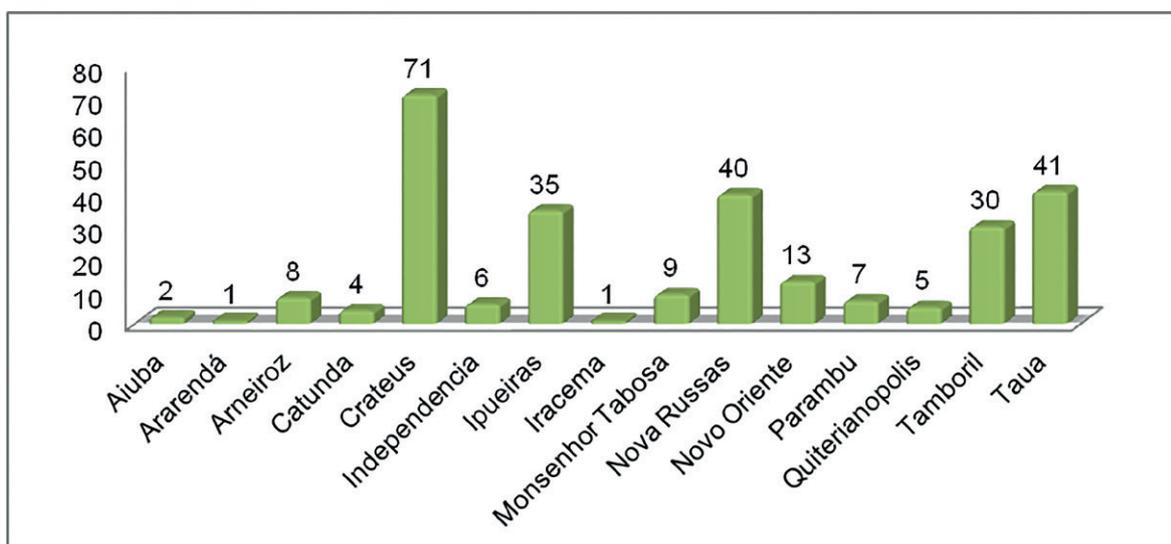


FIGURA 5. DISTRIBUIÇÃO DE CIDADES DE ORIGEM (SERTÃO DOS INHAMUNS).

Na Região do Sertão Central (Figura 6), as cidades de Quixadá, Quixeramobim e Canindé se destacam no item local de residência

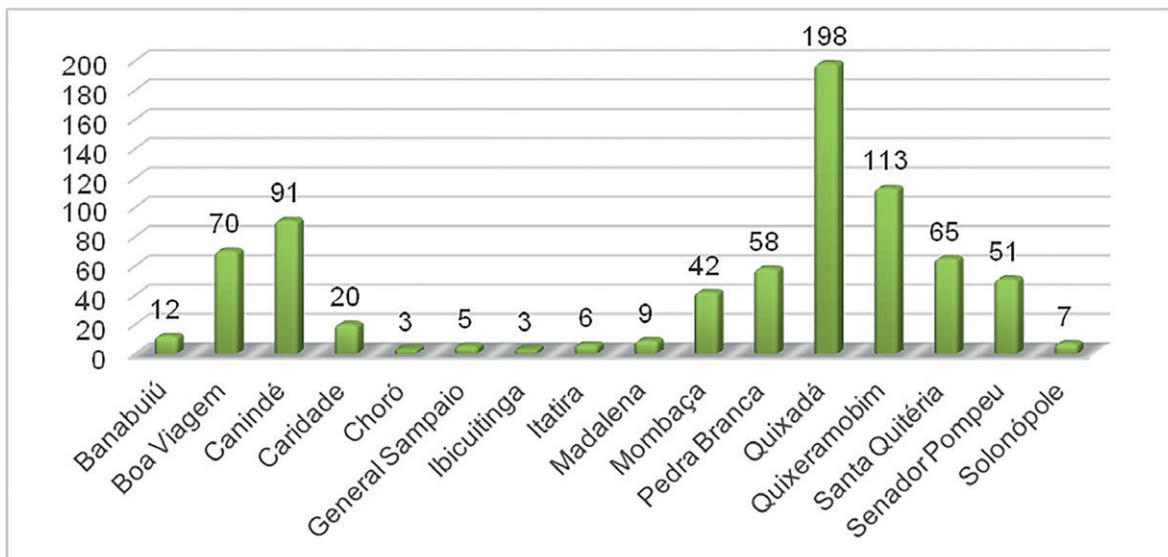


FIGURA 6. DISTRIBUIÇÃO DE CIDADES DE ORIGEM (SERTÃO CENTRAL).

Nesta região serrana (Figura 7), a cidade de Baturité expressa maior número de respondentes no quesito de residência anterior à prisão.

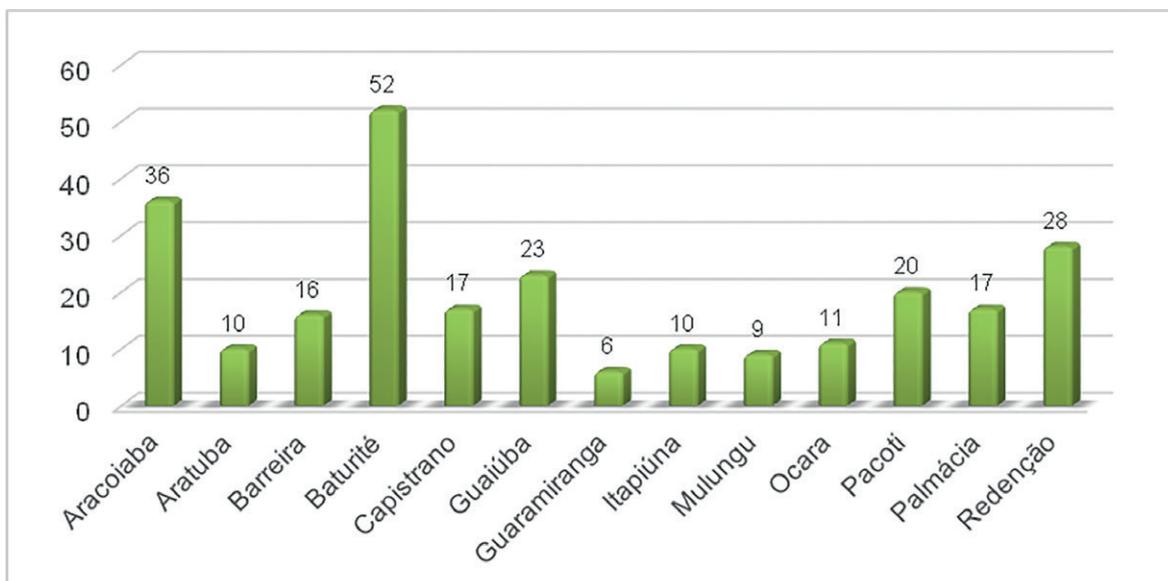


FIGURA 7. DISTRIBUIÇÃO DE CIDADES DE ORIGEM (SERRA DE BATURITÉ).

A figura 8 demonstra que notadamente a cidade de Aracati é a que possui o maior número de endereços dos respondentes nesta região.

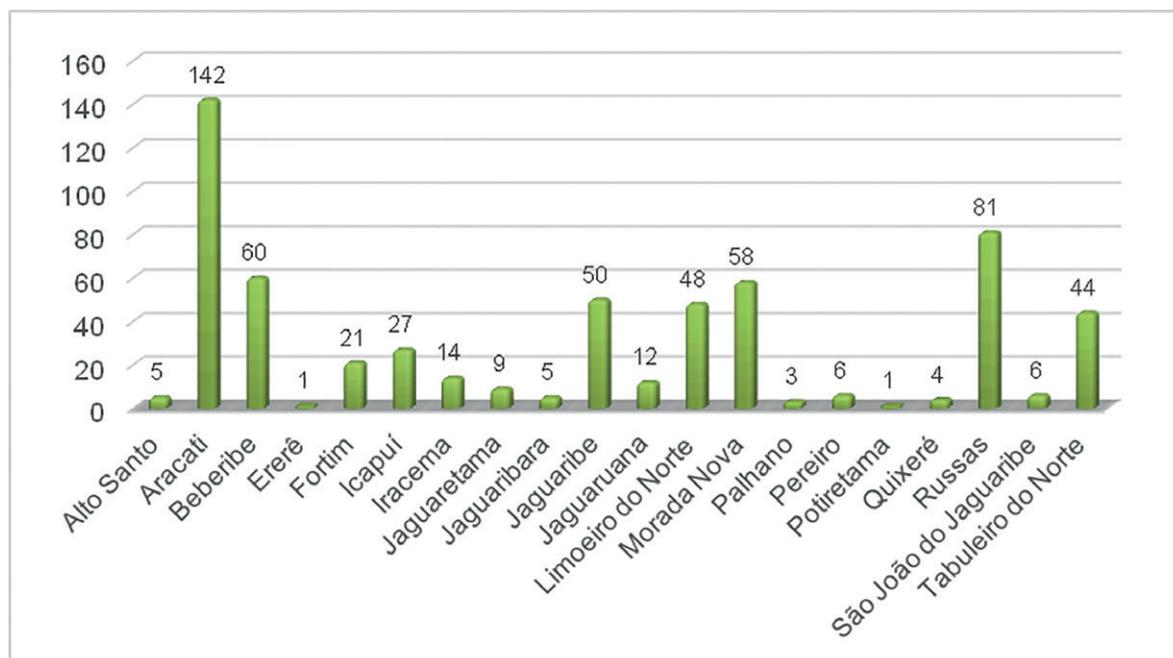


FIGURA 8. DISTRIBUIÇÃO DE CIDADES DE ORIGEM (LITORAL LESTE/JAGUARIBE).

No que concerne à Figura 9, expressivamente, a cidade de Juazeiro do Norte foi apontada como a que contém o maior quantitativo de endereços dos respondentes na região Cariri/Centro Sul.

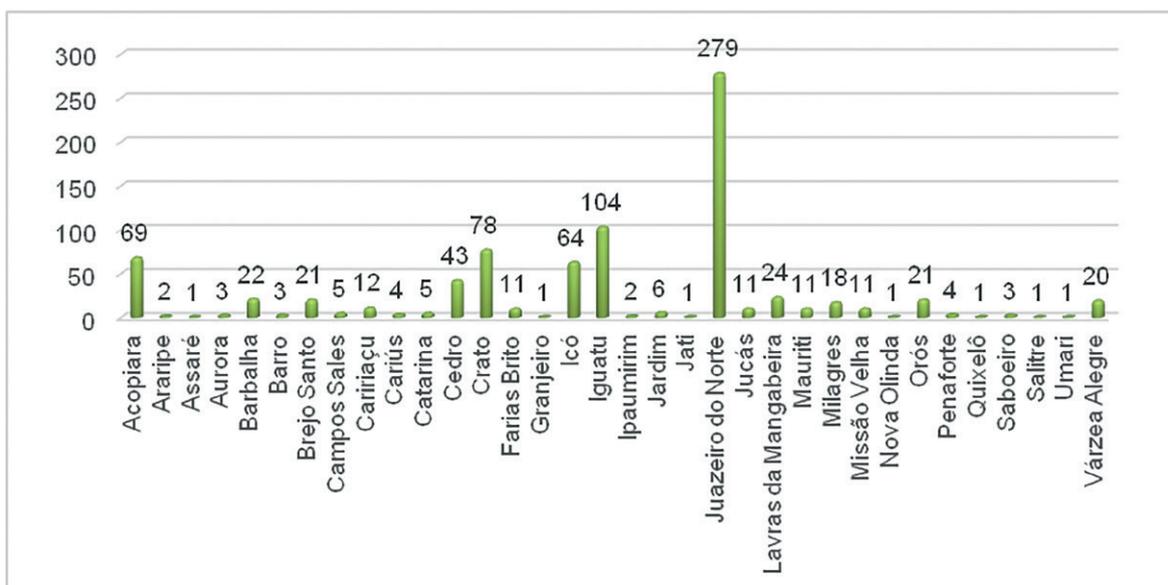


FIGURA 9. DISTRIBUIÇÃO DE CIDADES DE ORIGEM (CARIRI / CENTRO SUL).

Considerando aqueles que residiam em Fortaleza e Região Metropolitana (6.845) antes do encarceramento, procurou-se observar em que SER- Secretarias executivas regionais e respectivos bairros estes detentos residiam.

Por meio da tabela 7, é possível visualizar que os bairros mais apontados como de origem dos respondentes estão incluídos nas SER I, SER II, SER V e SER VI; sendo esta última a que mostra maior concentração dos endereços citados. Vale destacar que 135 dos respondentes (125 homens e 10 mulheres) moravam na regional do Centro antes de serem presos. Os gráficos a seguir apresentam a distribuição dos respondentes nos bairros das SER de maior destaque.

Tabela 7. Distribuição dos detentos por regionais e cidades da grande Fortaleza (n = 6.845).

Regional	Homens		Mulheres		Total	
	n	%	n	%	n	%
SER I	862	13,3	66	18,1	928	13,5
SER II	815	12,6	40	11,0	855	12,5
SER III	617	9,5	22	6,0	639	9,3
SER IV	382	5,9	22	6,0	404	5,9
SER V	786	12,1	43	11,8	829	12,1
SER VI	1141	17,6	48	13,2	1189	17,4
Centro	125	1,9	10	2,7	135	2,0
Região Metropolitana	556	8,6	26	7,1	582	8,5
Morador de rua	9	0,2	2	0,5	11	0,2
Não informado	1188	18,3	85	23,4	1273	18,6
Total	6481	100	364	100	6845	100

A figura 10 indica que, na Regional I, os bairros do Pirambu, Barra do Ceará e Jardim Iracema exprimem maior concentração de endereços dos respondentes.

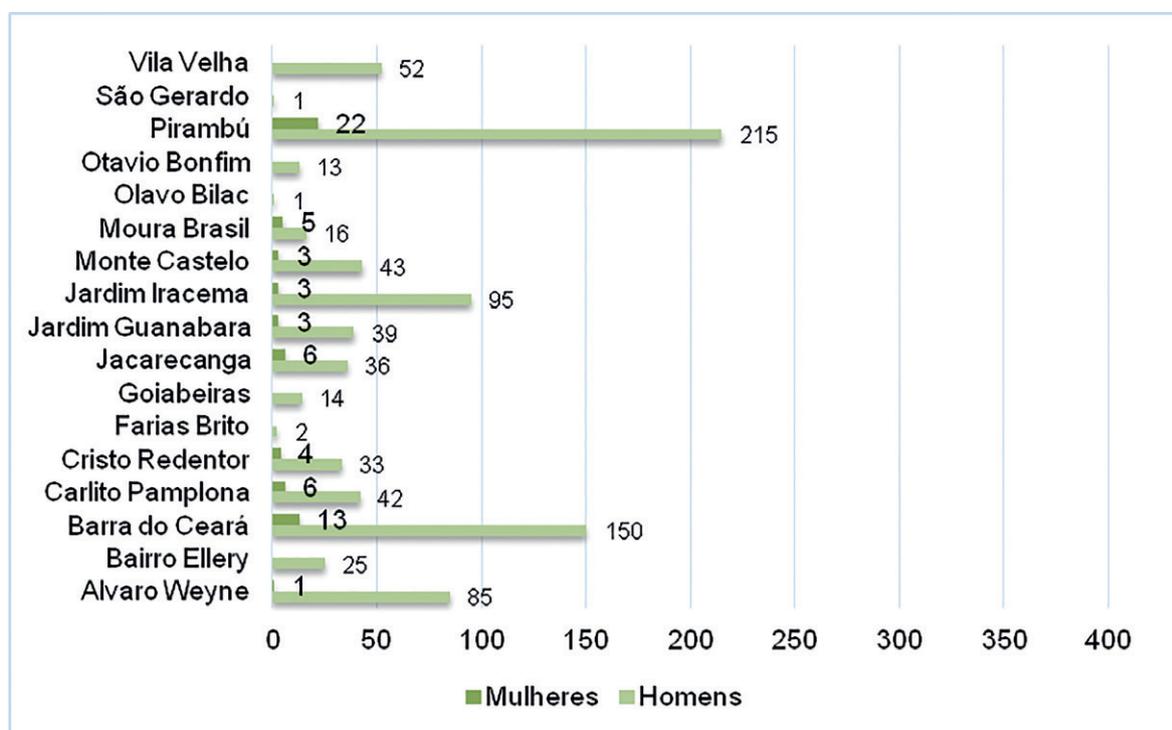


FIGURA 10. NÚMERO DE PRESOS EM FUNÇÃO DO GÊNERO E BAIRRO DE ORIGEM ANTES DE SER PRESO (REGIONAL I).

A figura 11 indica que, na SER II, os bairros do Papicu, Praia do Futuro e Vicente Pinzon registram maior concentração de endereços dos respondentes.

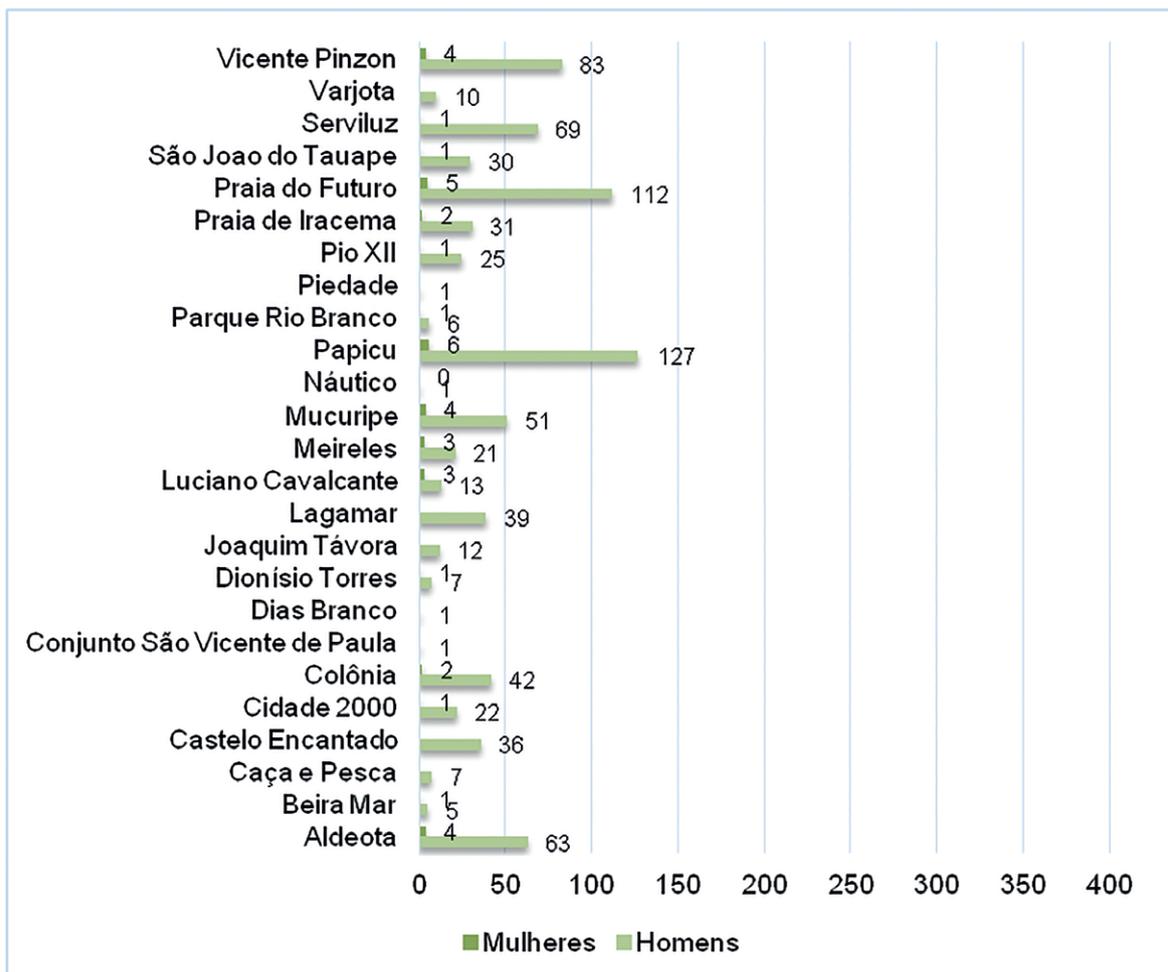


FIGURA 11. NÚMERO DE PRESOS EM FUNÇÃO DO GÊNERO E BAIRRO DE ORIGEM ANTES DE SER PRESO (REGIONAL II).

A figura 12 indica que, na SER III, os bairros do Antônio Bezerra, Bom Sucesso, Henrique Jorge e Padre Andrade expressam maior concentração de endereços dos respondentes.

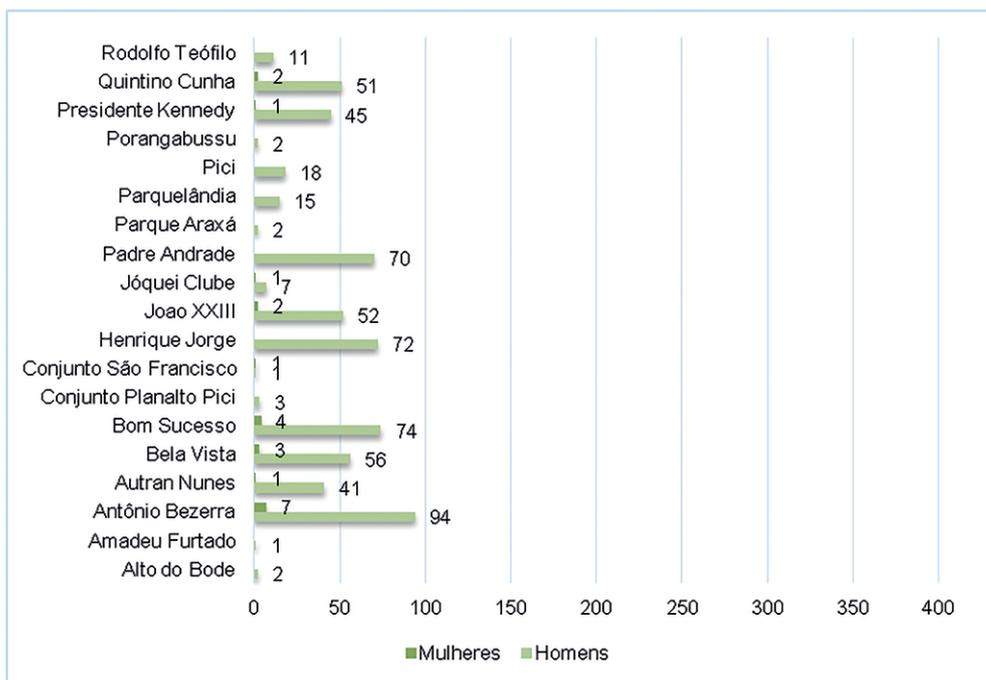


FIGURA 12. NÚMERO DE PRESOS EM FUNÇÃO DO GÊNERO E BAIRRO DE ORIGEM ANTES DE SER PRESO (REGIONAL III).

A figura 13 indica que, na Regional IV, os bairros da Serrinha e Montese registram maior concentração de endereços dos respondentes.

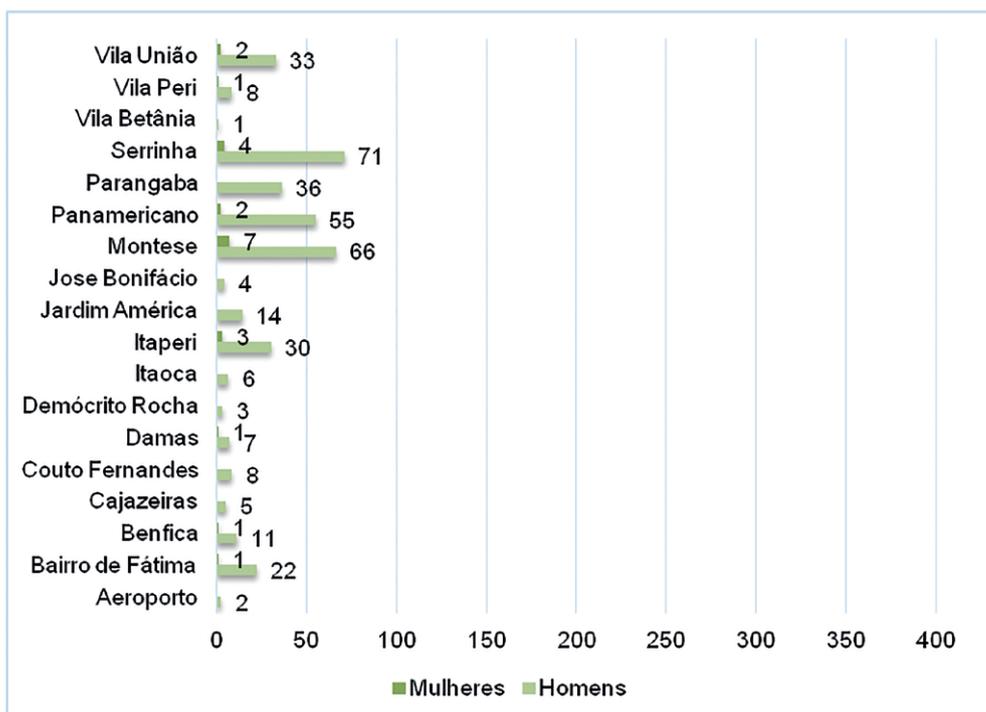


FIGURA 13. NÚMERO DE PRESOS EM FUNÇÃO DO GÊNERO E BAIRRO DE ORIGEM ANTES DE SER PRESO (REGIONAL IV).

A figura 14 indica que, na Regional V, o bairro do Bom Jardim expressivamente demonstra maior concentração de endereços dos respondentes.

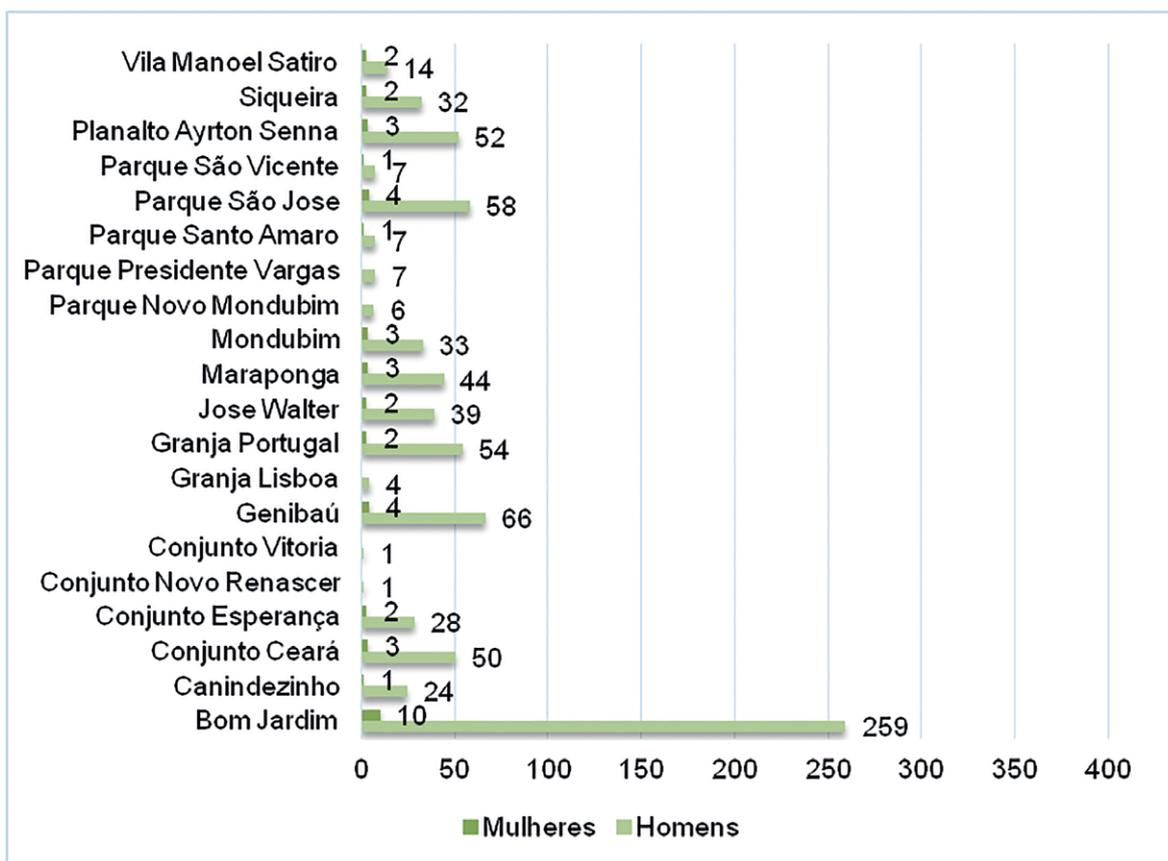


FIGURA 14. NÚMERO DE PRESOS EM FUNÇÃO DO GÊNERO E BAIRRO DE ORIGEM ANTES DE SER PRESO (REGIONAL V).

A figura 15 aponta que, na Regional VI, expressivamente o bairro de Messejana tem maior concentração de endereços dos respondentes.

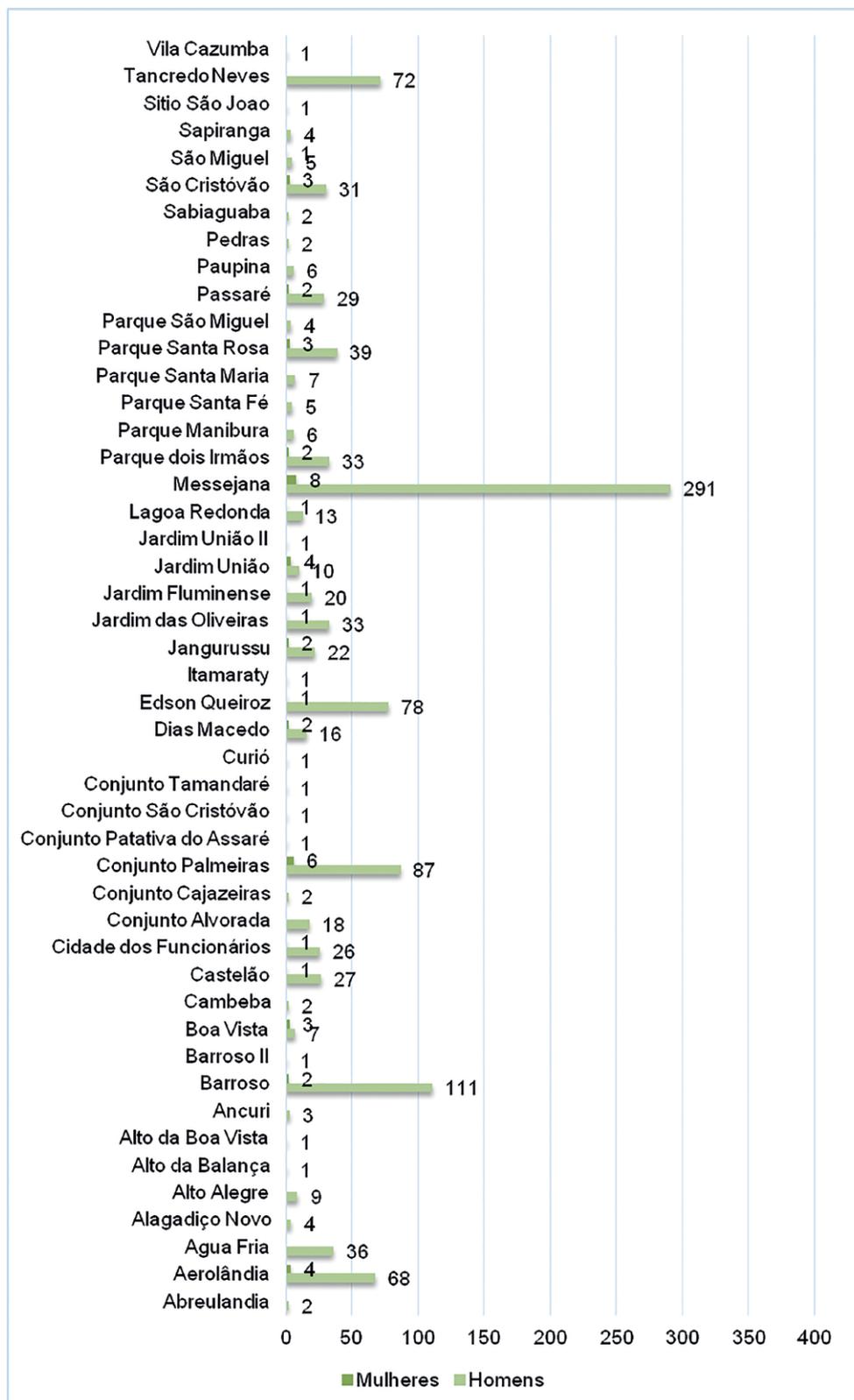


FIGURA 15. NÚMERO DE PRESOS EM FUNÇÃO DO GÊNERO E BAIRRO DE ORIGEM ANTES DE SER PRESO (REGIONAL VI).

A figura 16 expressa que, na Região Metropolitana, Caucaia traz maior concentração de endereços dos respondentes.

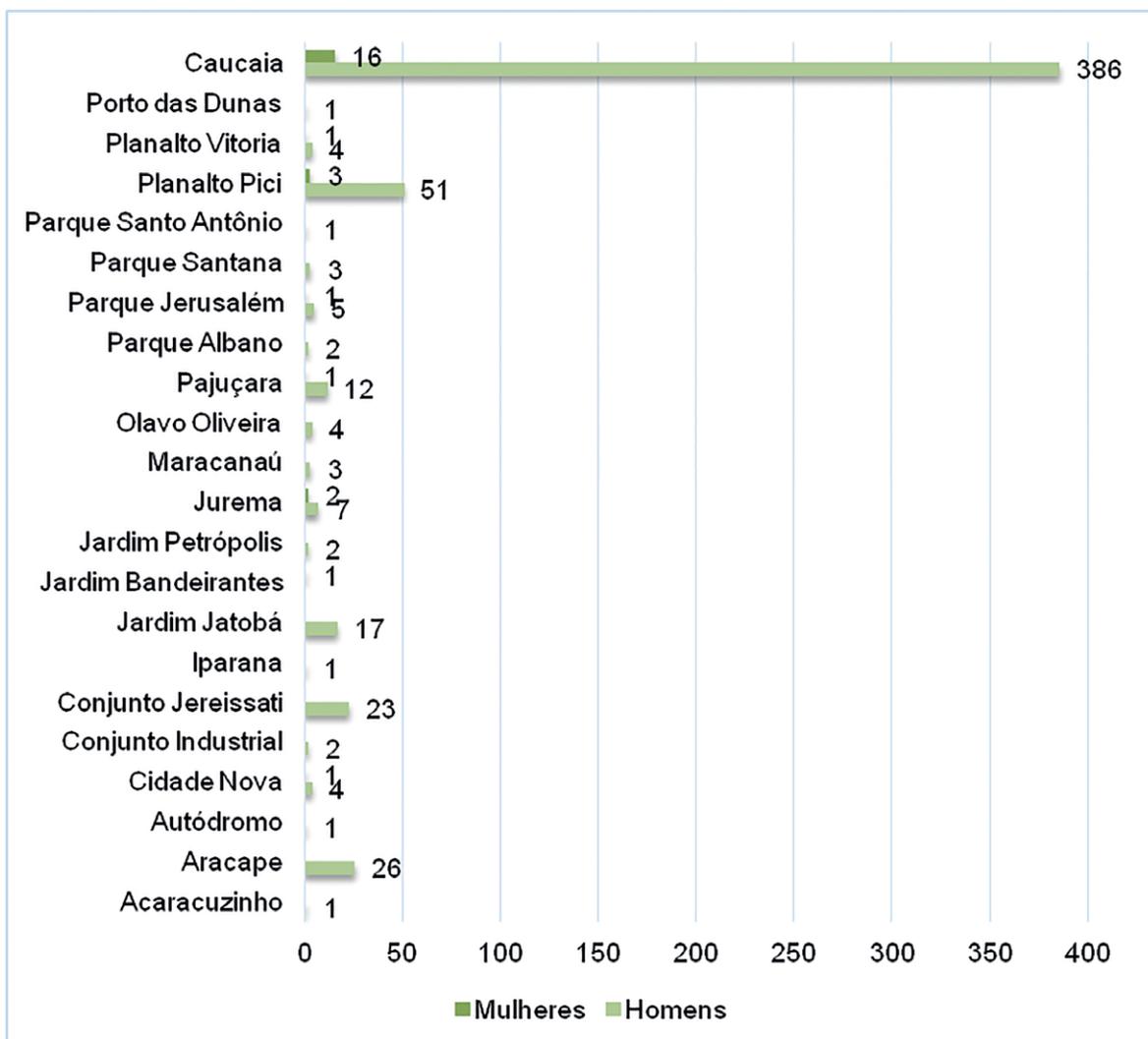


FIGURA 16. NÚMERO DE PRESOS EM FUNÇÃO DO GÊNERO E BAIRRO/CIDADE DE ORIGEM ANTES DE SER PRESO (REGIÃO METROPOLITANA).

4.3. Religião

As tabelas 8 e 9 indicam as religiões declaradas pelos entrevistados. A maioria, em todas as macrorregiões, denominou-se católica (43,9%). Os evangélicos perfazem um percentual de 25,6%. Destaca-se o fato de que os que relatam não possuir religião atingem a totalidade de 28,0%. Considerando a variável outras religiões, 15 respondentes referem-se às de origem africana.

Tabela 8. Religião dos recolhidos.

Religião	Homens		Mulheres		Total	
	n	%	n	%	n	%
Católica	4984	43,5	306	52,5	5.290	43,9
Evangélica	2940	25,7	139	23,8	3.079	25,6
Espírita	52	0,4	7	1,2	59	0,5
Outras	36	0,3	5	0,9	41	0,3
Não Possui	3254	28,4	116	19,9	3.370	28,0
Não informado	191	1,7	10	1,7	201	1,7
Total	11457	100	583	100	12.040	100

Tabela 9. Religião dos detentos por macrorregião do Estado.

Macrorregião	Religião									
	Católica		Evangélica		Espírita		Não Possui		Não Informada	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
I	2931	37,8	2310	29,8	38	0,5	2321	30,0	149	1,9
II	379	53,3	140	19,7	1	0,1	173	24,3	18	2,5
III	546	46,6	233	19,9	1	0,1	363	31,0	29	2,5
IV	105	56,8	21	11,4	2	1,1	54	29,2	3	1,6
V	340	59,1	97	16,9	3	0,5	120	20,9	15	2,6
VI	109	54,8	37	18,6	1	0,5	51	25,6	1	0,5
VII	231	48,9	109	23,1	8	1,7	113	23,9	11	2,3
VIII	649	66,4	132	13,5	5	0,5	175	17,9	16	1,6
Total	5290		3079		59		3370		242	

NOTA: I = Região Metropolitana; II = Litoral Oeste; III = Sobral / Ibiapaba; IV = Sertão dos Inhamuns; V = Sertão Central; VI = Serra de Baturité; VII = Litoral Leste / Jaguaribe; VIII = Cariri / Centro Sul.

4.4. Estado civil

De acordo com a tabela 10, dos 12.040 respondentes da pesquisa, 47,1% indicaram-se solteiros, 36,2% que estão em união estável e 12,2% é casados. Destaca-se que, juntos, os dois últimos itens, os quais apontam para uma situação de conjugalidade, superaram o percentual de solteiros.

Tabela 10. Estado civil dos detentos.

Estado Civil	Homens		Mulheres		Total	
	n	%	n	%	N	%
Solteiro(a)	5317	46,4	326	55,9	5643	47,1
Casado(a)	1432	12,5	43	7,4	1475	12,2
União Estável	4189	36,6	169	29,0	4358	36,2
Divorciado(a)	345	3,0	13	2,2	358	3,0
Viúvo(a)	53	0,5	25	4,3	78	0,6
Outros	13	0,1	1	0,2	14	0,1
Não informado	108	0,9	6	1,0	114	0,8
Total	11457	100	583	100	12040	100

Na tabela 11, visualiza-se o fato de que, nas macrorregiões II, III e VII, a condição de solteiro é maior do que a de conjugalidade.

Tabela 10. Distribuição de estado civil por macrorregião do Estado.

Macrorregião	Estado Civil													
	Solteiro		Casado		União Estável		Divorciado		Viúvo		Outros		Não Informado	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
I	3615	46,7	902	11,6	2906	37,5	196	2,5	51	0,7	8	0,1	71	0,9
II	371	52,2	72	10,1	236	33,2	23	3,2	1	0,1	4	0,6	4	0,6
III	564	48,1	110	9,4	434	37,0	44	3,8	5	0,4	2	0,2	13	1,1
IV	76	41,1	32	17,3	66	35,7	9	4,9	---	---	---	---	2	1,1
V	264	45,9	81	14,1	196	34,1	23	4	5	0,9	---	---	6	1
VI	94	47,2	37	18,6	61	30,7	6	3	1	0,5	---	---	---	---
VII	242	51,3	61	12,9	149	31,6	11	2,3	3	0,6	---	---	6	1,3
VIII	417	42,7	180	18,4	310	31,7	46	4,7	12	1,2	---	---	12	1,2
Total	5643		1475		4358		358		78		14		114	

NOTA: I = Região Metropolitana; II = Litoral Oeste; III = Sobral / Ibiapaba; IV = Sertão dos Inhamuns; V = Sertão Central; VI = Serra de Baturité; VII = Litoral Leste / Jaguaribe; VIII = Cariri / Centro Sul.

4.5. Orientação sexual

Em relação à tabela 12, dos 12.040 participantes, a maioria declarou-se heterossexual (95,8%). Em relação aos homossexuais e bissexuais, juntos, representaram 2,9% da amostra. Percebe-se que, entre as mulheres, a autopercepção da condição não heterossexual (25%) é maior do que entre os homens (1,7%).

Tabela 12. Distribuição dos detentos por gênero e orientação sexual.

Orientação Sexual	Homens		Mulheres		Total	
	N	%	n	%	n	%
Heterossexual	11115	97,0	428	73,4	11543	95,8
Homossexual	73	0,6	90	15,4	163	1,4
Bissexual	126	1,1	56	9,6	182	1,5
Não informado	143	1,3	9	1,6	152	1,3
Total	11457	100	583	100	12040	100

4.6. Cor da pele

As tabelas 13 e 14 permitem um exame mais detalhado sobre a cor da pele autodeclarada dos pesquisados. Observa-se que em todas as macrorregiões do Ceará prevalece neste item o pardo ou indígena, seguido do amarelo ou asiático, do branco e, por fim, do negro.

Tabela 13. Cor da pele informada pelos detentos.

Cor da pele	Homens		Mulheres		Total	
	N	%	n	%	N	%
Branco	2185	19,1	91	15,6	2276	18,9
Amarelo ou Asiático	3370	29,4	181	31,0	3551	29,5
Pardo ou Indígena	3897	34,0	220	37,7	4117	34,2
Negro	1594	13,9	86	14,8	1680	13,9
Não informado	411	3,6	5	0,9	416	3,5
Total	11457	100	583	100	12040	100

Tabela 14. Distribuição dos detentos em função da cor da pele e da macrorregião do Estado.

Macrorregião	Cor da Pele									
	Branco		Amarelo ou Asiático		Pardo ou Indígena		Negro		Não Informada	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
I	1595	20,6	2276	29,4	2540	32,8	1010	13	328	4,2
II	130	18,3	232	32,6	248	34,9	88	12,4	13	1,8
III	142	12,1	345	29,4	484	41,3	187	16	14	1,2
IV	25	13,5	53	28,6	66	35,7	40	21,6	1	0,5
V	99	17,2	172	29,9	214	37,2	78	13,6	12	2,1
VI	28	14,1	59	29,6	74	37,2	35	17,6	3	1,5
VII	97	20,6	144	30,5	154	32,6	55	11,7	22	4,7
VIII	160	16,4	270	27,5	337	34,5	187	19,1	23	2,4
Total	2276		3551		4117		1680		416	

NOTA: I = Região Metropolitana; II = Litoral Oeste; III = Sobral / Ibiapaba; IV = Sertão dos Inhamuns; V = Sertão Central; VI = Serra de Baturité; VII = Litoral Leste / Jaguaribe; VIII = Cariri / Centro Sul.

5. HISTÓRICO PRISIONAL

5.1. Situação prisional dos detentos

Conforme aponta a tabela 15, segundo o relato dos entrevistados, 49,1% são provisórios, seguidos por apenados (42,5%). Ademais, 2,5% declararam não saber sua situação prisional e 0,7% não informou. Os que estão em regime semiaberto, no entanto, recolhidos, perfazem um total de 5,2%. Considerando os presos apenados, 43,1% são do gênero masculino e 29,5% do feminino. Dos que se encontram em situação provisória, 60,5% são mulheres e 48,5% homens.

Tabela 15. Distribuição dos detentos por gênero e situação prisional.

Situação Prisional	Homens		Mulheres		Total	
	n	%	n	%	N	%
Apenado	4943	43,1	172	29,5	5115	42,5
Provisório	5559	48,5	353	60,5	5912	49,1
Semiaberto (Recolhido)	604	5,3	23	3,9	627	5,2
Pena Paga	2	---	---	---	2	---
Não sabe	272	2,4	33	5,7	305	2,5
Não informado	77	0,7	2	0,3	79	0,7
Total	11457	100	583	100	12040	100

Na tabela 16, observa-se que, na Região Metropolitana de Fortaleza, o percentual de presos provisórios (46,7%) é maior do que o de apenados (41,1%). Com exceção das regiões de Sobral/Ibiapaba e Sertão dos Inhamuns, nas demais regiões do Estado, também, o número de provisórios é superior ao dos condenados.

Tabela 16. Distribuição de situação prisional por região do Estado.

Macrorregião	Estado Civil											
	Apenado		Provisório		Semiaberto (Recolhido)		Não Sabe		Pena Paga		Não Informado	
	n	%	N	%	n	%	n	%	n	%	n	%
I	3187	41,1	3615	46,7	609	7,9	289	3,7	2	---	47	0,6
II	292	41,1	405	57	7	1	4	0,6	---	---	3	0,4
III	641	54,7	515	43,9	4	0,3	2	0,2	---	---	10	0,9
IV	101	54,6	84	45,4	---	---	---	---	---	---	---	---
V	203	35,3	360	62,6	3	0,5	5	0,9	---	---	4	0,7
VI	79	39,7	119	59,8	---	---	---	---	---	---	1	0,5
VII	146	30,9	324	68,6	---	---	1	0,2	---	---	1	0,2
VIII	466	47,7	490	50,2	4	0,4	4	0,4	---	---	13	1,3
Total	5115		5912		627		305		2		79	

NOTA: I = Região Metropolitana; II = Litoral Oeste; III = Sobral / Ibiapaba; IV = Sertão dos Inhamuns; V = Sertão Central; VI = Serra de Baturité; VII = Litoral Leste / Jaguaribe; VIII = Cariri / Centro Sul.

⁶Segundo dados oficiais (fonte: <http://www.sejus.ce.gov.br/index.php/gestao-penitenciaria/39/70>), o número de presos provisórios nas unidades prisionais do Estado do Ceará pode atingir um percentual ainda mais expressivo (68,9%), uma vez que as informações apresentadas acerca da situação prisional foram elaboradas com base no relato do preso.

5.2 Motivos das detenções

As tabelas e gráficos a seguir expressam alguns cruzamentos e permitem um exame mais minucioso da tipologia e frequência criminais declarados pelos respondentes. O objetivo foi detalhar a tipologia criminal, a recorrência dos crimes e o perfil dessa variável nas macrorregiões. As causas das detenções foram informadas pelos pesquisados. Na ocasião, questionava-se sobre o (os) motivo (os) da prisão, solicitando que indicassem, por qual ou quais crimes estavam sendo acusados. No conjunto das respostas, verificou-se que, entre os entrevistados do gênero masculino, prevalecem os crimes contra o patrimônio (5.527), contra a pessoa (2.907) e relacionados a entorpecentes (2.267). Quando analisados os mesmos crimes na amostra do gênero feminino, constata-se uma configuração distinta, em que prevalecem os crimes relacionados a entorpecentes (334), contra o patrimônio (163) e contra a pessoa (59).

As figuras 17 e 18 indicam a incidência dos tipos de crimes cometidos. Na figura 17, fica denotado que entre a população masculina encarcerada há maior frequência de crimes contra o patrimônio; ao fazer referência à população feminina encarcerada, aponta para maior incidência de crimes relacionados a entorpecentes (fig.18).

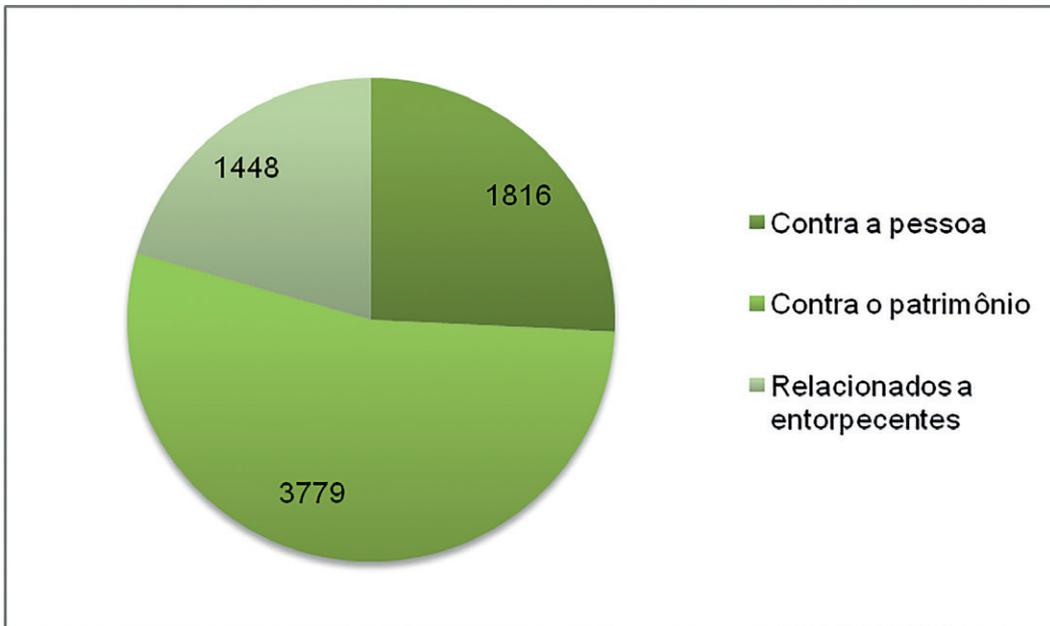


FIGURA 17. DISTRIBUIÇÃO DOS CRIMES MAIS RECORRENTES EM DETENTOS DO SEXO MASCULINO.

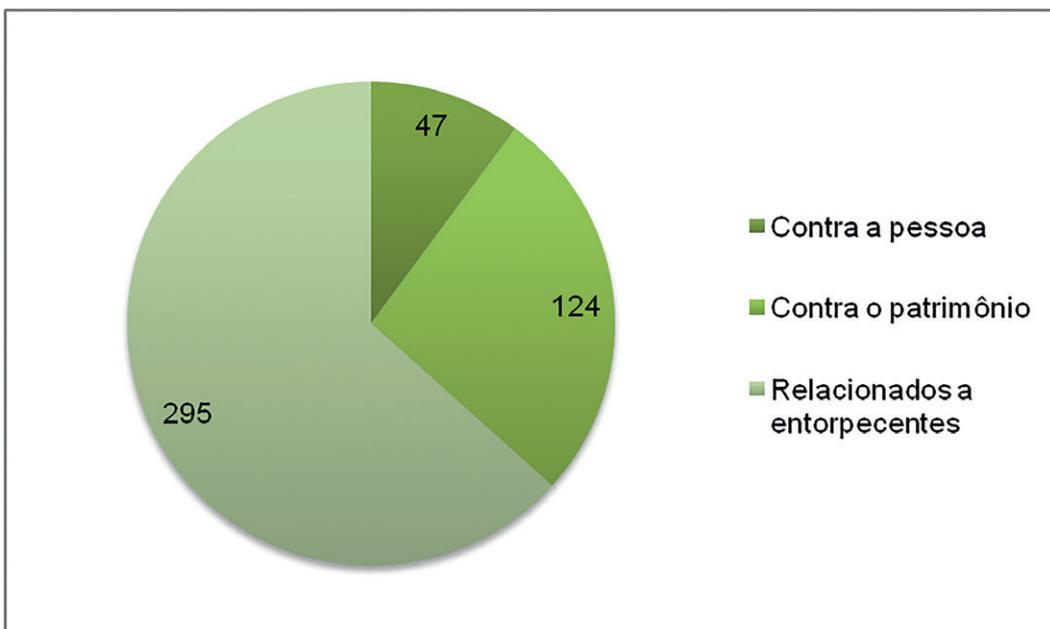


FIGURA 18. DISTRIBUIÇÃO DOS CRIMES MAIS RECORRENTES EM DETENTOS DO SEXO FEMININO.

Para elaborar a tabela 17, agruparam-se os crimes em função da classificação legal (capítulos do Código Penal). Em cada agrupamento, somou-se o número de crimes a que cada entrevistado disse responder. Por exemplo, o entrevistado que indicou responder por um homicídio simples e um sequestro figura na tabela com dois crimes contra a pessoa. Como é possível visualizar, os crimes nomeados no Código Penal Brasileiro, mais recorrentes no Ceará, são os cometidos Contra o Patrimônio (5.690), Contra a Pessoa (2.966), Relacionados a Entorpecentes (2.601) e Relacionados ao Desarmamento (1.404). Em relação aos crimes cometidos contra a mulher inseridos na Lei Maria da Penha, eles perfazem um total de 333 em todo o Estado. Em todos os tipos penais listados, a maioria dos detentos está respondendo por apenas um tipo de crime.

Tabela 17. Número de crimes por categoria que o detento responde.

Crimes que responde ⁷	Homens		Mulheres		Total	
	n	%	n	%	n	%
Contra a pessoa						
Um	2468	84,9	51	86,4	2519	84,9
Dois	326	11,2	6	10,2	332	11,2
Três	69	2,4	2	3,4	71	2,4
Quatro	23	0,8	---	---	23	0,8
Cinco ou mais	21	0,7	---	---	21	0,7
Total	2907	100	59	100	2966	100
Contra o patrimônio						
Um	3809	68,9	124	76,1	3933	69,1
Dois	926	16,8	17	10,4	943	16,6
Três	382	6,9	8	4,9	390	6,9
Quatro	177	3,2	7	4,3	184	3,2
Cinco ou mais	233	4,2	7	4,3	240	4,2
Total	5527	100,0	163	100,0	5690	100,0
Contra os costumes						
Um	493	93,9	2	100	495	93,9
Dois	28	5,3	---	---	28	5,3
Três	3	0,6	---	---	3	0,6
Quatro	1	0,2	---	---	1	0,2
Total	525	100	2	100	527	100
Contra a paz pública						
Um	459	97,9	30	100	489	98,0
Dois	8	1,7	---	---	8	1,6
Três	1	0,2	---	---	1	0,2
Quatro	1	0,2	---	---	1	0,2
Total	469	100	30	100	499	100
Contra a fé pública						
Um	106	93,8	5	100	111	94,1
Dois	7	6,2	---	---	7	5,9
Total	113	100	5	100	118	100

⁷Dos recolhidos, 902 (7,5%) se recusaram a informar por quais crimes estão respondendo.

Contra a Administração Pública						
Um	38	100	7	100	138	100
Total	38	100	7	100	138	100
Por particular contra a Adm. Pública						
Um	10	90,9	---	---	10	90,9
Dois	1	9,1	---	---	1	9,1
Total	11	100	---	---	11	100
Lei Maria da Penha						
Um	312	94,0	1	100	313	94,0
Dois	9	2,7	---	---	9	2,7
Três	5	1,5	---	---	5	1,5
Quatro	3	0,9	---	---	3	0,9
Cinco ou mais	3	0,9	---	---	3	0,9
Total	332	100	1	100	333	100
Relacionados a entorpecentes						
Um	1999	88,2	294	88,0	2293	88,2
Dois	223	9,8	34	10,2	257	9,9
Três	35	1,5	5	1,5	40	1,5
Quatro	6	0,3	---	---	6	0,2
Cinco ou mais	4	0,2	1	,3	5	0,2
Total	2267	100	334	100	2601	100
Relacionados ao desarmamento						
Um	1217	88,4	26	96,3	1243	88,5
Dois	126	9,2	1	3,7	127	9,0
Três	27	2,0	---	---	27	1,9
Quatro	3	0,2	---	---	3	0,2
Cinco ou mais	4	0,3	---	---	4	0,3
Total	1377	100,0	27	100,0	1404	100,0
Outros tipos de crime⁸						
Um	182	98,4	1,00	13	195	98,5
Dois	2	1,1	---	---	2	1,0
Três	---	---	---	---	---	---
Quatro	1	0,5	---	---	1	0,5
Cinco ou mais	---	---	---	---	---	---
Total	185	100	1,0	13	198	100

Os dados da tabela 18 são originários das informações contidas na tabela 17. Nesta ilustração, considerou-se a quantidade de tipos de crime pelos quais cada detento responde. Por exemplo, se um detento responde a cinco crimes contra a pessoa, ele será contabilizado na linha "Um", pois todos os crimes se encontram na mesma classificação. Do mesmo modo, se um detento responde por um crime contra a pessoa e um crime contra o patrimônio, ele será contabilizado na linha "Dois", pois estes crimes se encontram em duas classificações distintas. A tabela 18 examina a frequência da tipologia criminal e pode-se, com base nos indicadores recolhidos inferir que, independentemente do gênero, a maioria dos respondentes indica

⁸A categoria "outros tipos de crime" inclui: crimes envolvendo o Estatuto da Criança e do Adolescente, genocídio, tortura, crimes contra o meio ambiente, crimes envolvendo a Lei Seca, tentativa de latrocínio, corrupção de menores, aliciamento de menores e quebra de regime.

que cometeram apenas um tipo de crime classificado pelo Código Penal Brasileiro.

Tabela 18. Quantidade de tipos penais.

Quantidade de tipos crime(s) ⁹	Homens		Mulheres		Total	
	n	%	n	%	n	%
Um	8089	70,6	489	83,8	8578	71,2
Dois	1908	16,7	53	9,1	1961	16,3
Três	496	4,3	14	2,4	510	4,2
Quatro	78	0,7	1	0,2	79	0,7
Cinco	9	0,1	---	---	9	0,1
Seis	1	0,0	---	---	1	---
Não informado	876	7,6	26	4,5	902	7,5
Total	11457	100	583	100	12040	100

A tabela 19 considerou apenas os recolhidos que cometeram crimes provenientes de Classificação Penal única (n = 8.578, ver tabela 18). Deste modo, ela especifica quantos destes recolhidos cometeram cada tipo de crime. Por exemplo, observando a tabela, pode-se perceber que 3.903 detentos cometeram um ou mais crimes contra o patrimônio. Observando a tabela, pode-se perceber que 3.903 (45,5%) detentos cometeram apenas crimes Contra o Patrimônio. Da mesma maneira, conclui-se que 1.863 (21,7%) detentos indicam ter cometido unicamente crimes Contra a Pessoa. Em sequência, 1.743 (20,3%) dos detentos relatam ter cometido exclusivamente crimes Relacionados a Entorpecentes. Dos 8.578 respondentes, 238 (2,8%) indicam ter cometido somente crimes contidos na Lei Maria da Penha.

Tabela 19. Quantidade de crimes por tipo de penal.

Crimes que responde	Homens		Mulheres		Total	
	n	%	n	%	n	%
Contra a pessoa	1816	22,5	47	9,6	1863	21,7
Contra o patrimônio	3779	46,7	124	25,4	3903	45,5
Contra os costumes	408	5,0	1	0,2	409	4,8
Contra a paz pública	39	0,5	10	2,0	49	0,6
Contra a fé pública	24	0,3	1	0,2	25	0,3
Contra a Administração Pública	8	0,1	4	0,8	12	0,1
Por particular contra a Adm. pública	3	---	---	---	3	---
Lei Maria da Penha	237	2,9	1	0,2	238	2,8
Relacionados a entorpecentes	1448	17,9	295	60,3	1743	20,3
Relacionados ao desarmamento	272	3,4	4	0,8	276	3,2
Outros tipos de crime	55	0,7	2	0,4	57	0,7
Total	8089	100	489	61,7	8578	100

⁹A quantidade de tipos de crime se refere ao número de tipos de crime pelos quais que o detento está respondendo. Neste sentido, quanto maior o número, mais diversificados são os crimes pelos quais o detento responde.

No recorte a seguir, foram priorizadas as tipologias criminais mais apontadas pelos respondentes na tabela 19, que foram os crimes Contra ao Patrimônio, crimes Contra a Pessoa e Relacionados a Entorpecentes. Portanto, os dados da tabela 20 permitem uma análise da tipologia criminal por macrorregião do Estado. Observa-se que os crimes Contra o Patrimônio são menos recorrentes apenas nas Regiões da Serra de Baturité e Sertão dos Inhamuns, onde prevalecem os Crimes Contra a Pessoa, com números apontando pouca variação entre as duas tipologias.

Tabela 20. Tipificação penal por macrorregião.

Macrorregião	A		B		C	
	n	%	n	%	n	%
I	962	51,6	2651	67,9	1091	62,6
II	150	8,1	190	4,9	126	7,2
III	200	10,7	393	10,1	165	9,5
IV	54	2,9	51	1,3	17	1,0
V	150	8,1	180	4,6	52	3,0
VI	63	3,4	57	1,5	17	1,0
VII	80	4,3	120	3,1	123	7,1
VIII	204	11,0	261	6,7	152	8,7
Total	1863	100	3903	100	1743	100

NOTA: A = Crimes contra a pessoa; B = Crimes contra o patrimônio; C = Crimes relacionados a entorpecentes. I = Região Metropolitana; II = Litoral Oeste; III = Sobral / Ibiapaba; IV = Sertão dos Inhamuns; V = Sertão Central; VI = Serra de Baturité; VII = Litoral Leste / Jaguaribe; VIII = Cariri / Centro Sul.

A tabela 21 indica que se repete o padrão de ocorrência entre a tipificação de crimes e a região de residência entre os encarcerados na cidade de Fortaleza. A única exceção à fuga desse padrão refere-se à incidência levemente superior de crimes relacionados a entorpecentes na SER I, com relação aos tipos de crime contra a pessoa e contra o patrimônio, distinta das demais distribuições regionais.

Tabela 21. Tipificação penal e regional de residência antes de ser preso¹⁰.

Regional	A		B		C	
	n	%	n	%	n	%
SER I	93	17,3	365	18,1	120	21,1
SER II	64	11,9	376	18,6	91	16,0
SER III	71	13,2	256	12,7	59	10,4
SER IV	43	8,0	149	7,4	48	8,5
SER V	106	19,7	298	14,7	93	16,4
SER VI	122	22,7	429	21,2	122	21,5
Região Metropolitana	26	4,9	62	3,1	25	4,4
Caucaia	1	0,2	2	0,1	3	0,5
Centro	10	1,9	76	3,8	7	1,2
Morador de rua	1	0,2	7	0,3	---	---
Total	537	100	2020	100	568	100

NOTA: A = Crimes contra a pessoa; B = Crimes contra o patrimônio; C = Crimes relacionados a entorpecentes.

A figura 19 aponta para compreensão de que não há como estabelecer vínculos entre tipo de crimes mais recorrentes e cor de pele, uma vez que há distribuição equilibrada em todas as indicações de “cor de pele referenciadas” na pesquisa.



FIGURA 19. TIPOS DE CRIMES E COR DA PELE¹¹.

¹⁰Nestas análises, foram considerados os três tipos de crimes de maior frequência e os sujeitos que respondem por crimes de um só capítulo do Código Penal.

¹¹Este gráfico foi elaborado com base nos três tipos penais mais recorrentes: crimes contra a pessoa, crimes contra o patrimônio e crimes relacionados a entorpecentes (tabela 19).

De acordo com a Figura 20, na região do Litoral Leste/Jaguaribe apesar de prevalecerem os crimes Relacionados a Entorpecentes, a variação é pequena em relação aos crimes Contra o Patrimônio. Na região Metropolitana de Fortaleza, os crimes Contra o Patrimônio e Relacionados a Entorpecentes são mais expressivos do que os perpetrados Contra a Pessoa. Excetuando as Regiões da Serra de Baturité, Sertão Central e Sertão dos Inhamuns, os crimes Relacionados a Entorpecentes assumem proporções expressivas em todo o Estado. A figura permite inferir que, no interior do Estado, proporcionalmente comparando com a população da capital e Região Metropolitana, a tipologia criminal é a de crimes Contra a Pessoa, enquanto em Fortaleza e Região Metropolitana é a de crimes Contra o Patrimônio.

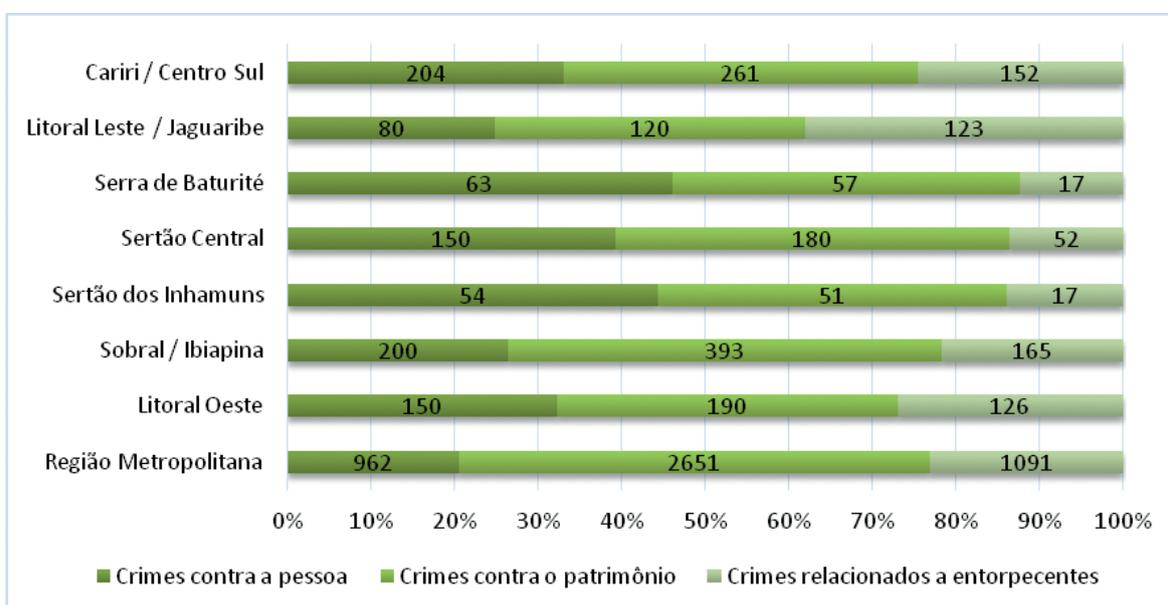


FIGURA 20. TIPOS DE CRIME E MACRORREGIÃO¹².

Considerando as três tipologias mais expressivas apontadas, a figura (21) detalha a renda familiar mensal declarada pelos respondentes, fazendo um cruzamento com a tipologia criminal. De acordo com a figura 21, é possível visualizar a existência de uma concentração de crimes relacionados ao Patrimônio (2.470), Contra a Pessoa (1.205) e Entorpecentes (1.088) nas faixas de renda familiar de menos de um salário até dois salários-mínimos. Ressalta-se uma preponderância de crimes Contra o Patrimônio (1.335) na

¹²Este gráfico foi feito com base nos três tipos penais mais recorrentes: crimes contra a pessoa, crimes contra o patrimônio e crimes relacionados a entorpecentes (tabela 20).

faixa de rendimentos de um a dois salários-mínimos. Da mesma maneira, os crimes Contra a Pessoa (1.205) e Relacionados a Entorpecentes (1.088) incidem prioritariamente na faixa de menos de um a dois salários-mínimos, predominando na faixa de rendimento familiar mensal de um a dois salários-mínimos (616 e 558 respectivamente). Não foi possível estabelecer o cruzamento entre tipologia criminal e faixa de renda familiar mensal de um número importante de detentos (1.868), pois as rendas familiares não foram declaradas.

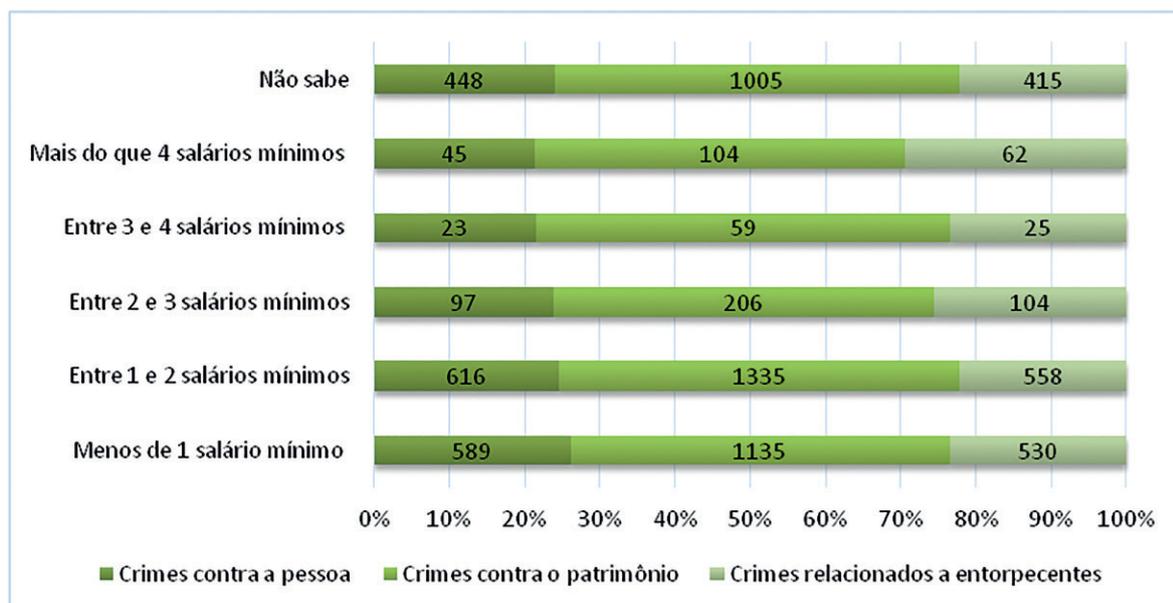


FIGURA 21. RENDA MENSAL EM FUNÇÃO DO CRIME COMETIDO¹³.

Na Figura 22, verificam-se a tipologia criminal e faixa etária dos 12.040 entrevistados. É possível concluir que os crimes Contra o Patrimônio são principalmente efetuados por pessoas na faixa de idade de 22 a 29 anos. Observa-se a mesma ocorrência para os crimes Relacionados a Entorpecentes. Os crimes listados Contra a Pessoa são consumados expressivamente por pessoas que fazem parte da faixa etária compreendida de 22 a 37 anos, havendo maior incidência desta tipologia criminal na faixa etária de 26 a 29 anos. Na faixa de 22 a 37 anos, no entanto, os crimes

¹³Este gráfico foi feito com base nos três tipos penais mais recorrentes: crimes contra a pessoa, crimes contra o patrimônio e crimes relacionados a entorpecentes (tabela 19).

Contra o Patrimônio sobrepõem os cometidos Contra a Pessoa. Há maior concentração de crimes Contra a Pessoa nas faixas de idades relacionadas a partir de 38 anos, em contraposição aos Crimes contra o Patrimônio e Entorpecentes.

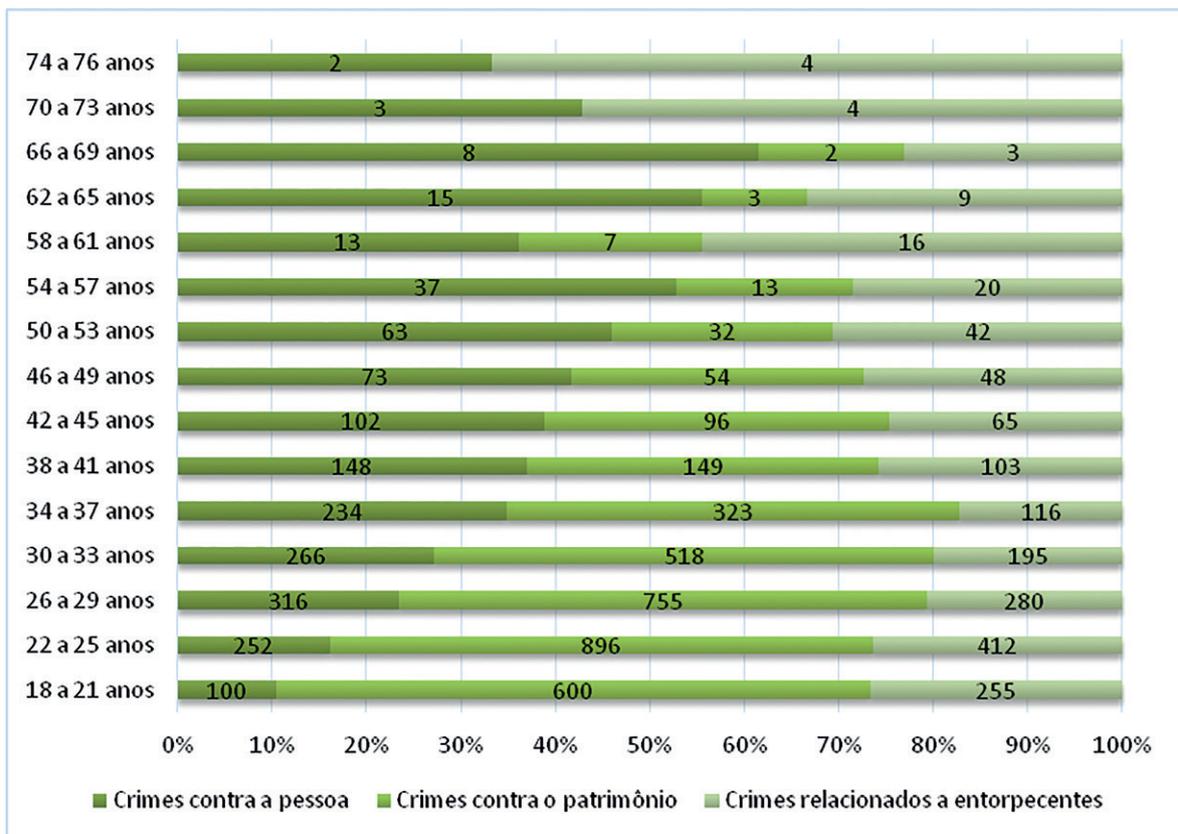


FIGURA 22. TIPOS DE CRIMES E FAIXA ETÁRIA¹⁴.

Considerando as mulheres que indicaram ter companheiro (n = 213), questionou-se se o motivo de sua detenção tinha alguma relação com o seu companheiro. Como mostra a figura 23, 51% das mulheres que têm companheiros (as) afirmam que a causa de sua detenção não está relacionada ao parceiro (a). Esta pergunta foi formulada para entender se existe uma relação direta entre a entrada da mulher no mundo do crime e a relação de conjugalidade. Apesar de ser possível inferir que a relação com o parceiro (a) influencia no percurso criminoso da mulher, porquanto 39% informam que sua prisão está relacionada com o companheiro (a), não é

¹⁴Este gráfico foi feito com base nos três tipos penais mais recorrentes: crimes contra a pessoa, crimes contra o patrimônio e crimes relacionados a entorpecentes (tabela 19).

possível afirmar que a maioria das mulheres ali está em consequência de sua relação conjugal.



FIGURA 23. MOTIVO DA PRISÃO DAS MULHERES E SUA RELAÇÃO COM O COMPANHEIRO.

Como indicado (figura 24), 46,9% das mulheres encarceradas estão com os companheiros (as) também presos. Percebe-se, que não há porém, uma diferença numérica expressiva entre as que relatam não estar com os companheiros na mesma condição de detentos (as) (42,7%).

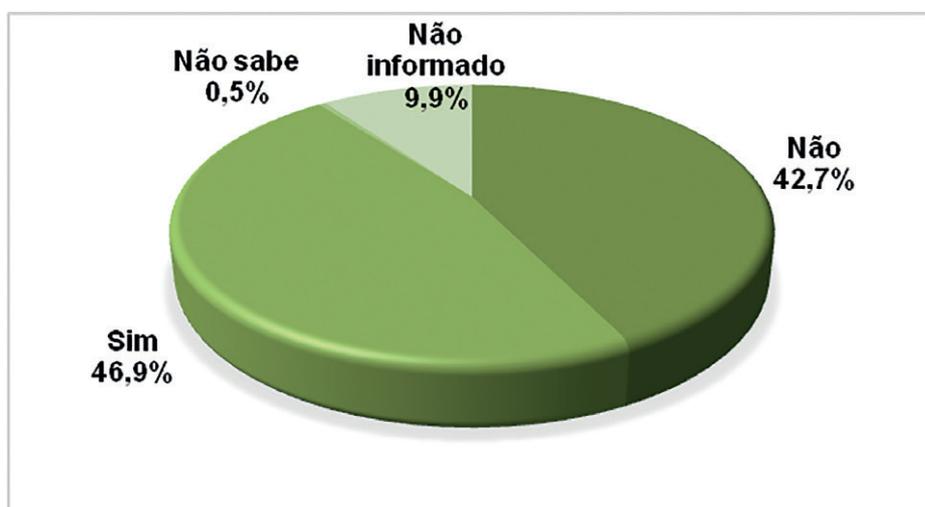


FIGURA 24. INDICAÇÃO, ENTRE AS MULHERES, DA SITUAÇÃO PRISIONAL DO COMPANHEIRO¹⁵.

¹⁵Esse gráfico indica as respostas das mulheres que possuem companheiro à pergunta: seu companheiro está preso?

5.3. Acesso a advogado e Defensoria

A tabela 22 destaca que 22,3% (2.680) das pessoas recolhidas declararam que não possuem assistência jurídica. Ao mesmo tempo, 37,5% disseram ser atendidos pela Defensoria Pública e 35,4% relataram ter atendimento de advogado particular. Quando se analisa a assistência jurídica em relação ao gênero, nota-se que 22,6% dos homens e 14,6% das mulheres dizem não ter nenhum tipo de assistência jurídica. Dos que referem possuir atendimento jurídico, percentualmente, as mulheres (41,8%) relatam utilizar mais os serviços de advogados particulares do que os homens (35,0%). Da mesma maneira, as mulheres (38,8%) recebem assistência jurídica da Defensoria Pública em um percentual levemente superior ao dos homens (37,5%).

Tabela 22. Assistência jurídica em função do gênero do recolhido.

Possui Advogado ou Defensor	Homens		Mulheres		Total	
	n	%	n	%	n	%
Não	2595	22,6	85	14,6	2680	22,3
Defensor Público	4293	37,5	226	38,8	4519	37,5
Advogado Particular	4013	35,0	244	41,8	4257	35,4
Não Sabe	473	4,2	24	4,1	497	4,1
Não informado	83	0,7	4	0,7	87	0,7
Total	11457	100	583	100	12040	100

Os dados coletados indicam em algumas regiões do Estado uma incidência maior de atendimentos realizados por advogado particular. Destacam-se, na Tabela 23, as regiões Sertão dos Inhamuns, Sertão Central, Litoral Leste/Jaguaribe e Cariri/Centro Sul, onde o número de presos atendidos por advogados particulares é superior ao dos que estão com Defensor Público.

Tabela 23. Assistência jurídica por macrorregião do Estado.

Macrorregião	Tipo de assistência									
	Não Possui		Defensor Público		Advogado Particular		Não Sabe		Não Informado	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
I	1620	21,0	2996	38,7	2703	34,9	365	4,7	59	0,8
II	176	24,6	254	35,7	251	35,3	25	3,5	6	0,8
III	264	22,4	545	46,5	325	27,7	31	2,6	8	0,7
IV	58	30,8	49	26,5	67	36,2	12	6,5	---	---

V	181	31,3	154	26,8	222	38,6	15	2,6	4	0,7
VI	39	19,1	82	41,2	76	38,2	3	1,5	---	---
VII	117	24,8	151	32,0	190	40,3	13	2,8	1	0,2
VIII	225	22,9	288	29,5	423	43,3	33	3,4	9	0,9
Total	2680		4519		4257		497		87	

NOTA: I = Região Metropolitana; II = Litoral Oeste; III = Sobral / Ibiapaba; IV = Sertão dos Inhamuns; V = Sertão Central; VI = Serra de Baturité; VII = Litoral Leste / Jaguaribe; VIII = Cariri / Centro Sul.

De acordo com a tabela 24, o total de respondentes deste quesito (4.519) assinala não ter assistência jurídica particular, estando, portanto, sob o atendimento jurídico do Estado (Defensoria Pública). Constata-se, no entanto, que 53,2% informam nunca se haverem encontrado com o defensor público e 29,2% afirmam ter tido apenas um encontro no último ano com o defensor público. Observa-se ainda uma diferença percentual expressiva entre os que apontam um encontro anual (29,2%) e os que indicam dois ou mais encontros (17,6%).

Em relação ao gênero, os homens (29,5%) referem-se mais do que as mulheres (25,7%) a um encontro nos últimos doze meses. As mulheres (15,9%) indicam, no entanto, mais do que os homens (9,0%) ter tido de dois a três encontros no último ano com o defensor público. Esta frequência superior das mulheres em relação aos homens no item encontros com a Defensoria Pública permanece até a faixa de 10 a 12 encontros no último ano.

Tabela 24. Frequência de encontro com defensor no último ano (n = 4.519)¹⁶.

Frequência	Homens		Mulheres		Total	
	n	%	n	%	n	%
Nunca o viu	2301	53,6	101	44,7	2402	53,2
1 vez	1261	29,5	58	25,7	1319	29,2
De 2 a 3 vezes	386	9,0	36	15,9	422	9,3
De 4 a 6 vezes	42	1,0	14	6,2	56	1,2
De 7 a 9 vezes	2	---	5	2,2	7	0,2
De 10 a 12 vezes	5	0,1	2	0,9	7	0,2
Mais de 1 vez por mês	2	---	7	3,1	9	0,2
Não informado	294	6,8	3	1,3	297	6,5
Total	4293	100	226	100	4519	100

¹⁶Esta tabela considerou apenas aqueles que declararam ser atendido por defensor público.

Como aponta a tabela 25, dos 12.040 pesquisados em relação à assistência jurídica presencial destaca-se que, considerando a frequência de encontros com a Defensoria prevalece em todo o Estado a informação de não ter ocorrido nenhum encontro com o defensor público no último ano. Os números são descendentes em todo o Estado, quando tratam de mais de um encontro com a Defensoria Pública no último ano.

Tabela 25. Frequência de encontro com defensor no último ano por macrorregião do Estado.

Macrorregião	Número de vezes que encontrou o defensor público no último ano																							
	0		1		2		3		4		6		7		9		10		12		> 12		Não tem / Não informado	
	n	%	n	%	N	%	N	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
I	1619	20,9	782	10,1	256	3,3	38	0,5	6	0,1	7	0,1	8	0,1	---	---	---	---	---	---	---	---	5033	65,0
II	129	18,1	89	12,5	33	4,6	1	0,1	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	459	64,6
III	306	26,1	165	14,1	56	4,8	10	0,9	1	0,1	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	634	54,1
IV	18	9,7	24	13,0	7	3,8	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	136	73,5
V	85	14,8	55	9,6	14	2,4	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	421	73,2
VI	41	20,6	30	15,1	9	4,5	1	0,5	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	118	59,3
VII	82	17,4	57	12,1	12	2,5	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	321	68,0
VIII	122	12,5	117	12,0	35	3,6	6	0,6	---	---	---	---	---	---	---	---	1	0,1	---	---	---	---	696	71,2
Total	2402		1319		422		56		7		7		9										7818	

NOTA: I = Região Metropolitana; II = Litoral Oeste; III = Sobral / Ibiapaba; IV = Sertão dos Inhamuns; V = Sertão Central; VI = Serra de Baturité; VII = Litoral Leste / Jaguaribe; VIII = Cariri / Centro Sul.

5.4 Reentradas, transferências e ato infracional

5.4.1 Transferências

As tabelas seguintes demonstram o número de vezes em que o detento foi transferido de unidade prisional no Estado ou fora dele. Esta pergunta tem por objetivo compreender se no Ceará é necessário que se efetivem de forma sistemática deslocamentos dos internos para outras unidades.

A tabela 26 mostra que a maioria dos detentos do Ceará nunca foi transferida de unidade prisional. Isto é, permanecem na unidade prisional onde foram alocados inicialmente.

Tabela 26. Número de transferências de unidade.

Número de transferências	Homens		Mulheres		Total	
	N	%	n	%	N	%
0	7209	62,9	460	78,9	7669	63,7
1	2694	23,5	105	18,0	2799	23,2
2	571	5,0	13	2,2	584	4,9
3	470	4,1	4	0,7	474	3,9
4	220	1,9	1	0,2	221	1,8
5	123	1,1	---	---	123	1,0
6	55	0,5	---	---	55	0,5

7	36	0,3	---	---	36	0,3
≥ 8	79	0,7	---	---	79	0,7
Total	11457	100	583	100	12040	100

A tabela 27 aponta que, dentre as macrorregiões do Estado, as Regiões Metropolitana e Sobral/Ibiapaba são as que registraram maiores índices de presos que já foram transferidos uma ou mais vezes (41,7% e 35%, respectivamente).

Tabela 27. Distribuição de números de transferência por macrorregião do Estado.

Número de transferências	Macrorregião															
	I		II		III		IV		V		VI		VII		VIII	
	n	%	n	%	n	%	N	%	n	%	N	%	n	%	n	%
0	4508	58,2	569	80,0	762	65,0	148	80,0	499	86,8	168	84,4	397	84,1	618	63,3
1	1888	24,4	109	15,3	346	29,5	33	17,8	62	10,8	27	13,6	52	11,0	282	28,9
2	428	5,5	22	3,1	47	4,0	4	2,2	11	1,9	3	1,5	17	3,6	52	5,3
3	440	5,7	9	1,3	11	0,9	---	---	---	---	---	---	1	0,2	13	1,3
4	204	2,6	1	0,1	2	0,2	---	---	2	0,3	---	---	3	0,6	9	0,9
5	119	1,5	1	0,1	2	0,2	---	---	---	---	1	0,5	---	---	1	0,5
6	55	0,7	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
7	34	0,4	---	---	---	---	---	---	1	0,2	---	---	1	0,2	---	---
≥ 8	73	0,9	---	---	2	0,2	---	---	---	---	---	---	1	0,2	3	0,3
NI	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
Total	7749	100	711	100	1172	100	185	100	575	100	199	100	472	100	977	100

NOTA: NI = Não Informado; I = Região Metropolitana; II = Litoral Oeste; III = Sobral / Ibiapaba; IV = Sertão dos Inhamuns; V = Sertão Central; VI = Serra de Baturité; VII = Litoral Leste / Jaguaribe; VIII = Cariri / Centro Sul.

5.4.2 Reentradas

De acordo com a tabela 28, dos 12.040 sujeitos entrevistados, 44,9% afirmaram não possuir reentrada, enquanto 55,1% declararam possuir uma ou mais reentradas no sistema prisional. Portanto, conclui-se, que no sistema prisional do Ceará, o número de pessoas com reentradas é superior ao dos que informam estar ali pela primeira vez.

Quanto ao gênero, 44,0% dos homens informam não possuir reentrada e 56,0% relatam possuir uma ou mais reentradas. As mulheres neste item denotam um perfil diferente dos homens, pois 63,0% declaram não ter nenhuma reentrada e 37% informam ter uma ou mais reentradas. É possível inferir que o número dos que relatam ter de uma a duas reentradas (36,7%) é superior ao dos que possuem de três ou mais.

Tabela 28. Número de reentradas por presos.

Reentradas	Homens		Mulheres		Total	
	N	%	n	%	n	%
Não	5036	44,0	367	63,0	5403	44,9
Uma	2381	20,8	97	16,6	2478	20,6
Duas	1882	16,4	60	10,3	1942	16,1
Três	1085	9,5	21	3,6	1106	9,2
Quatro	511	4,5	18	3,1	529	4,4
Cinco	227	2,0	4	0,7	231	1,9
Seis	119	1,0	4	0,7	123	1,0
Sete	76	0,6	2	0,3	78	0,6
Oito	45	0,4	1	0,2	46	0,4
Entre nove e vinte	82	0,7	9	1,5	91	0,8
Com mais de vinte	13	0,1	---	---	13	0,1
Total	11457	100	583	100	12040	100

A tabela 29 permite visualizar o fato de que a maioria dos detentos apenados possui reentrada. Este número de reentradas entre os homens apenados (3.198), no entanto, é preponderante e, entre as mulheres apenadas 88 expressam um equilíbrio em relação às que não possuem reentradas (84). Entre os presos provisórios, observa-se pequena diferença entre os homens que estão no sistema prisional pela primeira vez (2.873) e os que apontam reentradas (2.686). Quanto às mulheres na condição de presas provisórias, visualiza-se a maioria como não possuindo reentrada.

Também se observa que os homens apenados apontam um índice mais expressivo de uma a três reentradas. Esta mesma relação é percebida entre os presos provisórios do gênero masculino. As mulheres apenadas indicam um percentual mais expressivo de uma a duas reentradas. A mesma frequência é observada entre as presas provisórias

Tabela 29. Número de reentradas de apenados e provisórios.

Reentradas	Apenados				Provisórios			
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres	
	n	%	N	%	N	%	n	%
Não	1745	35,3	84	48,8	2873	51,7	245	69,4
Uma	1057	21,4	36	20,9	1112	20,0	54	15,3
Duas	955	19,3	21	12,2	777	14,0	31	8,8
Três	582	11,8	11	6,4	419	7,5	8	2,3
Quatro	285	5,8	9	5,2	180	3,2	8	2,3
Cinco	133	2,7	3	1,7	77	1,4	1	0,3
Seis	72	1,4	2	1,2	39	0,7	1	0,3
Sete	37	0,7	2	1,2	31	0,6	---	---

Oito	24	0,5	1	0,6	17	0,3	---	---
Entre nove e vinte	45	0,9	3	1,7	29	0,5	5	1,4
Com mais de vinte	8	0,2	---	---	5	0,1	---	---
Total	4943	100	172	100	5559	100	353	100

A tabela 30 aponta que, entre os presos provisórios, o número mais significativo de reentradas é daqueles que no momento da coleta de dados tinham de um a seis meses de prisão. Destaca-se também um amplo espectro de reentradas, embora com tendência decrescente, tanto na referência do número destas, quanto no que se refere ao crescimento do tempo de permanência.

Tabela 30. Número de reentradas de provisórios em função do tempo de prisão (n = 5.912).

Tempo	Número de reentradas											
	0		1		2		3		4		≥ 5	
	n	%	N	%	n	%	N	%	n	%	n	%
Menos de 1 mês /NI	371	11,9	102	8,8	65	8,0	33	7,7	13	6,9	13	6,3
1 a 6 meses	1763	56,6	608	52,1	433	53,6	207	48,5	107	56,9	103	50,2
7 a 11 meses	496	15,9	195	16,7	136	16,8	85	19,9	26	13,8	35	17,1
1 ano	312	10,0	182	15,6	112	13,9	61	14,3	20	10,7	33	16,1
2 anos	100	3,2	39	3,3	33	4,1	19	4,4	11	5,9	12	5,9
3 a 4 anos	60	1,9	31	2,7	20	2,5	17	4,0	10	5,3	7	3,4
5 ou mais anos	16	0,5	9	0,8	9	1,1	5	1,2	1	0,5	2	1,0
Total	3118	100	1166	100	808	100	427	100	188	100	205	100

NOTA: NI = Não Informado.

A tabela 31 evidencia que a maioria dos presos provisórios recolhidos no período compreendido de menos de um mês até 60 meses aponta prioritariamente o cometimento de um crime. Dentre os que indicam dois crimes, observa-se um percentual maior entre os que estão presos de 12 a 23 meses.

Tabela 31. Número de reentradas de provisórios em função do tempo de prisão (n = 5.912)

Nº de Crimes ¹⁷	Tempo em meses													
	< 1		1 --- 6		7 --- 11		12 --- 23		24 --- 35		36 --- 59		≥ 60	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	N	%	n	%
NI	30	5,0	68	2,1	10	1,0	8	1,1	6	2,8	3	2,1	2	4,8
1	431	72,2	2212	68,7	637	65,5	431	59,9	138	64,5	86	59,3	21	50,0
2	83	13,9	539	16,7	176	18,1	160	22,2	33	15,4	20	13,8	7	16,7

¹⁷O número de crimes se refere à soma de todos os crimes a que cada entrevistado provisório responde.

3	27	4,5	230	7,1	91	9,4	62	8,6	19	8,9	23	15,9	8	19,0
4	11	1,9	79	2,5	25	2,6	33	4,6	9	4,2	4	2,8	3	7,1
5	6	1,0	44	1,4	13	1,3	10	1,4	5	2,3	6	4,1	---	---
≥ 6	9	1,5	49	1,5	21	2,2	16	2,2	4	1,9	3	2,0	1	2,4
Total	597	100	3221	100	973	100	720	100	214	100	145	100	42	100

NOTA: NI = Não Informado.

A tabela 32 demonstra que a maioria dos presos Provisórios do Ceará afirma possuir reentradas. Destacam-se as regiões de Sobral/Ibiapaba, com taxas de 35,4% sem reentradas, e 64,6% com uma ou mais reentradas, os Sertões dos Inhamuns, que indicam 37,3% de respondentes que estão pela primeira vez no sistema prisional e 62,7% com uma ou mais reentradas.

Com exceção das Macrorregiões do Sertão dos Inhamuns e Litoral Leste/Jaguaribe, em todo o restante do Estado a maioria dos presos provisórios aponta uma reentrada. Nas regiões citadas do Sertão dos Inhamuns e Litoral Leste/Jaguaribe, foi afirmado majoritariamente o número de duas reentradas. Destaca-se que, na Macrorregião de Sobral/Ibiapaba, existe um equilíbrio entre os que apontam uma e duas reentradas. Observa-se em todo o Estado um decréscimo na quantidade de detentos que afirma possuir de tres até 20 reentradas no sistema prisional.

Tabela 32. Distribuição de números de reentradas por macrorregião do Estado.

Reentradas	Macrorregião															
	I		II		III		IV		V		VI		VII		VIII	
	N	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	N	%
0	3508	45,3	367	51,6	415	35,4	69	37,3	279	48,5	116	58,3	227	48,1	422	43,2
1	1617	20,9	144	20,3	228	19,5	37	20,0	131	22,8	38	19,1	65	13,8	218	22,3
2	1227	15,8	99	13,9	223	19,0	43	23,2	77	13,4	26	13,1	79	16,7	168	17,2
3	721	9,3	44	6,2	138	11,8	21	11,4	56	9,7	7	3,5	45	9,5	74	7,6
4	345	4,5	28	3,9	72	6,1	3	1,6	14	2,4	7	3,5	16	3,4	44	4,5
5	142	1,8	8	1,1	38	3,2	3	1,6	7	1,2	3	1,5	10	2,1	20	2,0
6	65	0,8	7	1,0	25	2,1	4	2,2	4	0,7	1	,5	7	1,5	10	1,0
7	42	0,5	3	0,4	11	0,9	3	1,6	6	1,0	---	---	7	1,5	6	0,6
8	29	0,4	2	0,3	8	0,7	2	1,1	1	0,2	1	0,5	5	1,1	---	---
≥ 9	53	0,7	9	1,2	14	1,2	---	---	---	---	---	---	11	2,3	15	1,5
NI	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
Total	7749	100,0	711	100,0	1172	100,0	185	100,0	575	100,0	199	100,0	472	100,0	977	100,0

NOTA: NI = Não Informado. I = Região Metropolitana; II = Litoral Oeste; III = Sobral / Ibiapaba; IV = Sertão dos Inhamuns; V = Sertão Central; VI = Serra de Baturité; VII = Litoral Leste / Jaguaribe; VIII = Cariri / Centro Sul.

5.4.3. Punição por ato infracional

Como aponta a tabela 33, nota-se que 65,7% (7.905) dos respondentes afirmaram não ter cometido nenhum ato infracional quando adolescente, enquanto 9,7% (1.171) relataram haver cometido, sem, no entanto, terem sofrido punição. Quando se observa a entrada no mundo do crime, os dados demonstram que 64,9% dos homens não cometeram ato infracional na adolescência, seguidos de 35,1% que cometeram. Das mulheres entrevistadas, 81,5% entraram no mundo do crime depois da idade adulta.

Tabela 33. Ato infracional durante a adolescência.

Punição por ter cometido ato infracional quando adolescente	Homens		Mulheres		Total	
	n	%	n	%	n	%
Não cometeu	7430	64,9	475	81,5	7905	65,7
Cometeu, mas não foi punido	1121	9,8	50	8,6	1171	9,7
Sim, 1 vez	1381	12,1	30	5,2	1411	11,7
Sim, 2 vezes	532	4,6	9	1,5	541	4,5
Sim, 3 vezes	344	3,0	8	1,4	352	2,9
Sim, 4 vezes	153	1,3	2	0,3	155	1,3
Sim, 5 ou mais vezes	496	4,3	9	1,5	505	4,2
Total	11457	100	583	100	12.040	100

De acordo com a tabela 34, na cidade de Fortaleza e Região Metropolitana, 36,9% declaram ter cometido ato infracional. Ademais, 10,5% dos respondentes afirmam ter cometido ato infracional na adolescência e não terem sido punidos e 26,4% terem recebido de uma a mais de cinco punições.

Tabela 34. Distribuição de números de punições por ato infracional por macrorregião do Estado.

Punições	Macrorregião															
	I		II		III		IV		V		VI		VII		VIII	
	N	%	n	%	n	%	N	%	n	%	n	%	n	%	N	%
0	4889	63,1	544	76,5	707	60,3	137	74,0	435	75,6	162	81,4	343	72,7	688	70,4
Sim*	817	10,5	58	8,2	115	9,8	13	7,0	46	8,0	16	8,0	39	8,3	67	6,9
1	999	12,9	56	7,9	154	13,1	12	6,5	40	7,0	14	7,0	44	9,3	92	9,4
2	387	5,0	19	2,7	51	4,4	4	2,2	19	3,3	3	1,5	20	4,2	38	3,9
3	228	2,9	7	1,0	56	4,8	7	3,8	15	2,6	2	1,0	12	2,5	25	2,6
4	99	1,3	6	0,8	18	1,5	3	1,6	5	0,9	1	0,5	3	0,7	20	2,0
5 ou mais	330	4,3	21	2,9	71	6,1	9	4,9	15	2,6	1	0,6	11	2,3	47	4,8
Total	7749	100	711	100	1172	100	185	100	575	100	199	100	472	100	977	100

NOTA: * = Cometeu, mas não foi punido; I = Região Metropolitana; II = Litoral Oeste; III = Sobral / Ibiapaba; IV = Sertão dos Inhamuns; V = Sertão Central; VI = Serra de Baturité; VII = Litoral Leste / Jaguaribe; VIII = Cariri / Centro Sul.

5.4.4. Idade quando praticou delito e foi preso pela primeira vez

Observa-se, na tabela 35, que 16,6% dos homens indicam

ter cometido o primeiro delito na faixa de idade de 5 a 15 anos. Quanto às mulheres, 11,1% informam ter cometido o primeiro delito cinco a 15 anos. Visualiza-se que a maior incidência relativa à idade em que o respondente praticou o primeiro delito está na faixa etária de 18 a 19 anos (21,3%). Nota-se, no entanto, que, somadas as faixas etárias de cinco a 17 anos (30,7%), há uma incidência de delitos praticados que supera a faixa de idade de 18 a 19 anos (21,3%).

Tabela 35. Idade quando praticou o primeiro delito.

Idade do primeiro delito	Homens		Mulheres		Total	
	N	%	N	%	n	%
5 a 15 anos	1907	16,6	65	11,1	1972	16,4
16 e 17 anos	1686	14,7	38	6,5	1724	14,3
18 e 19 anos	2475	21,6	93	16,0	2568	21,3
20 e 21 anos	1075	9,4	71	12,2	1146	9,5
22 a 25 anos	1342	11,7	97	16,6	1439	12,0
26 a 29 anos	680	5,9	61	10,5	741	6,2
30 a 33 anos	419	3,7	32	5,5	451	3,8
34 a 37 anos	259	2,3	23	3,9	282	2,3
38 a 41 anos	179	1,6	18	3,1	197	1,6
42 a 45 anos	127	1,1	11	1,9	138	1,1
46 a 49 anos	88	,8	8	1,4	96	,8
≥ 50 a anos	161	1,4	16	2,7	177	1,5
Não informado	1059	9,2	50	8,6	1109	9,2
Total	11457	100	583	100	12040	100

A maioria dos pesquisados informou que, ao ser preso pela primeira vez, possuía 18 anos (29,1%). Observa-se, ainda, um decréscimo na idade de 20 anos em relação às demais declaradas que apontam um equilíbrio numérico (tabela 36).

Tabela 36. Idade em que foi preso pela primeira vez.

Idade que foi preso pela 1ª vez	n	%
18 anos	3503	29,1
19 anos	1497	12,4
20 anos	1000	8,3
21 a 23 anos	1991	16,5
24 a 29 anos	1819	15,1
≥ 30 a anos	1734	14,4
Não informado	496	4,2
Total	12040	100

5.5 Tempo de permanência no sistema prisional

Conhecer o tempo de permanência no sistema prisional é um

elemento fundamental na definição de políticas diretamente associadas aos encarcerados, uma vez que pode viabilizar ações de curto, médio e longo prazos, tendo como propósito fundamental orientar e criar condições de readequação dos futuros egressos, possibilitando escolarização e formação profissional.

A tabela 37 demonstra que 20,9% encontram-se presos no período de um a seis meses. Observa-se que 25,2% dos entrevistados estão encarcerados no intervalo de um a dois anos. Os respondentes que estão de cinco a oito ou mais anos representam 23,4% da população carcerária.

Tabela 37. Tempo total no sistema penitenciário¹⁸.

Tempo	N	%
< 1 mês / NI	876	7,3
1 a 6 meses	2513	20,9
7 a 11 meses	1147	9,5
1 ano	1820	15,1
2 anos	1216	10,1
3 anos	948	7,9
4 anos	696	5,8
5 a 7 anos	1303	10,8
≥ 8 anos	1521	12,6
Total	12040	100

A tabela 38 aponta a baixa frequência de visitas entre os encarcerados, destacando-se um percentual que supera os 50% dos entrevistados, que, independentemente do tempo total de encarceramento, não recebem visitas. Na perspectiva diametralmente oposta, e como contraposição à ausência de visitas, destaca-se como segundo índice os encarcerados que têm uma frequência semanal de visitas, perto de 30% dos encarcerados. Os demais critérios de frequência são indicados, mas não obtêm destaque como os itens anteriores.

Tabela 38. Tempo total de sistema penitenciário e frequência de visita.

Tempo	Frequência de visitas											
	I		II		III		IV		V		VI	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	N	%
< 1 mês / NI	669	10,2	0	0,0	0	0,0	36	2,9	165	4,3	6	2,4
1 a 6 meses	1679	25,6	0	0,0	0	0,0	123	9,8	690	17,8	21	8,3
7 a 11 meses	662	10,1	0	0,0	6	7,9	101	8,0	352	9,1	21	8,3
1 ano	981	15,0	1	5,0	11	14,5	198	15,7	592	15,3	37	14,7
2 anos	589	9,0	5	25,0	9	11,8	123	9,8	461	11,9	29	11,5
3 anos	462	7,0	2	10,0	7	9,2	124	9,8	334	8,6	19	7,6
4 anos	308	4,7	---	---	6	7,9	104	8,3	260	6,7	18	7,2
5 a 7 anos	554	8,4	5	25,0	12	15,8	202	16,1	479	12,4	51	20,2

¹⁸Essa tabela leva em consideração o tempo total do respondente no sistema prisional, conforme indicado pelo respondente.

≥ 8 anos	654	10,0	7	35,0	25	32,9	247	19,6	538	13,9	50	19,8
Total	6558	100	20	100	76	100	1258	100	3871	100	252	100

NOTA: I = Não Recebe; II = Uma vez por ano ou menos; III = De duas a seis vezes por ano; IV = De uma a duas vezes por mês; V = Semanalmente; VI = Recebia, mas não recebe mais. NI = Não informado

A tabela 39 aponta que os presos com maior tempo de encarceramento são aqueles que denotam maior índice de atividade laboral no presídio, superando os 20%. Por outro lado, os recém-admitidos, de um a seis meses de encarceramento são os que menos se vinculam a atividades laborais, superando os 23%.

Tabela 39. Tempo total no sistema penitenciário e atividade de trabalho no presídio.

Tempo	Você realiza alguma atividade de trabalho no presídio?					
	Não		Atualmente não, mas já realizou		Sim	
	n	%	N	%	n	%
< 1 mês / NI	825	8,0	16	3,2	35	2,9
1 a 6 meses	2384	23,1	15	3,0	114	9,3
7 a 11 meses	1055	10,2	13	2,6	79	6,5
1 ano	1567	15,2	50	10,1	203	16,6
2 anos	1038	10,1	55	11,1	123	10,1
3 anos	774	7,5	42	8,5	132	10,8
4 anos	566	5,5	43	8,7	87	7,1
5 a 7 anos	1006	9,7	98	19,6	199	16,2
≥ 8 anos	1106	10,7	165	33,2	250	20,5
Total	10321	100	497	100	1222	100

A tabela 40 indica que os presos que afirmam já terem concluído cursos profissionalizantes dentro do sistema penitenciário são aqueles com maior tempo de permanência como encarcerados, superando os 41%, enquanto o índice de menor adesão aos cursos profissionalizantes é destacado entre os que têm de um a seis meses de encarceramento, que chega a superar os 21%.

Tabela 40. Tempo total no sistema penitenciário e Formação Complementar (Profissionalizante).

Tempo total no sistema penitenciário	Curso Profissionalizante							
	Não		Sim, mas parou		Sim, está em andamento		Sim, já concluiu	
	n	%	N	%	N	%	n	%
< 1 mês / Ni	770	7,0	---	---	---	---	---	---
1 a 6 meses	2357	21,4	4	5,0	4	7,4	3	2,3
7 a 11 meses	1066	9,6	2	2,4	7	13,0	1	0,8

1 ano	1687	15,3	11	13,8	6	11,1	9	6,9
2 anos	1128	10,2	7	8,8	9	16,7	14	10,7
3 anos	872	7,9	9	11,2	9	16,7	11	8,4
4 anos	632	5,7	6	7,5	4	7,4	15	11,5
5 a 7 anos	1186	10,8	15	18,8	10	18,5	24	18,3
≥ 8 anos	1330	12,1	26	32,5	5	9,3	54	41,2
Total	11028	100	80	100	54	100	131	100

6. PERFIS EDUCACIONAL E LABORAL

Neste tópico, serão analisados os dados referentes a educação e trabalho segundo informações dos respondentes recolhidos .

6.1. Escolaridade

6.1.1. Nível de escolaridade

Os dados obtidos demonstram que 88,2% da população carcerária entrevistada não estuda nas unidades prisionais.

A tabela 41 indica que somente 10,4% dos detentos do gênero masculino aderiram à formação escolar no sistema prisional. Esse número entre as mulheres, entretanto, é bem superior, sendo quase quatro vezes maior, próximo aos 40%.

Tabela 41. Distribuição dos detentos por gênero e situação escolar.

Situação escolar	Homens		Mulheres		Total	
	n	%	N	%	n	%
Não estuda	10269	89,6	352	60,4	10621	88,2
Estuda	1188	10,4	231	39,6	1419	11,8
Total	11457	100	583	100	12040	100

¹⁹Estas análises contemplam, apenas, os presos recolhidos, desconsiderando-se os presos em regime aberto e semiaberto não recolhido. Os dados da SEJUS (fonte: <http://www.sejus.ce.gov.br/index.php/ressocializacao/59/1808>) consideram o número total de presos, independentemente do regime.

Quando comparados, apenados e provisórios, a adesão à formação escolar é semelhante (Tabela 42), não apontando diferenças entre as duas situações encontradas no sistema penitenciário.

Tabela 42. Situação escolar dos apenados e provisórios.

Situação escolar	Apenados		Provisórios		Total	
	n	%	N	%	n	%
Não estuda	4429	86,6	5310	89,8	9739	88,3
Estuda	686	13,4	602	10,2	1288	11,7
Total	5115	100	5912	100	11027	100

Dos 12.040 participantes da pesquisa, segundo a tabela 43, a maioria declarou possuir Ensino Fundamental (1º Grau) Incompleto (52,5%), seguido de Ensino Médio (2º Grau) Incompleto (14,2%). As tabelas a seguir demonstram o nível de escolaridade por gênero e macrorregião do Estado. A tabela indica que não há diferenças significativas entre os gêneros quanto à escolaridade, mantendo-se a tendência de maiores índices em ambos os gêneros do nível de Ensino Fundamental Incompleto (superior a 50%).

Tabela 43. Distribuição dos detentos por gênero e nível de escolaridade.

Nível de escolaridade	Homens		Mulheres		Total	
	n	%	n	%	n	%
Analfabeto	1189	10,4	51	8,7	1240	10,3
Sabe ler e escrever, mas nunca frequentou a escola	174	1,5	4	0,7	178	1,5
Ensino Fundamental (1º Grau) Incompleto	6022	52,6	292	50,1	6314	52,5
Ensino Fundamental (1º Grau) Completo	1370	12,0	67	11,5	1437	11,9
Ensino Médio (2º Grau) Incompleto	1613	14,1	92	15,8	1705	14,2
Ensino Médio (2º Grau) Completo	862	7,5	48	8,2	910	7,6
Ensino Técnico Incompleto	11	0,1	---	---	11	0,1
Ensino Técnico Completo	16	0,1	1	0,2	17	0,1
Ensino Superior (3º Grau) Incompleto	83	0,7	19	3,2	102	0,8
Ensino Superior (3º Grau) Completo	37	0,3	4	0,7	41	0,3
Pós-Graduação	2	---	---	---	2	---
Não informado	78	0,7	5	0,9	83	0,7
Total	11457	100	583	100	12040	100

Como se pode observar na tabela 44, não se notam discrepâncias significativas no nível de escolaridade entre as diversas regiões do Estado, onde prevalece o Ensino Fundamental Incompleto, como escolaridade mais identificada. Ressalta-se, entretanto, que, no Litoral Leste/ Região de Jaguaribe, os índices de analfabetismo superam os 20%.

Tabela 44. Distribuição de escolaridade por macrorregião do Estado.

Escolaridade	Macrorregião																
	I		II		III		IV		V		VI		VII		VIII		
	n	%	n	%	n	%	N	%	n	%	n	%	n	%	N	%	
1	580	7,5	99	13,9	122	10,4	33	17,8	91	15,8	23	11,6	106	22,5	186	19,0	
2	99	1,3	17	2,4	8	0,7	2	1,1	21	3,7	4	2,0	11	2,3	16	1,6	
3	3940	50,8	404	56,8	686	58,5	124	67,0	320	55,6	121	60,8	220	46,6	499	51,1	
4	996	12,9	55	7,7	121	10,3	10	5,4	55	9,6	29	14,6	65	13,8	106	10,8	
5	1263	16,3	90	12,7	143	12,2	12	6,5	54	9,4	12	6,0	42	8,9	89	9,1	
6	667	8,6	37	5,2	77	6,6	3	1,6	30	5,2	8	4,0	26	5,5	62	6,3	
7	7	0,1	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	3	0,3
8	13	0,2	1	0,1	1	0,1	---	---	---	---	1	0,5	---	---	2	0,2	
9	88	1,1	2	0,3	3	0,3	1	0,5	1	0,2	1	0,5	1	0,2	5	0,5	
10	37	0,5	1	0,1	1	0,1	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,2	1	0,1	
11	1	0,0	1	0,1	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	
12	58	0,7	4	0,6	10	0,8	---	---	3	0,5	---	---	---	---	8	0,8	
Total	7749	100	711	100	1172	100	185	100	575	100	199	100	472	100	977	100	

NOTA: 1 = Analfabeto; 2 = Sabe ler e escrever, mas nunca frequentou a escola; 3 = Ensino Fundamental (1º Grau) Incompleto; 4 = Ensino Fundamental (1º Grau) Completo; 5 = Ensino Médio (2º Grau) Incompleto; 6 = Ensino Médio (2º Grau) Completo; 7 = Ensino Técnico Incompleto; 8 = Ensino Técnico Completo; 9 = Ensino Superior (3º Grau) Incompleto; 10 = Ensino Superior (3º Grau) Completo; 11 = Pós-Graduação; 12 = Não informado; I = Região Metropolitana; II = Litoral Oeste; III = Sobral / Ibiapaba; IV = Sertão dos Inhamuns; V = Sertão Central; VI = Serra de Baturité; VII = Litoral Leste / Jaguaribe; VIII = Cariri / Centro Sul.

Percebe-se, na tabela 45, um equilíbrio da escolarização entre as diversas “regionais” que compõem a grande Fortaleza. O único aspecto destoante poderia ser indicado entre os moradores de rua, que apresentaram baixa representatividade.

Tabela 45. Escolaridade distribuída por regional.

Escola- ridade	Regional																				
	I		II		III		IV		V		VI		VII		VIII		IX		X		
	N	%	N	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	
1	54	5,82	47	5,5	30	4,69	23	5,69	64	7,72	74	6,22	13	7,22	16	10,7	2	18,2	917	13,4	
2	8	0,86	6	0,7	10	1,56	3	0,74	8	0,97	16	1,35	5	2,78	---	---	1	9,09	121	1,76	
3	479	51,6	431	50,4	338	52,9	196	48,5	445	53,7	601	50,5	88	48,9	80	53,7	6	54,5	3650	53,2	
4	135	14,5	133	15,6	88	13,8	65	16,1	94	11,3	152	12,8	24	13,3	15	10,1	---	---	731	10,7	
5	169	18,2	130	15,2	111	17,4	59	14,6	134	16,2	229	19,3	37	20,6	25	16,8	1	9,09	810	11,8	
6	71	7,65	82	9,59	48	7,51	43	10,6	72	8,69	97	8,16	11	6,11	12	8,05	1	9,09	473	6,9	
7	1	0,11	3	0,35	1	0,16	1	0,25	2	0,24	---	---	---	---	---	---	---	---	3	0,04	
8	---	---	3	0,35	1	0,16	---	---	1	0,12	---	---	---	---	---	---	---	---	12	0,18	
9	5	0,54	13	1,52	6	0,94	7	1,73	4	0,48	15	1,26	2	1,11	---	---	---	---	50	0,73	
10	3	0,32	5	0,58	1	0,16	5	1,24	1	0,12	5	0,42	---	---	1	0,67	---	---	20	0,29	
11	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	2	0,03
Total	928	100	855	100	639	100	404	100	829	100	1189	100	180	100	149	100	11	100	6856	100	

NOTA: : 1 = Analfabeto; 2 = Sabe ler e escrever, mas nunca frequentou a escola; 3 = Ensino Fundamental (1º Grau) Incompleto; 4 = Ensino Fundamental (1º Grau) Completo; 5 = Ensino Médio (2º Grau) Incompleto; 6 = Ensino Médio (2º Grau) Completo; 7 = Ensino Técnico Incompleto; 8 = Ensino Técnico Completo; 9 = Ensino Superior (3º Grau) Incompleto; 10 = Ensino Superior (3º Grau) Completo; 11 = Pós-Graduação; 12 = Não informado; I = SER I; II = SER II; III = SER III; IV = SER IV; V = SER V; VI = SER VI; VII = Centro; VIII = Região Metropolitana; IX = Morador de rua; X = Não informado.

Quando analisados os três principais tipos de crime cometidos pelos entrevistados e a relação deles com a escolaridade, verifica-se que, em termos gerais, quanto menor a escolaridade, maiores são os números de crimes contra a pessoa e contra o patrimônio. Como se constata na Figura 25, entre os presos com os níveis de escolaridade superiores ao Ensino Médio, prevalece, na maioria dos casos, o envolvimento com crimes relacionados a entorpecentes.

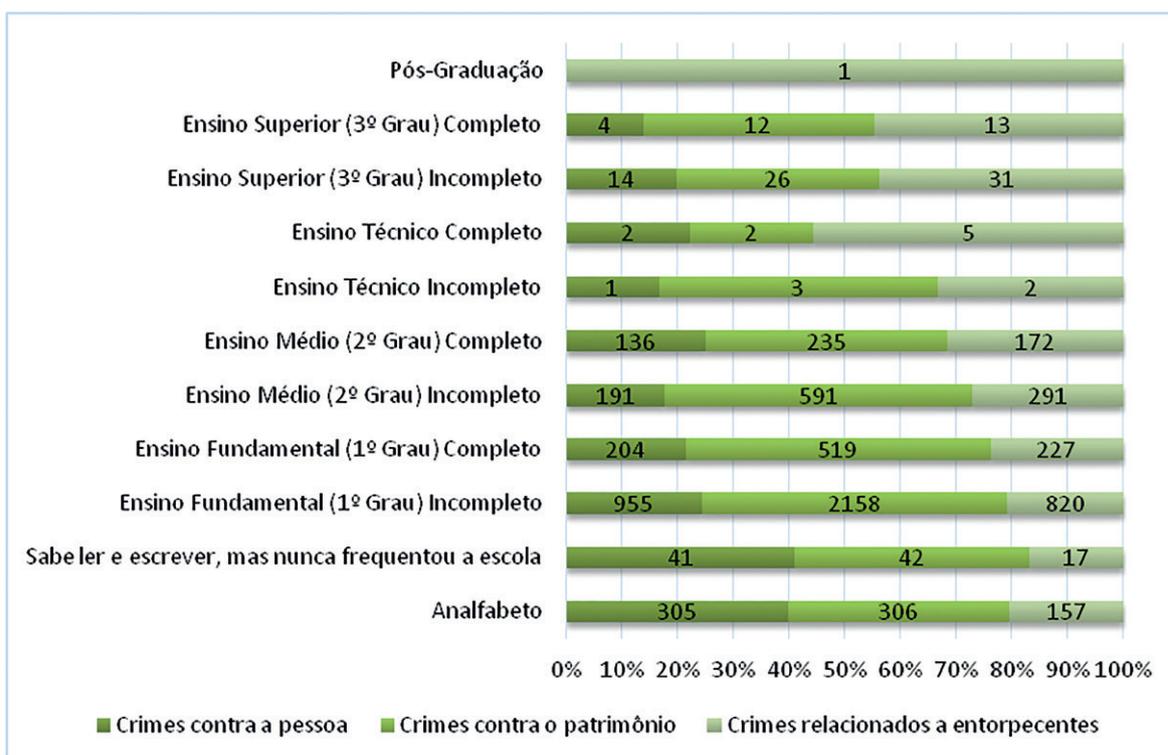


FIGURA 25. TIPO DE CRIME E ESCOLARIDADE²⁰.

Entre os presos entrevistados, os dois principais motivos que têm levado à evasão escolar no Ensino Médio é o desinteresse pelo estudo e a necessidade de inserção laboral, que juntos constituem quase que 50% dos motivos elencados.

²⁰Este gráfico foi elaborado com base nos três tipos penais mais recorrentes: crimes contra a pessoa, crimes contra o patrimônio e crimes relacionados a entorpecentes (tabela 20).

Os demais fatores apresentam índices pouco significativos, denotando, assim, uma dispersão de justificativas (Tabela 46).

Tabela 46. Principais motivos para evasão escolar no período do Ensino Médio²¹.

Motivos para evasão ensino médio	N	%
Não gostava	187	24,6
Precisou trabalhar	182	24,1
Prisão	42	5,5
Envolvimento com o crime	24	3,1
Gravidez	20	2,6
A escola era longe	20	2,6
Uso de Drogas	19	2,5
Má influência	15	1,9
Saiu de casa	11	1,4
Foi expulso da escola	10	1,3
la mal na escola	8	1,0
Morte da mãe	6	0,8
Filhos	9	1,1
Casamento	8	1,0
Mudou de moradia	7	0,9
Falta de vagas na escola	2	0,3
Não lembra	19	2,5
Não Informou	46	6,1
Outros	127	16,7
Total	762	100

Na tabela 47, repetem-se entre os pais e mães dados semelhantes ao nível de escolaridade dos encarcerados, com destaque para os que apontam o nível de Ensino Fundamental incompleto.

Tabela 47. Nível de escolaridade do pai e da mãe.

Escolaridade	Pai		Mãe	
	N	%	n	%
Analfabeto	165	21,7	181	23,8
Sabe ler e escrever, mas nunca frequentou a escola	45	5,9	45	5,9
Ensino Fundamental (1º Grau) Incompleto	89	11,7	159	20,9
Ensino Fundamental (1º Grau) Completo	28	3,7	46	6,0
Ensino Médio (2º Grau) Incompleto	20	2,6	23	3,0
Ensino Médio (2º Grau) Completo	59	7,7	62	8,1
Ensino Técnico Completo	1	0,1	2	0,3
Ensino Superior (3º Grau) Incompleto	1	0,1	1	0,1
Ensino Superior (3º Grau) Completo	5	0,7	9	1,2
Pós-Graduação	1	0,1	---	---
Não Sabe	330	43,3	221	29,0
Não Informado	18	2,4	13	1,7
Total	762	100,0	762	100,0

²¹Os dados desta tabela são provenientes das respostas dos sujeitos da amostra representativa de presos.

A Tabela 48 indica que os aspectos mais significativos da relação da situação laboral e escolaridade é o fato de que 72,63% desenvolviam alguma atividade laboral antes do encarceramento, mas a escolaridade deles- inclusive dos que se encontravam desempregados – era predominantemente a do Ensino Fundamental incompleto (52,25%).

Tabela 48. Cruzamento entre Situação laboral antes de ser preso e Escolaridade.

Escolaridade	Situação laboral antes de ser preso					
	Nunca Trabalhou		Não Estava Trabalhando		Estava Trabalhando	
	n	%	N	%	n	%
Analfabeto	27	11,9	292	9,9	916	10,5
Sabe ler e escrever	5	2,2	35	1,2	137	1,6
Ensino Fundamental Incompleto	119	52,7	1570	53,5	4603	52,6
Ensino Fundamental Completo	24	10,6	379	12,9	1025	11,7
Ensino Médio Incompleto	42	18,6	431	14,7	1225	14,0
Ensino Médio Completo	6	2,7	189	6,4	711	8,1
Ensino Técnico Incompleto	---	---	2	0,1	9	0,1
Ensino Técnico Completo	1	0,4	3	0,1	13	0,1
Ensino Superior (3º Grau) Incompleto	---	---	27	0,9	74	0,8
Ensino Superior (3º Grau) Completo	2	0,9	8	0,3	30	0,3
Pós-Graduação	---	---	---	---	2	---
Total	226	100	2936	100	8745	100

De acordo com a tabela 49, dentre os que afirmaram ter iniciado formação complementar na Unidade Prisional, aqueles com Ensino Superior Completo e Ensino Médio Completo foram os que percentualmente apresentaram maior índice de conclusão (2,4% e 2,1%, respectivamente).

Tabela 49. Formação complementar durante da prisão.

Escolaridade	Formação complementar									
	I		II		III		IV		V	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Analfabeto	1030	83,1	56	4,5	99	8,0	---	---	55	4,4
Sabe ler e escrever	140	78,7	12	6,7	15	8,4	2	1,1	9	5,1
Ensino Fundamental Incompleto	4891	77,5	383	6,1	669	10,6	23	0,4	348	5,5
Ensino Fundamental Completo	1093	76,1	74	5,1	150	10,4	18	1,3	102	7,1
Ensino Médio Incompleto	1374	80,6	88	5,2	140	8,2	20	1,2	83	4,9
Ensino Médio Completo	751	82,5	27	3,0	56	6,2	19	2,1	57	6,3
Ensino Técnico Incompleto	10	90,9	---	---	1	9,1	---	---	---	---
Ensino Técnico Completo	12	70,6	---	---	1	5,9	---	---	4	23,5
Ensino Superior (3º Grau) Incompleto	81	79,4	3	2,9	4	3,9	1	1,0	13	12,7
Ensino Superior (3º Grau) Completo	31	75,6	1	2,4	2	4,9	1	2,4	6	14,6
Pós-Graduação	1	50,0	---	---	1	50,0	---	---	---	---
Não respondeu	8	9,6	2	2,4	1	1,2	---	---	72	86,7
Total	9422		646		1139		84		749	

NOTA: I = Não; II = Sim, mas parou; III = Sim, está em andamento; IV = Sim, já concluiu; V = Não Informado.

Ao mesmo tempo, os índices de escolaridade mais baixos são dos encarcerados que advêm de origens familiares com rendas mais baixas. Ressalte-se, porém, que, tal como apontado da tabela de formação escolar mais geral, a maior incidência da escolaridade entre os encarcerados é o Ensino Fundamental incompleto, que se mantém como o que mais prevalece em todas as faixas de renda familiares (Tabela 50).

Tabela 50. Escolaridade e renda familiar.

Escolaridade	Número de salários mínimos													
	< 1		1 --- 2		2 --- 3		3 --- 4		> 4		NS		NI	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	N	%
Analfabeto	465	13,1	314	8,0	24	3,6	10	5,2	5	1,5	371	12,2	51	15,0
Saber ler e escrever	54	1,5	36	0,9	10	1,5	1	0,5	1	0,3	74	2,4	2	0,6
Ensino Fundamental Incompleto	2039	57,4	2080	53,1	272	40,3	51	26,4	99	29,8	1631	53,8	142	41,9
Ensino Fundamental Completo	362	10,2	567	14,5	109	16,1	30	15,5	49	14,8	302	10,0	18	5,3
Ensino Médio Incompleto	412	11,6	593	15,1	143	21,2	38	19,7	55	16,6	433	14,3	31	9,1
Ensino Médio Completo	197	5,5	296	7,6	97	14,4	48	24,9	68	20,5	186	6,1	18	5,3
Ensino Técnico Incompleto	3	0,1	4	0,1	1	0,1	---	---	1	0,3	2	0,1	---	---
Ensino Técnico Completo	4	0,1	2	0,1	1	0,1	1	0,5	6	1,8	2	0,1	1	0,3
Ensino Superior (3º Grau) Incompleto	11	0,3	19	0,5	12	1,8	10	5,2	35	10,5	12	0,4	3	0,9
Ensino Superior (3º Grau) Completo	1	---	5	0,1	5	0,7	4	2,1	12	3,6	13	0,4	1	0,3
Pós-Graduação	---	---	1	---	---	---	---	---	1	0,3	---	---	---	---
Não respondeu	3	0,1	1	---	1	0,1	---	---	---	---	6	0,2	72	21,2
Total	3551	100	3918	100	675	100	193	100	332	100	3032	100	339	100

6.1.2. Tipos de escola

As tabelas 51 e 52 apontam para maior evidência na Escola pública na responsabilidade pela escolarização da população dos encarcerados em todo o Estado, e demonstram um equilíbrio numérico desta informação no que concerne ao gênero. Esse dado tende a ser homogêneo entre as diversas regiões, não se observando perspectivas discrepantes.

Tabela 51. Distribuição dos detentos por gênero e tipo de escola.

Tipo de Escola	Homens		Mulheres		Total	
	n	%	n	%	n	%
Pública	8922	77,9	455	78,0	9377	77,9
Privada	452	3,9	33	5,7	485	4,0
Pública e Privada	525	4,6	27	4,6	552	4,6
Não estudou / Não Informado	1558	13,6	68	11,7	1626	13,5
Total	11457	100	583	100	12040	100

Tabela 52. Distribuição do tipo de escola por macrorregião do Estado.

Macrorregião	Tipo de Escola							
	Pública		Privada		Pública e Privada		Não Informado	
	n	%	n	%	N	%	n	%
I	6058	78,2	409	5,3	468	6,0	814	10,5
II	564	79,3	13	1,8	13	1,8	121	17,0
III	976	83,3	19	1,6	18	1,5	159	13,6
IV	144	77,8	3	1,6	3	1,6	35	18,9
V	436	75,8	10	1,7	7	1,2	122	21,2
VI	162	81,4	3	1,5	5	2,5	29	14,6
VII	324	68,6	6	1,3	12	2,5	130	27,5
VIII	713	73,0	22	2,3	26	2,7	216	22,1
Total	9377		485		552		1626	

NOTA: Nota: I = Região Metropolitana; II = Litoral Oeste; III = Sobral / Ibiapaba; IV = Sertão dos Inhamuns; V = Sertão Central; VI = Serra de Baturité; VII = Litoral Leste / Jaguaribe; VIII = Cariri / Centro Sul.

6.1.3. Estudos e formação complementar dentro da UP

A tabela 53 aponta que 78,3% dos respondentes não estudam nas unidades prisionais do Estado. Observa-se que 9,4% do universo pesquisado estão estudando e que 0,7% concluiu o Ensino Fundamental na unidade prisional.

Tabela 53. Distribuição dos detentos por gênero e formação complementar em Ensino Fundamental na Unidade Prisional.

Formação complementar na Unidade Prisional (Ensino Fundamental)	Homens		Mulheres		Total	
	N	%	n	%	n	%
Não	9072	79,2	350	60,0	9422	78,3
Sim, mas parou	614	5,4	32	5,5	646	5,4
Sim, está em andamento	958	8,4	181	31,1	1139	9,4
Sim, já concluiu	81	0,7	3	0,5	84	0,7
Não informado	732	6,3	17	2,9	749	6,2
Total	11457	100	583	100	12040	100

Na tabela 54, observa-se que, quando se trata de curso profissionalizante, nota-se que um índice muito alto 91,6% de detentos não participa de curso profissionalizante nas unidades prisionais. Os que estão cursando são 0,4% do universo carcerário e 1,1% concluiu. As mulheres

frequentam ou frequentaram mais os cursos profissionalizantes (4,3%) oferecidos nas unidades prisionais do que os homens (2,1%). Visualiza-se que 2,6% das mulheres concluíram a formação complementar em curso profissionalizante, enquanto 1,0% dos homens o fizeram.

Tabela 54. Distribuição dos detentos por gênero e formação complementar em Curso Profissionalizante na Unidade Prisional.

Formação complementar na Unidade Prisional (Curso Profissionalizante)	Homens		Mulheres		Total	
	n	%	N	%	n	%
Não	10527	91,9	501	85,9	11028	91,6
Sim, mas parou	77	0,7	3	0,5	80	0,7
Sim, está em andamento	47	0,4	7	1,2	54	0,4
Sim, já concluiu	116	1,0	15	2,6	131	1,1
Não informado	690	6,0	57	9,8	747	6,2
Total	11457	100	583	100	12040	100

A tabela 55 indica que a realização de estudo formal entre as macrorregiões do Estado, demonstra como destaques de extremo a região do Sertão de Inhamuns, como aquela com menor incidência de entrevistados que estudam, com índices que não chegam aos 4% e, no sentido oposto, a região da Serra de Baturité, com índices de adesão ao estudo que se aproximam dos 30%.

Tabela 55. Distribuição de estudos dentro da prisão por macrorregião do Estado.

Macrorregião	Estudos dentro da prisão			
	Não		Sim	
	n	%	n	%
I	6939	89,5	810	10,5
II	625	87,9	86	12,1
III	998	85,2	174	14,8
IV	178	96,2	7	3,8
V	511	88,9	64	11,1
VI	143	71,9	56	28,1
VII	360	76,3	112	23,7
VIII	867	88,7	110	11,3
Total	10621		1419	

NOTA: I = Região Metropolitana; II = Litoral Oeste; III = Sobral / Ibiapaba; IV = Sertão dos Inhamuns; V = Sertão Central; VI = Serra de Baturité; VII = Litoral Leste / Jaguaribe; VIII = Cariri / Centro Sul.

6.2. Situação laboral

De um modo geral o que se percebe com relação à população carcerária do estado é a alta incidência de vínculos laborais precários, denotados, principalmente, pela maioria de situações de informalidade antes do encarceramento. Ainda que a informalidade, de per si, não possa ser tomada como um fator de marginalização pode associar-se a outros dados, como a baixa escolaridade, também evidenciada nas tabelas, que contribuem em conjunto para uma condição de maior vulnerabilidade social.

Os índices de escolarização e profissionalização por parte dos encarcerados é muito baixo, quando do ingresso no sistema prisional (principalmente com relação ao gênero masculino), e não é suficientemente compensado no período do encarceramento, o que pode ser considerado um fator restritivo nessa possibilidade de reinserção. Soma-se a isso o fato de que as ocupações que demarcam um perfil geral dos respondentes são tomadas como instáveis, tanto com relação aos tipos de contratos, como ao lugar social que ocupam no perfil profissional da sociedade brasileira. Associada a essa descrição, também foi possível detectar o fato de que as rendas familiares estão concentradas em faixas significativamente baixas, girando em torno de no máximo dois salários mínimos. A articulação dessas variáveis – inserção laboral, formação/qualificação profissional e renda familiar – apontam para uma situação predominantemente de risco social, como poucas variações entre as questões de território (macrorregiões do Estado) e diferenciações de gênero.

6.2.1. Trabalhos formais e informais

Relativamente à situação laboral antes da detenção, no que se refere à tabela 56, 60,3% dos respondentes afirmaram ter tido somente experiências laborais informais. Apenas 2,8% realizaram somente atividades formais antes da prisão. Considerados os 31,8% que realizaram atividades, tanto formais quanto informais, chega a 92,1% o número de detentos que tiveram experiências laborais informais. A experiência laboral exclusivamente informal (72,2%) é mais incidente nas mulheres. No que diz

respeito ao trabalho formal, 2,7% dos homens e 3,8% das mulheres tiveram acesso exclusivamente a esse tipo de trabalho.

Tabela 56. Distribuição dos detentos por gênero e Atividade Laboral.

Atividade Laboral antes do Presídio	Homens		Mulheres		Total	
	N	%	N	%	n	%
Nunca trabalhou	565	4,9	53	9,1	618	5,1
Trabalhou Formalmente	310	2,7	22	3,8	332	2,8
Trabalhou Informalmente	6836	59,7	421	72,2	7257	60,3
Trabalhou Formal e Informalmente	3746	32,7	87	14,9	3833	31,8
Total	11457	100	583	100	12040	100

Na distribuição dos modelos de trabalho dos detentos por regiões do Estado (tabela 57), a informalidade varia de 57,9% na Região Metropolitana a 71,2% no Litoral Oeste. Quanto aos detentos que tiveram apenas atividades formais, o número varia de 0,5% na Serra de Baturité a 3,2% na Região Metropolitana.

Tabela 57. Distribuição de trabalho formal ou informal dos detentos por macrorregião do Estado.

Macrorregião	Tipo de Trabalho							
	Nunca trabalhou		Trabalhou Formalmente		Trabalhou Informalmente		Trabalhou Formal e Informalmente	
	n	%	n	%	n	%	n	%
I	383	4,9	247	3,2	4488	57,9	2631	34,0
II	30	4,2	14	2,0	506	71,2	161	22,6
III	66	5,8	22	1,9	781	66,6	301	25,7
IV	11	5,9	5	2,7	120	64,9	49	26,5
V	26	4,3	11	1,9	365	63,5	174	30,3
VI	7	3,5	1	0,5	136	68,3	55	27,6
VII	31	6,4	13	2,8	289	61,2	140	29,7
VIII	64	6,6	19	1,9	572	58,5	322	33,0
Total	618		332		7257		3833	

Nota: I = Região Metropolitana; II = Litoral Oeste; III = Sobral / Ibiapaba; IV = Sertão dos Inhamuns; V = Sertão Central; VI = Serra de Baturité; VII = Litoral Leste / Jaguaribe; VIII = Cariri / Centro Sul.

Observa-se, na tabela 58, que, entre aqueles que possuem Ensino Fundamental incompleto, estão 45,0% dos que nunca trabalharam e 58,2% dos que tiveram apenas atividades informais. Os detentos com Ensino Médio incompleto aparecem em segundo maior número em ambas as categorias de trabalho, sendo 13,1% entre os que nunca trabalharam e 12,6% entre os que só trabalharam informalmente.

Tabela 58. Atividade laboral antes da prisão e nível de escolaridade.

Nível de escolaridade	Atividade laboral antes da prisão							
	Nunca trabalhou		Trabalhou Formalmente		Trabalhou Informalmente		Trabalhou Formal e Informalmente	
	n	%	n	%	n	%	n	%
1	95	15,4	18	5,4	846	11,7	281	7,3
2	11	1,8	6	1,8	105	1,4	56	1,5
3	278	45,0	122	36,7	4225	58,2	1689	44,1
4	56	9,1	39	11,7	840	11,6	502	13,1
5	81	13,1	61	18,4	912	12,6	651	17,0
6	20	3,2	60	18,1	274	3,8	556	14,5
7	---	---	---	---	3	---	8	0,2
8	2	0,3	2	0,6	2	---	11	0,3
9	0	0	19	5,7	33	0,5	50	1,3
10	2	0,3	5	1,5	9	0,1	25	0,6
11	---	---	---	---	2	---	---	---
12	73	11,8	---	---	6	0,1	4	0,1
Total	618	100	332	100	7257	100	3833	100

Nota: 1 = Analfabeto; 2 = Sabe ler e escrever, mas nunca frequentou a escola; 3 = Ensino Fundamental (1º Grau) Incompleto; 4 = Ensino Fundamental (1º Grau) Completo; 5 = Ensino Médio (2º Grau) Incompleto; 6 = Ensino Médio (2º Grau) Completo; 7 = Ensino Técnico Incompleto; 8 = Ensino Técnico Completo; 9 = Ensino Superior (3º Grau) Incompleto; 10 = Ensino Superior (3º Grau) Completo; 11 = Pós-Graduação; 12 = Não informado.

6.2.2. Atividades de trabalho dentro da Unidade Prisional

De acordo com a tabela 59, a maioria dos detentos entrevistados (85,7%) nunca realizou nenhuma atividade laboral dentro do presídio. Somados os que estavam trabalhando quando da realização da coleta de dados aos que já haviam trabalhado no cárcere, apenas 14,3% dos detentos exerceram atividades laborais. O maior percentual de detentos que trabalham ou já trabalharam dentro da unidade é entre as mulheres, 35,0%, em comparação com 13,2% entre os homens.

Tabela 59. Distribuição dos detentos por gênero e realização de trabalho no presídio²².

Atividade Laboral no Presídio	Homens		Mulheres		Total	
	N	%	N	%	n	%
Não	9942	86,8 3	79 6	5,0	10321	85,7
Atualmente não, mas já realizou	444	3,9	53	9,1	497	4,1
Sim	1071	9,3	151	25,9	1222	10,2
Total	11457	100	583	100	12040	100

Como se pode observar na tabela 60, a distribuição dos detentos exercendo atividade de trabalho no presídio por regiões do Estado é liderada pelo Litoral Oeste, 17,4%, seguido da Serra de Baturité, 17,1%. O maior percentual de detentos que jamais trabalharam dentro do presídio é da Região Leste / Jaguaribe, de 91,1%.

Tabela 60. Distribuição de atividade de trabalho no presídio por macrorregião do Estado.

Macrorregião	Atividade de trabalho no presídio					
	Não		Atualmente não, mas já realizou		Sim	
	n	%	n	%	N	%
I	6678	86,2	367	4,7	704	9,1
II 5	71 8	0,3	16 2	,3 1	24	17,4
III	999	85,2	41	3,5	132	11,3
IV 1	56 8	4,3	3	1,6	26	14,1
V	514	89,4	9	1,6	52	9,0
VI 1	60 8	0,4	5	2,5	34	17,1
VII	430	91,1	10	2,1	32	6,8
VIII 8	13 8	3,2	46 4	,7 1	18	12,1
Total	10321		497		1222	

Nota: I = Região Metropolitana; II = Litoral Oeste; III = Sobral / Ibiapaba; IV = Sertão dos Inhamuns; V = Sertão Central; VI = Serra de Baturité; VII = Litoral Leste / Jaguaribe; VIII = Cariri / Centro Sul.

A tabela 61, que discrimina o desenvolvimento de atividade laboral nas unidades prisionais da Região Metropolitana de Fortaleza, traz como destaque o Instituto Penal Paulo Sarasate – IPPS (atualmente desativado) e o Instituto Penal Feminino Desembargadora Auri Moura Costa – IPF, com uma adesão a atividade laboral que supera os 30% dos encarcerados. Por outro lado, a Casa de Privação Provisória de Liberdade Desembargador Francisco Leal (CPPL Caucaia), apresenta baixa adesão, com índices que não chegam a 1% do contingente encarcerado.

²²Estas análises contemplam, apenas, os presos recolhidos, desconsiderando-se os presos em regime aberto e semiaberto não recolhido. Os dados da SEJUS (fonte: <http://www.sejus.ce.gov.br/index.php/ressocializacao/59/1808>) consideram o número total de presos, com independência do regime.

Tabela 61. Atividade laboral nas unidades prisionais da macrorregião metropolitana (n = 7.749).

Unidade Prisional	Atividade de trabalho					
	I		II		III	
	n	%	N	%	n	%
Instituto Penal Professor Olavo Oliveira (IPPOO II)	476	72,5	62	9,4	119	18,1
Casa de Privação Provisória de Liberdade Des. Francisco Leal (CPPL CAUCAIA)	1021	95,9	36	3,4	8	0,8
Casa de Privação Provisória de Liberdade Agente Luciano Andrade Lima (CPPL I)	1072	97,5	14	1,3	13	1,2
Casa de Privação Provisória de Liberdade Professor Clodoaldo Pinto (CPPL II)	864	88,0	34	3,5	84	8,6
Casa de Privação Provisória de Liberdade Professor Jucá Neto (CPPL III)	930	88,7	54	5,1	65	6,2
Casa de Privação Provisória de Liberdade Agente Elias Alves da Silva	1064	97,3	5	0,5	24	2,2
Instituto Penal Paulo Sarasate (IPPS)	151	50,8	55	18,5	91	30,6
Penitenciária Francisco Hélio Viana de Araújo (PACATUBA)	471	79,0	49	8,2	76	12,8
Instituto Penal Feminino Desembargadora Auri Moura Costa (IPF)	245	57,5	45	10,6	136	31,9
Hospital Geral e Sanatório Penal Professor Otávio Lobo	33	91,7	2	5,6	1	2,8
Instituto Psiquiátrico Governador Stênio Gomes	62	81,6	4	5,3	10	13,2
Cadeias Públicas	289	77,5	7	1,9	77	20,6
Total	6678		367		704	

Nota: I = Não; II = Atualmente não, mas já realizou; III = Sim.

Ao relacionar-se a situação de trabalho atual com a formação complementar no Ensino Fundamental, observa-se, na tabela 62, que os detentos que exercem ou já exerceram atividades de trabalho no presídio são 41,7% dos que já concluíram a formação, e 25,0 % dos que estão cursando. Os detentos que nunca trabalharam são 89,5% dos que não iniciaram a formação complementar.

Tabela 62. Formação complementar ensino fundamental no presídio (n = 11.691).

Atividade de trabalho no Presídio	Formação complementar (ensino fundamental) no presídio							
	Não		Sim, mas parou		Sim, está em andamento		Sim, já concluiu	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Não	8428	89,5	439	68,0	854	75,0	49	58,3
Atualmente não, mas já realizou	244	2,5	97	15,0	69	6,1	17	20,2
Sim	750	8,0	110	17,0	216	18,9	18	21,5
Total	9422	100	646	100	1139	100	84	100

Como aponta a tabela 63, os detentos que afirmam só ter trabalhado formalmente são 3,0% dos que trabalham dentro do presídio; já os que tiveram apenas experiências informais de trabalho são 56,2% neste grupo, ou seja, o vínculo de trabalho na unidade não está diretamente ligado a quem já possuía alguma relação formal anterior à prisão.

Tabela 63. Atividade laboral anterior e durante a prisão.

Atividade de trabalho antes da prisão	Atividade laboral no sistema prisional					
	Não		Atualmente não, mas já realizou		Sim	
	n	%	n	%	n	%
Nunca Trabalhou	569	5,5	14	2,8	35	2,9

Trabalhou Formalmente	283	2,7	12	2,4	37	3,0
Trabalhou Informalmente	6274	60,8	296	5,9	687	56,2
Trabalhou Formal e Informalmente	3195	31,0	175	35,2	463	37,9
Total	10321	100	497	100	1222	100

6.2.3. Planos de trabalho após a saída do sistema carcerário

No que se refere às pretensões de trabalhar após a saída do presídio (tabela 64), 94,9% dos detentos responderam afirmativamente. Entre os homens está o maior percentual dos que têm pretensão de trabalhar após a saída do presídio, 95,0%. Entre os que não pretendem trabalhar, as mulheres têm maior percentual, 5,5% em comparação com 3,2% entre os homens.

Tabela 64. Distribuição dos detentos por gênero e pretensão laboral.

Pretensão Laboral	Homens		Mulheres		Total	
	N	%	n	%	n	%
Não	365	3,2	32	5,5	397	3,3
Sim	10884	95,0	543	93,1	11427	94,9
Não Informado	208	1,8	8	1,4	216	1,8
Total	11457	100	583	100	12040	100

A tabela 65, referente à distribuição por macrorregião dos detentos segundo a pretensão de trabalhar após a saída do presídio, aponta que o número dos que afirmam que sim varia de 90,5% no Litoral Leste / Jaguaribe a 96,5% na Serra de Baturité. O maior percentual dentre os que afirmam não ter interesse de trabalhar após a libertação está na região do Litoral Leste / Jaguaribe, 6,6%.

Tabela 65. Perspectiva em relação ao trabalho ao sair da prisão por macrorregião do Estado.

Macrorregião	Perspectiva em relação ao trabalho					
	Não		Sim		Não informado	
	n	%	n	%	N	%
I	231	3,0	7399	95,5	119	1,5
II	18	2,6	769	95,1	17	2,4
III	30	2,6	1110	94,7	32	2,7
IV	9	4,9	173	93,5	3	1,6
V	20	3,5	542	94,3	13	2,3
VI	6	3,0	192	96,5	1	0,5
VII	31	6,6	427	90,5	14	3,0
VIII	52	5,3	89	2,9	17	1,7
Total	397		11427		216	

Nota: I = Região Metropolitana; II = Litoral Oeste; III = Sobral / Ibiapaba; IV = Sertão dos Inhamuns; V = Sertão Central; VI = Serra de Baturité; VII = Litoral Leste / Jaguaribe; VIII = Cariri / Centro Sul.

Segundo a tabela 66, entre os presos que já concluíram alguma espécie de formação complementar, 98,5% têm pretensão de trabalhar após deixar o presídio. Entre os detentos que nunca participaram de qualquer curso de formação complementar está o maior percentual dos que não pretendem trabalhar quando saírem do presídio, 3,5%.

Tabela 66. Formação complementar durante a prisão e pretensão de trabalho ao sair.(n = 11.162)

Formação complementar na unidade prisional								
Pretensão laboral	Não		Sim, mas parou Sim, está em andamento		Sim, já concluiu			
	n	%	n	%	n	%	N	%
Não	377	3,5	2	2,5	1	1,9	2	1,5
Sim	10520	96,5	78	97,5	53	98,1	129	98,5
Total	10897	100	80	100	54	100	131	100

Como aponta a tabela 67, dos detentos que pretendem trabalhar após a saída, são 98,8% entre os que já realizaram atividade laboral no presídio, 98,2% entre os que realizam e 96,4% entre os que nunca realizaram atividade alguma. O maior percentual de detentos que afirmam não pretender trabalhar é de 3,6% entre aqueles que nunca realizaram atividade laboral alguma dentro do presídio.

Tabela 67. Atividade laboral durante a prisão e pretensão de trabalho ao sair. (n = 11.824).

Pretensão laboral	Atividade laboral dentro do presídio					
	Não		Atualmente não, mas já realizou		Sim	
	n	%	n	%	N	%
Não	369	3,6	6	1,2	22	1,8
Sim	9761	96,4	80	98,8	1186	98,2
Total	10130	100	486	100	1208	100

6.2.4. Situação laboral antes de ser preso

De acordo com a tabela 68, dentre os detentos entrevistados, 72,7% relataram estar trabalhando no momento da prisão. Somados os que nunca trabalharam aos que não estavam trabalhando, 26,3% não realizavam atividade laboral alguma quando da prisão. As mulheres demonstram maior percentual entre os que não estavam trabalhando no momento da prisão,

45,3%. Quanto aos que estavam trabalhando quando presos, são 73,6% entre os homens e 53,2% entre as mulheres.

Tabela 68. Distribuição dos detentos por situação laboral no momento da prisão.

Trabalho Progresso	Homens		Mulheres		Total	
	n	%	N	%	N	%
Nunca trabalhou	202	1,8	24	4,1	226	1,9
Não	2699	23,6	240	41,2	2939	24,4
Sim	8442	73,6	310	53,2	8752	72,7
Não informado	114	1,0	9	1,5	123	1,0
Total	11457	100	583	100	12040	100

A tabela 69 aponta que, distribuídos entre as regiões do Estado, a Região do Sertão de Inhamuns é aquela que mostra os maiores percentuais de vinculação ao trabalho, situando-se com 81,6%, enquanto a Região Metropolitana de Fortaleza tem o menor índice percentual nesta resposta, com 70,6% dos detentos.

Tabela 69. Número de presos que trabalhavam antes da detenção por macrorregião do Estado.

Macrorregião	Trabalho antes da detenção							
	Nunca trabalhou		Não		Sim		Não informado	
	n	%	n	%	n	%	n	%
I	166	2,1	2028	26,2	5470	70,6	85	1,1
II 1	4	2,0	120	16,9	718	0,3	6	0,8
III	15	1,3	298	25,4	846	72,2	13	1,1
IV 1	0	,5	3	17,8	518	1,6	---	---
V	6	1,0	125	21,7	441	76,7	3	0,5
VI 6	3	,0	4	17,1	577	8,9	2	1,0
VII	9	1,9	114	24,2	348	73,7	1	0,2
VIII 9	0	,9	87	9,1	768	78,6	3	1,3
Total	226		2939		8752		123	

Nota: I = Região Metropolitana; II = Litoral Oeste; III = Sobral / Ibiapaba; IV = Sertão dos Inhamuns; V = Sertão Central; VI = Serra de Baturité; VII = Litoral Leste / Jaguaribe; VIII = Cariri / Centro Sul.

De acordo com a tabela 70, apenas 2,7% dos detentos que trabalhavam no momento da prisão tiveram somente experiências formais de trabalho. Os que tiveram apenas experiências laborais informais são 61,6% dos que estavam trabalhando quando presos e 61,8% dos presos que não estavam trabalhando, nem formal nem informalmente.

Tabela 70. Trabalho formal ou informal e atividade laboral antes da prisão.(n = 11.917).

Situação formal ou informal do trabalho	Atividade laboral antes de ser preso					
	Nunca Trabalhou		Não		Sim	
	n	%	n	%	n	%
Nunca Trabalhou	208	92,0	247	,6	06	1,2

Trabalhou Formalmente	---	---	98	3,3	232	2,7
Trabalhou Informalmente	17	7,5	1816	61,8	5395	61,6
Trabalhou Formal e Informalmente	1	0,4	801	27,3	3019	34,5
Total	226	100	2939	100	8752	100

A figura 26 estabelece uma relação entre tipos de crime e atividade laboral desenvolvida. Chama à atenção, nessa distribuição, a alta incidência de crimes contra a pessoa entre os que trabalham com a agricultura. Há equilíbrio entre os outros tipos de crime e atividades laborais desenvolvidas, não se demonstrando grandes variações.

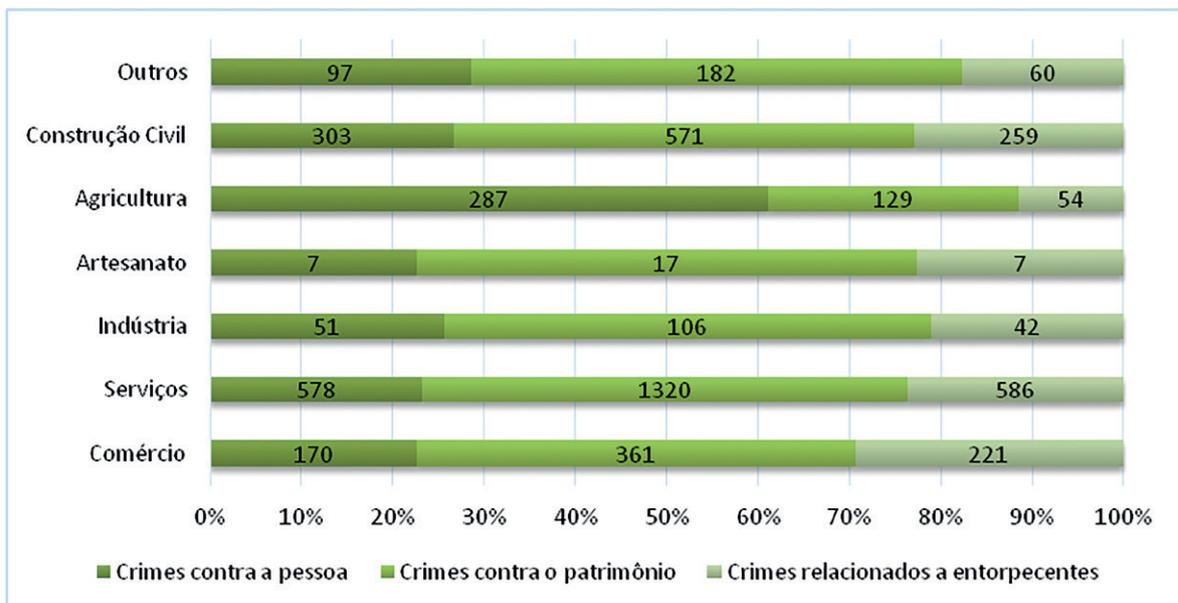


FIGURA 26. TIPOS DE TRABALHO E TIPOS DE CRIME²³.

7. ESTRUTURA FAMILIAR

7.1. Renda familiar atual

Esta análise buscou coletar dados para que fosse possível verificar, com suporte no que foi informado o grau de prejuízo financeiro que o afastamento do detento da família trouxe para ela.

²³Este gráfico foi feito com base nos três tipos penais mais recorrentes: crimes contra a pessoa, crimes contra o patrimônio e crimes relacionados a entorpecentes (tabela 20).

Segundo aponta a tabela 71, as famílias de 29,5% dos detentos possuem um rendimento familiar menor do que um salário-mínimo. De um a dois salários -estão 32,5% dos familiares e 10% situam-se na faixa compreendida em mais de dois salários. Os que não sabiam ou não quiseram informar atingem o percentual de 28%. A renda familiar de 37,4% das mulheres encarceradas é menor do que um salário-mínimo e 29,0% afirmam que seus familiares possuem renda de um a dois salários-mínimos. Os homens informam que 29,1% de seus familiares têm uma renda menor do que um salário-mínimo e 32,7% estão na faixa de um a dois salários.

Tabela 71. Distribuição dos detentos por gênero e renda familiar atual.

Renda Mensal Familiar Atual	Homens		Mulheres		Total	
	n	%	n	%	n	%
Menos de 1 salário mínimo	3333	29,1	183	7,4	3551	29,5
Entre 1 e 2 salários mínimos	3749	32,7	169	29,0	3918	32,5
Entre 2 e 3 salários mínimos	645	5,6	30	5,1	675	5,6
Entre 3 e 4 salários mínimos	180	1,6	13	2,2	193	1,6
Mais do que 4 salários mínimos	317	2,8	15	2,6	332	2,8
Não sabe	2916	25,4	116	19,9	3032	25,2
Não Informado	317	2,8	22	3,8	339	2,8
Total	11457	100	583	100	12040	100

A tabela 72 demonstra as faixas de renda familiar dos respondentes por regiões do Estado. Os que não sabiam ou não quiseram informar atingem o percentual de 28%.

Tabela 72. Distribuição por renda mensal familiar por macrorregião.

Macrorregião	Números de salários mínimos																
	1		2		3		4		5		6						
	N	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%					
I	1985	25,6	2419	31,2	492	6,3	159	2,1	260	3,4	2208	28,5	226	2,9			
II	453	4,5	210	29,5	21	3	5	0,7	111	1,5	1982	27,8	21	3			
III	386	32,9	475	40,5	44	3,8	10	0,9	17	1,5	209	17,8	31	2,6			
IV	2	44,3	6	32,4	8	4	3	---	4	2	23	0	16,2	1	0,5		
V	208	36,2	181	31,5	18	3,1	4	0,7	9	1,6	148	25,7	7	1,2			
VI	1	35,7	8	40,2	1	0	5	---	---	4	2	33	1	6,6	1	0,5	
VII	173	36,7	154	32,6	30	6,4	4	0,8	7	1,5	85	18	19	4			
VIII	4	01	4	339	34,7	5	2	5,3	11	1	1,2	0	2	121	12,4	3	3,4
Total	3551		3918		675		193		332		3032		339				

Nota: I = Região Metropolitana; II = Litoral Oeste; III = Sobral / Ibiapaba; IV = Sertão dos Inhamuns; V = Sertão Central; VI = Serra de Baturité; VII = Litoral Leste / Jaguaribe; VIII = Cariri / Centro Sul. NS = Não sabe; NI = Não informado.

As tabelas, 73, 74, 75 e 76 mostram a relação entre a cor da pele e quatro outras variáveis, a saber, renda mensal, quantidade de filhos,

desenvolvimento de atividades no presídio e situação de coabitação antes do encarceramento. A distribuição da variável renda mensal denota não haver disparidades representativas com as demais variáveis, ressaltando apenas a distribuição do perfil geral já apresentado para a população entrevistada. Destacam-se a incidência maior das variáveis na faixa de renda mensal de um a dois salários-mínimos no que se refere a cor da pele em todas as suas variações (73); a maior incidência de ausência de filhos em todos os segmentos de renda mensal (74); a significativa incidência de não realização de atividades entre os encarcerados; e estado de coabitação com companheiro(a) como a de maior frequência entre os entrevistados.

Tabela 73. Renda mensal em função da cor da pele.

Cor da Pele	Números de salários mínimos													
	< 1		1 --- 2		2 --- 3		3 --- 4		> 4		N	S	NI	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Branco	649	18,3	683	17,4	151	22,4	50	25,9	96	28,9	579	19,1	68	20,1
Amarelo ou Asiático	1030	29,0	1180	30,1	197	29,2	65	33,7	108	32,6	891	29,4	80	23,6
Pardo ou Indígena	1231	34,6	1331	34,0	224	33,2	56	29,0	96	28,9	1107	36,5	72	21,2
Negro	496	14,0	608	15,5	75	11,1	16	8,3	24	7,2	426	14,0	35	10,3
NI	145	4,1	116	3,0	28	4,1	6	3,1	8	2,4	29	1,0	84	24,8
Total	3551	100	3918	100	675	100	193	100	332	100	3032	100	339	100

Nota: NS = Não sabe; NI = Não informado.

Tabela 74. Renda mensal e quantidade de filhos.

Número de Filhos	Números de salários mínimos													
	< 1		1 --- 2		2 --- 3		3 --- 4		> 4		NS	NI		
	N	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%		
0	1140	32,1	1417	36,2	192	28,4	63	32,6	102	30,7	1134	37,4	167	49,3
1	854	24,0	1032	26,3	193	28,6	54	28,0	95	28,6	812	26,8	56	16,5
2	706	19,9	682	17,4	143	21,2	32	16,6	58	17,5	497	16,4	55	16,2
3	375	10,6	356	9,1	72	10,7	22	11,4	35	10,6	267	8,8	21	6,2
4	225	6,3	197	5,0	28	4,1	11	5,7	15	4,5	139	4,6	17	5,0
5	111	3,1	97	2,5	26	3,9	3	1,5	18	5,4	76	2,5	5	1,5
6	41	1,2	65	1,7	9	1,3	4	2,1	3	0,9	50	1,6	7	2,1
≥ 7	99	2,8	72	1,8	12	1,8	4	2,1	6	1,8	57	1,9	11	3,2
Total	3551	100	3918	100	675	100	193	100	332	100	3032	100	339	100

Nota: NS = Não sabe; NI = Não informado.

Tabela 75. Renda mensal e atividade no presídio.

Número de Salários	Não		Atualmente não, mas já realizou		Sim	
	n	%	n	%	N	%
	< 1	2980	28,9	158	31,8	413

1 --- 2	3390	32,8	144	29,0	384	31,4
2 --- 3	571	5,5	28	5,6	76	6,2
3 --- 4	168	1,6	8	1,6	17	1,4
> 4	277	2,7	13	2,6	42	3,4
NS	2651	25,7	126	25,4	255	20,9
NI	284	2,8	20	4,0	35	2,9
Total	10321	100	497	100	1222	100

Nota: NS = Não sabe; NI = Não informado.

Tabela 76. Renda mensal e com quem morava antes da prisão.

Com quem morava	Números de salários mínimos																		
	< 1		1 --- 2		2 --- 3		3 --- 4		4 N		S		NI						
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%					
Pais	408	11,5	601	15,3	110	16,3	37	19,2	44	13,3	345	11,4	23	6,8					
Parentes 3	38	9,5	4	30	1,0	66	9,8	2	3	11,9	2	2	6,6	330	10,9	2	3	6,8	
Companheira(o)	1445	40,7	1488	38,0	252	37,3	69	35,8	144	43,4	1046	34,5	93	27,4					
Amigos 1	9	0,5	15	0,4	-	-	-	1	0	,5	5	1	,5	1	8	0,6	3	0,9	
Sozinho(a)	270	7,6	299	7,6	69	10,2	19	9,8	51	15,4	427	14,1	62	18,3					
Só com a mãe 7	24	2	0,4	762	19,5	112	16,6	23	1	1,9	35	1	0,5	608	20,0	3	2	9,4	
Só com o pai	59	1,7	87	2,2	11	1,6	3	1,6	6	1,8	65	2,1	2	0,6					
NI ¹ 2	88	8	,1	2	36	6	,0	5	8,1	18	9	,3	2	5	7,5	193	6,4	101	29,8
Total	3551	100	3918	100	675	100	193	100	332	100	3032	100	339	100					

7.2. Estrutura familiar

7.2.1. Pessoas com quem morava antes de ser preso

A tabela 77 denota que, no momento da prisão, a maioria dos detentos (37,7%) morava com a companheira (o). Em segundo lugar, foi apontada a moradia só com a mãe (19,1%). Os que informaram morar só com o pai representaram 1,9% dos entrevistados.

Tabela 77. Pessoas com quem morava antes de ser preso.

Pessoas com quem morava	n	%
Pais	1568	13
Parentes	1232	10,2
Companheira(o)	4537	37,7
Amigos	61	0,5
Sozinho(a)	1197	9,9
Só com a mãe	2296	19,1
Só com o pai	233	1,9
Não informado / Outros / Combinações das opções	916	7,7
Total	12040	100

²⁴Nesta tabela, incluíram-se entre os não informados os respondentes que indicaram morar com outra pessoa, diferente das apresentadas, ou outras combinações.

A tabela 78 mostra que 47,9% dos entrevistados foram criados pelos pais. Os que foram criados apenas pela mãe são 31,1% da amostra.

Tabela 78. Responsável na infância e adolescência.

Por quem foi criado?	n	%
Mãe e pai	365	47,9
Mãe	237	31,1
Pai	12	1,6
Avós maternos	56	7,3
Avós paternos	24	3,1
Tios	12	1,6
Irmãos	5	0,7
Orfanato	3	0,4
Não Informado	48	6,3
Total	762	100

Na tabela 79, observa-se, que dos respondentes, 53,5% não possuem parentes que cumprem ou já cumpriram pena. Declararam possuir parentes nesta condição 42,9% dos entrevistados.

Tabela 79. Parentes em cumprimento de pena.

Possui parentes que cumpriu ou está cumprindo pena?	n	%
Não	408	53,5
Sim	327	42,9
Não sabe	12	1,6
Não Informado	15	2,0
Total	762	100

7.2.2. Número de Filhos

Observa-se, na tabela 80, que 65,0% dos entrevistados possuem um ou mais filhos. Os que declaram não ter filhos são 35,0%. Em relação ao número de filhos, 76,8% das mulheres afirmam ter um ou mais filhos e 64,4% dos homens declaram ter um ou mais filhos. Visualiza-se que predomina o número de um a dois filhos no universo pesquisado.

Tabela 80. Distribuição dos detentos por gênero e quantidade de filhos.

Número de Filhos	Homens		Mulheres		Total	
	N	%	n	%	n	%
0	4080	35,6	352	3,2	4215	35,0

²⁵Os dados desta tabela são provenientes do questionário completo, considerando a amostra representativa de entrevistas.

1	2984	26	112	19,2	3096	25,7
2	2065	18,1	08,1	8,5	2173	18,0
3	1041	9,1	107	18,4	1148	9,5
4	571	5,0	61	10,4	632	5,3
5	310	2,7	26	4,5	336	2,8
6	167	1,5	12	2,1	179	1,5
7 ou mais	239	2,1	22	3,7	261	2,2
Total	11457	100	583	100	12040	100

A tabela 81 demonstra o número de filhos dos encarcerados por regiões do Estado. A tabela indica equilíbrio entre as diversas regiões relativamente à quantidade indicada de filhos, não havendo disparidades regionais. Ressalta-se, entretanto, a alta incidência de ausência de filhos ou de um máximo de dois filhos.

Tabela 81. Distribuição de filhos de detentos por macrorregião do Estado.

Macror-região	Números de filhos															
	0		1		2		3		4		5		6		7 ou mais	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
I	2624	33,9	2041	26,3	1441	18,6	737	9,5	411	5,3	231	3	119	1,5	145	1,9
II	279	39,2	156	21,9	106	14,9	86	12,1	31	4,4	15	2,1	14	2	24	3,4
III	448	38,2	326	27,8	198	16,9	73	6,2	61	5,2	28	2,4	15	1,3	23	2
IV	61	33	47	25,4	37	20	14	7,6	15	8,1	4	2,2	0	0	7	3,8
V	214	37,2	136	23,7	101	17,6	60	10,4	23	4	15	2,6	4	0,7	22	3,8
VI	82	41,2	52	26,1	32	16,1	14	7	6	3	8	4	1	0,5	4	2
VII	189	40	115	24,4	71	15	50	10,6	25	5,3	7	1,5	6	1,3	9	1,9
VIII	318	32,5	223	22,8	187	19,1	114	11,7	60	6,1	28	2,9	20	2	27	2,8
Total	4215		3096		2173		1148		632		336		179		261	

Nota: I = Região Metropolitana; II = Litoral Oeste; III = Sobral / Ibiapaba; IV = Sertão dos Inhamuns; V = Sertão Central; VI = Serra de Baturité; VII = Litoral Leste / Jaguaribe; VIII = Cariri / Centro Sul.

7.3. A mulher e sua relação com os filhos

As figuras seguintes abordam a questão da maternidade na prisão, objetivando ainda conhecer quem assume a responsabilidade por criar a criança enquanto a mãe está presa. No Instituto Penal Feminino Auri Moura Costa, existe uma creche onde a mulher que é mãe de recém-nascido fica com seu filho pelo período de seis meses, prorrogável até um ano, enquanto amamentar. Após este tempo a criança é separada da mãe e entregue a um responsável.

A exceção para o afastamento do filho após um ano ocorre quando, ao completar este tempo, a mãe estiver em vias de receber algum benefício legal que culmine com a mudança de regime. Neste caso, a criança permanece com a mãe até que ela fique em liberdade.

Na figura 27, observa-se que a maioria das mulheres entrevistadas não esteve ou está grávida nas unidades prisionais.

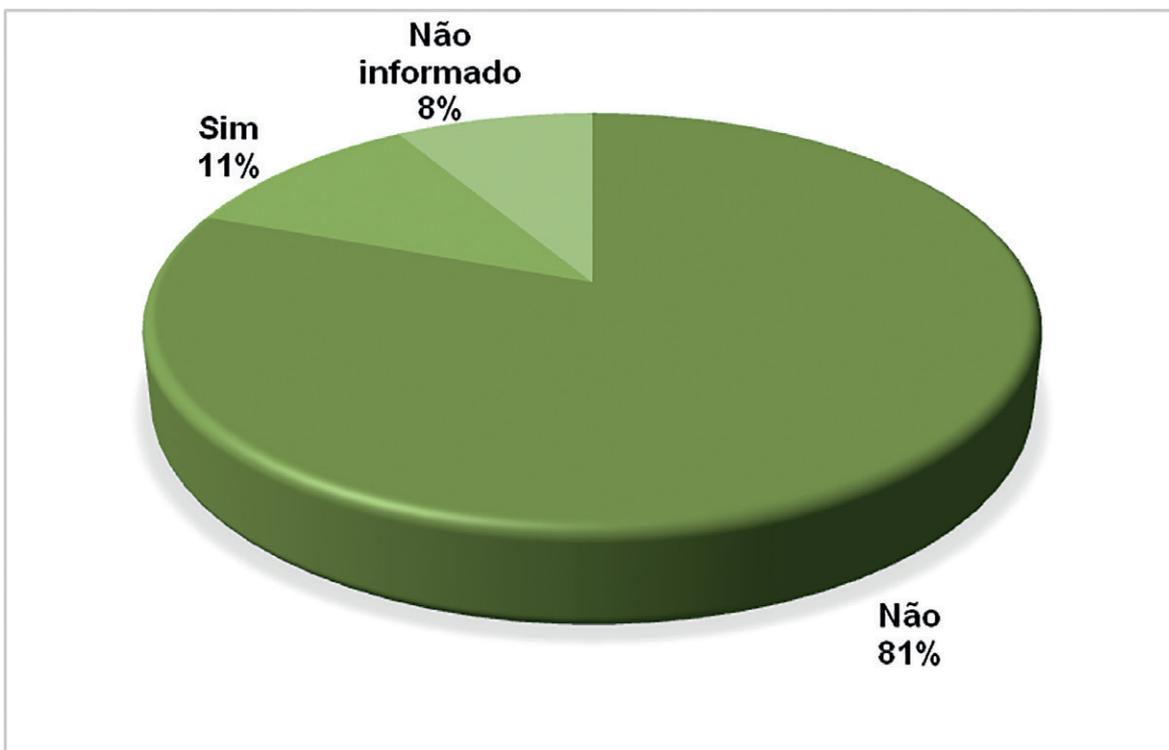


FIGURA 27. GRAVIDEZ NO SISTEMA PRISIONAL.

Como se verifica na Figura 28, a maioria das crianças, após o desligamento da creche, fica sob a responsabilidade dos avós maternos (44,0%), ao passo que somente 6,0% ficam sob os cuidados paternos.

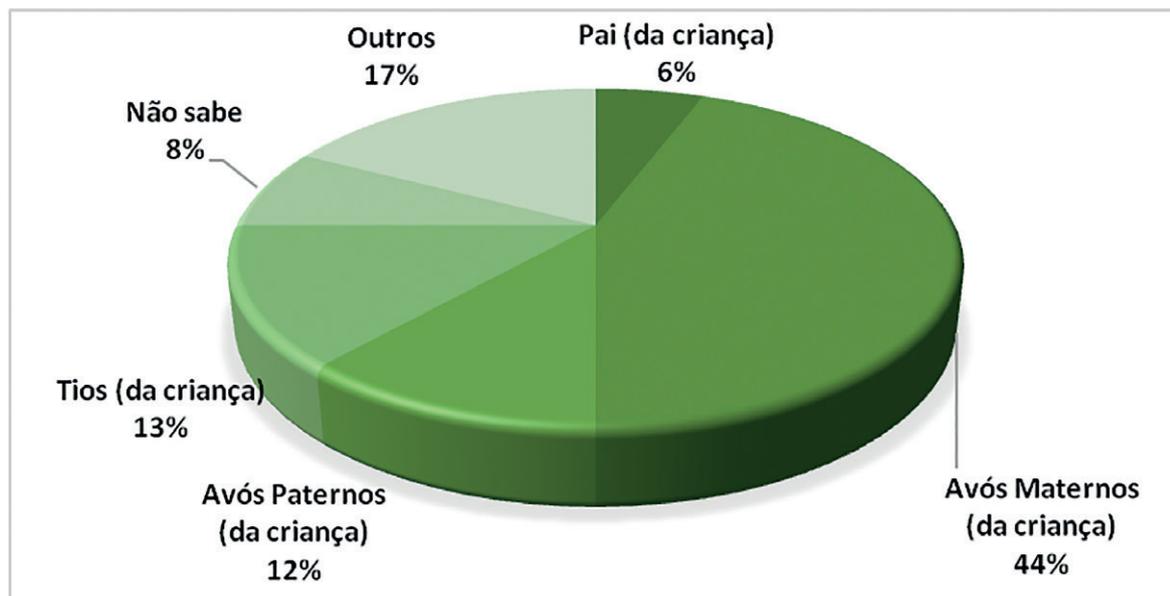


FIGURA 28. RESPONSÁVEL PELA CRIANÇA APÓS O DESLIGAMENTO²⁶.

²⁶Este gráfico desconsiderou as mulheres cujos filhos já foram desligados.

8. VIVÊNCIAS NO SISTEMA CARCERÁRIO

Esta análise tem o objetivo de verificar o grau de abandono por parte dos familiares em relação aos encarcerados. As visitas aos detentos do Estado do Ceará ocorrem em sua maioria nos dias de quarta-feira e domingo, com exceção de algumas cadeias no interior do Estado, que têm outros dias para visitas. Os visitantes precisam fazer um cadastro junto a cada unidade prisional para terem o direito de visitar seus entes queridos, recebendo, então, uma carteira que dá acesso à unidade prisional. É necessário haver a anuência do preso para que a pessoa receba a permissão de visitá-lo. A SEJUS estabelece os dias de visitas e horários (8 às 16h). As visitas de esposas (os), companheiras (os), irmãs, mães e filhos são permitidas semanalmente; as dos pais, irmãos são permitidas uma vez por mês. À época da pesquisa, todos os visitantes eram submetidos a revista íntima e os pertences que seriam deixados pelos familiares para os detentos também passavam por minuciosa inspeção. Atualmente, as revistas íntimas foram extintas no Estado do Ceará por meio da Portaria Nº 723/2014 da SEJUS, permanecendo o exame dos pertences. As unidades prisionais mantêm uma lista informando o que é permitido entrar de objetos e guloseimas para os presos, bem como informando às visitas as restrições estabelecidas.

8.1. Visitas

8.1.1. Frequência de visitas

Nota-se na tabela 82 que 40,5% dos encarcerados pesquisados recebem visitas da (o)s companheira(o)s semanalmente e 27,6% de suas genitoras, enquanto 4,3% de seus pais. É relevante a taxa dos que não recebem visitas do companheiro (a) (58,6%) e das mães (69,9%). Quanto aos pais, 95,2% não visitam seus filhos.

Tabela 82. Frequência de visitas recebidas pelo detento.

Visitante	Frequência de Visitas ¹					
	Não recebe		Baixa		Alta	
	n	%	n	%	n	%
Companheira(o)	7050	58,6	114	0,9	4876	40,5
Mãe	8416	69,9	304	2,5	3320	27,6
Irmãos	10338	85,9	206	1,7	1496	12,4
Filhos	11310	93,9	93	0,8	637	5,3
Pai	11464	95,2	59	0,5	517	4,3
Amigos	11962	99,4	15	0,1	63	0,5
Tios	11896	98,8	21	0,2	123	1,0
Avós	11944	99,2	13	0,1	83	0,7
Netos	12031	99,9	4	---	5	---
Outros	11818	98,2	20	0,1	202	1,7

A tabela 83 mostra que as mulheres recebem menos visitas do que os homens. Fica evidenciado que 87,3% não são visitadas pelo (a) companheiro (a) ou pela mãe (69,0%), o mesmo ocorrendo com os outros parentes. As que recebem visitas apontam a mãe (27,6%) como a pessoa mais presente neste item. Quanto aos homens, visualiza-se que são visitados com maior frequência pelas (os) companheiras(os) (41,9%) e genitoras (27,6%). A maioria dos filhos não visita seus genitores nas unidades prisionais.

Tabela 83. Frequência de visitas recebidas pelo detento em função do gênero.

Visitante	Frequência de Visitas ⁴											
	Não recebe				Baixa				Alta			
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres		Homens		Mulheres	
	n	%	N	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Companheira(o)	6541	57,1	509	87,3	114	1,0	---	---	4802	41,9	74	12,7
Mãe	8014	69,9	402	69,0	284	2,5	20	3,4	3159	27,6	161	27,6
Irmãos	9899	86,4	439	75,3	179	1,6	27	4,6	1379	12,0	117	20,1
Filhos	10857	94,8	469	80,4	76	0,7	14	2,4	524	4,6	100	17,2
Pai	10916	95,3	548	94,0	55	0,5	4	0,7	486	4,2	31	5,3
Amigos	11402	99,5	560	96,1	10	0,1	5	0,9	45	0,4	18	2,1
Tios	11331	98,9	565	96,9	20	0,2	1	0,2	106	0,9	17	2,9
Avós	11374	99,3	570	97,8	10	0,1	3	0,5	73	0,6	10	1,7
Netos	11451	99,9	580	99,5	3	---	1	0,2	3	---	2	0,3
Outros	11286	98,5	532	91,3	13	0,1	7	1,2	158	1,4	44	7,5

Conforme a tabela 84, os entrevistados que possuem um filho recebem a visita de seus companheiros (as) com maior frequência. Observa-

²⁷A frequência de visitas foi avaliada por meio de uma escala de cinco pontos, variando de 0 (não recebe) a 4 (semanalmente). Para fins de apresentação dos resultados as pontuações referentes a “uma vez por ano ou menos” e “duas a seis vezes por ano” foram agrupadas na categoria “baixa frequência”, e “de uma a duas vezes por mês” a “semanalmente” na categoria “alta frequência”.

se que há um equilíbrio de frequência de visitas para os que declaram não ter filhos e os que possuem dois.

Tabela 84. Visitas do companheiro(a) em função do número de filhos.

Número de Filhos	Frequência de visitas					
	I		II		III	
	n	%	N	%	n	%
0	3119	44,2	23	20,2	1073	22,0
1	1613	22,9	26	22,8	1457	29,9
2	1068	15,1	22	19,3	1083	22,2
3	544	7,7	24	21,1	580	11,9
4	307	4,4	7	6,1	318	6,5
5	178	2,5	8	7,0	150	3,1
6	96	1,4	4	3,5	79	1,6
7 ou mais	125	1,8	0	0,0	136	2,8
Total	7050	100	114	100	4876	100

A tabela 85 demonstra que a visita materna para os entrevistados ocorre em maior frequência para os que declaram não ter filhos.

Tabela 85. Visitas da mãe em função do número de filhos.

Número de Filhos	Frequência de visitas					
	I		II		III	
	n	%	N	%	n	%
0	2572	30,6	90	29,6	1553	46,8
1	2165	25,7	75	24,7	856	25,8
2	1641	19,5	65	21,4	467	14,1
3	872	10,4	36	11,8	240	7,2
4	509	6,0	21	6,9	102	3,1
5	285	3,4	8	2,6	43	1,3
6	144	1,7	4	1,3	31	0,9
7 ou mais	228	2,7	5	1,7	28	0,8
Total	8416	100	304	100	3320	100

Nota: I = Não recebe; II = Uma vez por ano ou menos a de uma a seis vezes por ano; III = Uma a duas vezes por mês a semanalmente.

8.1.2. Visitas íntimas

O número de detentos que não recebe visita íntima, conforme aponta a tabela 86, é de 54,4%, enquanto o dos que afirmam receber visita

íntima semanalmente é de 32,2%. A tabela 86 demonstra que 45,2% de homens recolhidos recebem visitas íntimas. Importante é considerar que apenas 9,6% das mulheres na mesma situação recebem visita íntima. Estes dados permitem inferir o quanto o encarceramento pode privar a mulher, além do isolamento a que está submetida. Destaca-se que 52,6% dos homens não recebem visita íntima, enquanto 89,7% das mulheres também não recebem este tipo de visita.

Tabela 86. Distribuição dos detentos por gênero e recebimento de visita íntima.

Visita Intima	Homens		Mulheres		Total	
	n	%	n	%	n	%
Não Recebe	6032	52,6	523	89,7	6555	54,4
Uma vez por ano ou menos	22	0,2	---	---	22	0,2
De duas a seis vezes por ano	82	0,7	---	---	82	0,7
De uma a duas vezes por mês	1240	10,8	18	3,1	1258	10,4
Semanalmente	3833	33,5	38	6,5	3871	32,2
Recebia, mas não recebe mais	248	2,2	4	0,7	252	2,1
Total	11457	100	583	100,0	12040	100

Na tabela 87 nota-se, que em todas as regiões do Estado, a maioria dos entrevistados não recebe visita íntima. Os que declaram receber apontam a visita íntima semanal como a de maior frequência.

Tabela 87. Frequência de visita íntima por macrorregião do Estado.

Macrorregião	Frequência de visitas íntimas											
	A		B		C		D		E		F	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
I	4125	53,2	17	0,2	61	0,8	889	11,5	2457	31,7	200	2,6
II	416	58,5	1	0,1	2	0,3	49	6,9	234	32,9	9	1,3
III	667	56,9	---	---	3	0,3	80	6,8	399	34,0	23	2,0
IV	107	57,8	1	0,5	---	---	14	7,6	61	33,0	2	1,1
V	313	54,4	---	---	4	0,7	48	8,3	205	35,7	5	0,9
VI	110	55,3	---	---	1	0,5	18	9,0	65	32,7	5	2,5
VII	241	51,1	---	---	2	0,4	42	8,9	187	39,6	---	---
VIII	576	59,0	3	0,3	9	0,9	118	12,1	263	26,9	8	0,8
Total	6555		22		82		1258		3871		252	

Nota: I = Região Metropolitana; II = Litoral Oeste; III = Sobral / Ibiapaba; IV = Sertão dos Inhamuns; V = Sertão Central; VI = Serra de Baturité; VII = Litoral Leste / Jaguaribe; VIII = Cariri / Centro Sul. A = Não Recebe; B = Uma vez por ano ou menos; C = De duas a seis vezes por ano; D = De uma a duas vezes por mês; E = Semanalmente; F = Recebia, mas não recebe mais.

Conforme a tabela 88, as visitas íntimas para as mulheres na região metropolitana de Fortaleza são realizadas principalmente por homens. Visualiza-se também que, daquelas que informaram receber visita íntima, 2,2% afirmaram receber visita de mulheres. Registra-se que a maioria das pesquisadas não quis responder a este quesito.

Tabela 88. Gênero do visitante na visita íntima de mulheres por macrorregião (n = 583).

Macrorregião	Gênero do visitante							
	Homens		Mulheres		Homens e Mulheres		Não informado	
	N	%	n	%	n	%	n	%
I	38	8,9	11	2,6	2	0,46	378	88,0
II	6	25,0	5	20,8	---	---	13	54,2
III	15	35,7	3	7,1	---	---	24	57,1
IV	---	---	1	16,7	---	---	5	83,3
V	---	---	---	---	---	---	6	100,0
VI	---	---	---	---	---	---	1	100,0
VII	3	20,0	2	13,3	---	---	10	66,7
VIII	7	11,7	4	6,6	---	---	49	81,7
Total	69		26		2		486	

Nota: I = Região Metropolitana; II = Litoral Oeste; III = Sobral / Ibiapaba; IV = Sertão dos Inhamuns; V = Sertão Central; VI = Serra de Baturité; VII = Litoral Leste / Jaguaribe; VIII = Cariri / Centro Sul.

A tabela 89 evidencia, que as visitas íntimas para os homens na Região Metropolitana de Fortaleza são realizadas principalmente por mulheres (43,7%). Como é possível observar, esse mesmo padrão se repete em todas as outras macrorregiões do Estado.

Tabela 89. Gênero do visitante na visita íntima de homens por região (n = 11.457).

Macrorregião	Gênero do visitante							
	Homens		Mulheres		Homens e Mulheres		Não informado	
	N	%	n	%	n	%	n	%
I	6	0,1	3196	43,7	2	---	4116	56,2
II	1	0,1	281	40,9	---	---	405	59,0
III	3	0,3	477	42,2	1	0,1	649	57,4
IV	---	---	78	43,6	---	---	101	56,4
V	---	---	263	46,2	1	0,2	305	53,6
VI	---	---	90	45,5	---	---	108	54,5
VII	4	0,9	223	48,8	---	---	230	50,3
VIII	---	---	395	43,1	---	---	522	56,9
Total	14		5003		4		6436	

Nota: I = Região Metropolitana; II = Litoral Oeste; III = Sobral / Ibiapaba; IV = Sertão dos Inhamuns; V = Sertão Central; VI = Serra de Baturité; VII = Litoral Leste / Jaguaribe; VIII = Cariri / Centro Sul.

Na tabela 90, os dados demonstram que 0,7% de homens visita intimamente suas companheiras ou companheiros e 41,8% das mulheres adentram o sistema penal para visitas íntimas. Em relação a preferência de gênero na visita íntima, 0,1% dos homens entrevistados recebe visita íntima de pessoas do mesmo gênero e 43,7% recebem visita de mulheres. Das mulheres pesquisadas 4,5% recebem visita íntima de pessoas do mesmo gênero e 11,8% de homens. Visualiza-se que 0,3% dos respondentes recebem visitas íntimas de ambos os gêneros. Em todo o Estado do Ceará as visitas íntimas em sua maioria são realizadas por mulheres. A maioria dos respondentes não quis responder esse quesito²⁸.

Tabela 90. Distribuição dos detentos por gênero e preferência de gênero na visita íntima.

Visitas íntimas	Homens		Mulheres		Total	
	n	%	n	%	n	%
Homens	14	0,1	69	11,8	83	0,7
Mulheres	5003	43,7	26	4,5	5029	41,8
Homens e mulheres	4	---	2	0,3	6	---
Não recebe/ Não informado	6436	56,2	486	83,4	6922	57,5
Total	11457	100	583	100	12040	100

8.1.3. Número de presos por cela

As tabelas 91 e 92 demonstram a distribuição de detentos por celas. A Secretaria de Justiça e Cidadania informou que em sua maioria as celas são construídas para seis pessoas. Portanto, os dados evidenciam superlotação. É importante ressaltar que, nas cadeias públicas, o número de vagas por cela não segue o padrão de seis pessoas, pois, a lotação depende do tamanho da cela, que é variável. Mesmo nesta condição, no entanto, percebe-se superlotação.

Tabela 91. Número de presos que divide a cela.

Número de presos	Homens		Mulheres		Total	
	N	%	n	%	n	%
Cela individual	317	2,8	6	1,0	323	2,7
Entre 1 e 5 presos	2850	24,9	479	82,2	3329	27,6
Entre 6 e 7 presos	2822	24,6	37	6,3	2859	23,7

²⁸Segundo o Regimento Geral das Unidades Prisionais do Estado do Ceará, Portaria Nº 240/2010, em seu Art. 154, a visita íntima deverá respeitar a orientação sexual do encarcerado.

Entre 8 e 9 presos	2662	23,2	23	3,9	2685	22,3
Entre 10 e 16 presos	2354	20,5	12	2,1	2366	19,7
17 ou mais presos	251	2,2	15	2,6	266	2,2
NI	201	1,8	11	1,9	212	1,8
Total	11457	100	583	100	12040	100

Nota: NI = Não informado.

Tabela 92. Número de presos que divide a cela nas macrorregiões do Estado.

Macrorregião	Número de presos por cela													
	0*		1 --- 5		6 --- 7		8 --- 9		10 --- 16		≥ 17		NI	
	n	%	N	%	n	%	N	%	N	%	n	%	n	%
Região Metropolitana	239	3,1	1856	24,0	2085	26,9	2045	26,3	1355	17,5	36	0,5	133	1,7
Litoral Oeste	9	1,3	301	42,3	112	15,8	86	12,0	191	26,9	---	---	12	1,7
Sobral / Ibiapaba	21	1,8	420	35,8	277	23,6	213	18,2	189	16,1	22	1,9	30	2,6
Sertão dos Inhamuns	7	3,8	54	29,2	23	12,4	50	27,0	26	14,1	24	13,0	1	0,5
Sertão Central	3	0,5	111	19,3	92	16,0	105	18,3	160	27,8	97	16,9	7	1,2
Serra de Baturité	8	4,0	133	66,8	53	26,6	2	1,0	1	0,5	1	0,5	1	0,6
Litoral Leste / Jaguaribe	4	0,8	69	14,6	90	19,1	49	10,4	192	40,7	56	11,9	12	2,5
Cariri / Centro Sul	32	3,3	385	39,4	127	13,0	135	13,8	252	25,8	30	3,1	16	1,6
Total	323		3329		2859		2685		2366		266		212	

Nota: NI = Não informado; * Cela individual.

8.1.4. Violência na Unidade Prisional

Na tabela 93, buscou-se observar se os detentos entrevistados já haviam sofrido algum tipo de violência no sistema prisional. A maioria relata que nunca sofreu. Os que declaram ter sofrido, quando se referem aos policiais, destacam que a violência ocorreu quase sempre quando o detento estava sob escolta, em deslocamento. É interessante frisar que, nas entrevistas, os detentos afirmavam que consideravam como violência a que diz respeito ao aspecto físico; gritos e ameaças não consideravam como violência. Dos respondentes, 84,0% declaram nunca ter sofrido violência nas unidades prisionais e 16% foram vítimas de violência. Nota-se que 5,5% afirmam ter sido vítima de violência perpetrada por outros detentos, bem como 1,8% de detentos foi vítima de violência perpetrada por agentes penitenciários e policiais militares. Os dados que se referem à violência unicamente realizada por policiais (4,1%) são maiores do que os cometidos por agentes (2,7%).

O perfil do respondente vítima de violência no sistema prisional é de que 84,0% dos homens nunca sofreram violência nas unidades prisionais e 83,4% das mulheres fazem a mesma afirmação.

As mulheres são mais agredidas por outras detentas do que os homens. Os dados demonstram que 8,9% das mulheres foram agredidas, contra 5,3% dos homens que declaram este tipo de agressão. Observa-se, no entanto, que 4,2% dos homens foram agredidos por policiais, enquanto 2,4% das mulheres relatam o mesmo fato. No que diz respeito a agressões por parte dos agentes penitenciários, 3,3% das mulheres indicam terem sido vítimas, enquanto 2,6% dos homens fazem a mesma afirmação.

Tabela 93. Distribuição dos detentos por gênero e violência sofrida no presídio.

Violência	Homens		Mulheres		Total	
	n	%	n	%	n	%
Nunca sofreu	9626	84,0	486	83,4	10112	84,0
Detentos	609	5,3	52	8,9	661	5,5
Policiais Militares	483	4,2	14	2,4	497	4,1
Agentes e demais funcionários	303	2,6	19	3,3	322	2,7
Policiais e Agentes	214	1,9	4	0,7	218	1,8
Detentos, Agentes e Policiais	86	0,8	2	0,3	88	0,7
Detentos e agentes	66	0,6	6	1	72	0,6
Detentos e Policiais	70	0,6	---	---	70	0,6
Total	11457	100	583	100	12040	100

Na tabela 94, observa-se que, em todas as macrorregiões do Ceará, foi declarado majoritariamente o fato de que os respondentes nunca sofreram violência nas prisões. Visualiza-se que os que sofreram violência nas unidades prisionais apontam com maior constância como agressores os outros detentos, seguidos de policiais militares e agentes penitenciários.

Tabela 94. Distribuição de tipo de violência no presídio por macrorregião do Estado.

Violência	Macrorregião															
	I		II		III		IV		V		VI		VII		VIII	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
1	6522	84,2	629	88,5	897	76,5	154	83,2	513	89,2	176	88,4	408	86,4	813	83,2
2	440	5,7	35	4,9	75	6,4	10	5,4	24	4,2	7	3,5	13	2,8	57	5,9
3	238	3,1	6	0,8	38	3,2	2	1,1	7	1,2	---	---	7	1,5	24	2,5
4	44	0,6	2	0,3	12	1,0	1	0,5	---	---	---	---	1	0,2	12	1,2
5	249	3,2	36	5,1	67	5,7	16	8,6	27	4,7	15	7,5	35	7,4	52	5,3

6	41	0,5	--	--	17	1,5	2	1,1	2	0,3	--	--	5	1,1	3	0,3
7	149	1,9	2	0,3	57	4,9	--	--	--	--	1	0,5	1	0,2	8	0,8
8	66	0,8	1	0,1	9	0,8	--	--	2	0,3	--	--	2	0,4	8	0,8
Total	7749	100	711	100	1172	100	185	100	575	100	199	100	472	100	977	100

Nota: I = Região Metropolitana; II = Litoral Oeste; III = Sobral / Ibiapaba; IV = Sertão dos Inhamuns; V = Sertão Central; VI = Serra de Baturité; VII = Litoral Leste / Jaguaribe; VIII = Cariri / Centro Sul; 1 = Nunca sofreu; 2 = Detentos; 3 = Policiais Militares; 4 = Agentes e demais funcionários; 5 = Policiais e Agentes; 6 = Detentos, Agentes e Policiais; 7 = Detentos e agentes; 8 = Detentos e Policiais.

9. INDICADORES DE SAÚDE FÍSICA E MENTAL

9.1. Doenças diversas

A tabela 95 foi desenvolvida com base em respostas abertas referentes à pergunta “Você contraiu alguma doença na prisão?”. Neste sentido, incluem-se no “Sim” as respostas citadas pelos participantes (por exemplo, “resfriado”, “alergias”, “fungos” etc.). Especificamente, aponta que 39,3% dos encarcerados contraíram doenças na prisão, enquanto 59,0% dizem não terem contraído doenças durante o período de encarceramento. Destaca-se o fato de que, dos encarcerados do gênero masculino, 40,0% expressam terem adquirido doenças na prisão. No que se refere ao gênero feminino, 24,1% das mulheres afirmam terem adquirido doenças no período de encarceramento. Percebe-se que há uma diferença em relação ao gênero no que se refere à questão de doenças contraídas na prisão.

Tabela 95. Distribuição dos detentos que contraíram doenças na prisão.

Contraiu doenças?	Homens		Mulheres		Total	
	n	%	n	%	n	%
Não	6675	58,3	423	72,6	7098	59,0
Sim	4587	40,0	141	24,1	4728	39,2
Não sabe	64	0,6	5	0,9	69	0,6
Não Informado	131	1,1	14	2,4	145	1,2
Total	11457	100	583	100	12040	100

A tabela 96 analisa a relação entre o contágio de doenças na prisão por regiões do Estado. Nela, observa-se que, na Região Metropolitana de Fortaleza, 37,4 dos encarcerados informam haver contraído doenças na prisão. No litoral Oeste a porcentagem de presos que adquiriram doenças na prisão é de 38,7%, enquanto no Sertão Central é de 29,7% e no Cariri/Centro Sul o número é de 44,2%. As regiões de Sobral/Ibiapaba, Serra de Baturité, Litoral Leste/Jaguaribe e Sertão do Inhamuns apresentam as taxas mais altas de contágio de doenças no período do encarceramento, sendo a porcentagem de encarcerados que adquiriram doenças na prisão de 45,0%, 45,2%, 49,4% e 54,6%, respectivamente.

Tabela 96. Distribuição dos detentos que contraíram doenças na prisão por macrorregião do Estado.

Macrorregião	Doenças							
	Não		Sim		Não Sabe		Não informado	
	n	%	n	%	n	%	n	%
I	4723	60,9	2899	37,4	31	0,4	96	1,2
II 4	17 5	8,6	275	38,7 1	1	1,5	8	1,1
III	617	52,6	527	45,0	8	0,7	20	1,7
IV 8	0	43,2 1	01 5	4,6	2	1,1	2	1,1
V	389	67,7	171	29,7	11	1,9	4	0,7
VI 1	08 5	4,3	90 4	5,2	0	0,0	1	0,5
VII	235	49,8	233	49,4	1	0,2	3	0,6
VIII 5	29 5	4,1	432	44,2 5	0	,5 1	1	1,1
Total	7098		4728		69		145	

Nota: I = Região Metropolitana; II = Litoral Oeste; III = Sobral / Ibiapaba; IV = Sertão dos Inhamuns; V = Sertão Central; VI = Serra de Baturité; VII = Litoral Leste / Jaguaribe; VIII = Cariri / Centro Sul.

9.2. Doenças crônicas

A tabela 97 indica que a maior incidência de doenças crônicas é de problemas respiratórios, seguida de problemas cardíacos. O que certamente deve ser destacado é a desinformação sobre a existência de tais enfermidades, que supera os 20%, podendo representar o fato de que a ausência da indicação de doenças crônicas pode ser fruto de desconhecimento e não ausência.

Tabela 97. Distribuição por doenças crônicas.

Doenças Crônicas	N	%
Problemas respiratórios	1255	10,4
Problemas cardíacos	519	4,3
Lesões musculares ou em tendões	317	2,6
Problemas gastrointestinais	257	2,1
Hipertensão	131	1,1
Diabetes	68	0,5
Hérnia	55	0,5
Epilepsia	45	0,4
Sinusite	31	0,3
Tuberculose	23	0,3
Outros	478	3,9
Não sabe	2754	22,9
Não tem / Não Informado	6107	50,7
Total	12040	100

A tabela 98 mostra que os presos com idades superiores a 34 anos denotam maior porcentagem de portadores de doenças crônicas (45,6%).

Tabela 98. Faixa etária e doença crônica em função da idade.

Faixa etária	Doenças Crônicas							
	Não		Sim		Não sabe		Não Informado	
	N	%	n	%	n	%	n	%
18 a 21 anos	7	1,4	1	1,0	---	---	1411	12,4
22 a 25 anos	55	10,9	7	6,9	2	8,3	2399	21,0
26 a 29 anos	110	21,7	16	15,8	2	8,3	2076	18,2
30 a 33 anos	97	19,2	13	12,9	11	45,8	1468	12,9
34 a 37 anos	56	11,1	11	10,9	1	4,2	1033	9,1
38 a 41 anos	40	7,9	5	5,0	3	12,5	607	5,3
42 a 45 anos	27	5,3	7	6,9	2	8,3	396	3,5
46 a 49 anos	16	3,1	6	5,9	---	---	265	2,3
50 a 53 anos	10	2,0	6	5,9	---	---	203	1,8
54 a 57 anos	2	0,4	2	2,0	---	---	108	0,9
58 a 61 anos	4	0,8	1	1,0	---	---	68	0,6
62 a 65 anos	2	0,4	2	2,0	---	---	45	0,4
≥ 66 anos	4	0,8	6	6	---	---	38	0,3
Não informado	76	15,0	18	17,8	3	12,5	1292	11,3
Total	506	100	101	100	24	100	11409	100

A tabela 99 indica que não há uma relação perceptível entre a presença/ausência de doenças crônicas derivadas do número de detentos nas celas.

Tabela 99. Número de detentos por cela e incidência de doença crônica.

Número de detentos que dividem a cela	Doença Crônica							
	Não		Sim		Não sabe		Não Informado	
	n	%	n	%	n	%	n	%
0*	15	3,0	4	4,0	0	0,0	304	2,7
1 --- 5	245	48,4	53	52,5	12	50,0	3019	26,5
6 --- 7	116	22,9	20	19,8	5	20,8	2718	23,8
8 --- 9	71	14,0	14	13,9	2	8,3	2598	22,8
10 --- 16	53	10,5	9	8,9	5	20,8	2299	20,2
≥ 17	1	0,2	---	---	---	---	265	2,3
Não informado	5	1,0	1	1,0	---	---	206	1,8
Total	506	100	101	100	24	100	11409	100

9.3. Doenças sexualmente transmissíveis (DSTs)

Com relação às doenças sexualmente transmissíveis (tabela 100), 91,1% dos encarcerados declararam não possuir qualquer das doenças. Apenas 5,5% da amostra afirmou ter alguma DST. No que se refere ao gênero,

91,2% dos homens afirmam não ter DSTs, assim como 90,6% das mulheres. As mulheres, dentre os gêneros, foram as que mais não informaram sobre essa questão (2,9%), enquanto nos homens esta porcentagem foi de apenas 1,7%.

Tabela 100. Gênero e DST's.

Possui DST?	Homens		Mulheres		Total	
	N	%	N	%	n	%
Não	10445	91,2	528	90,6	10973	91,1
Sim	630	5,5	36	6,2	666	5,5
Não Sabe	184	1,6	2	0,3	186	1,6
Não informado	198	1,7	17	2,9	215	1,8
Total	11457	100	583	100	12040	100

A tabela 101 aponta que as regiões que mais apresentam casos de doenças sexualmente transmissíveis nas penitenciárias do Estado são: Região Metropolitana (6,2%), Sobral/Ibiapaba (6,1%), Sertão dos Inhamuns (5,4%) e Cariri/Centro Sul (4,2%). As demais regiões expressam índice inferior a 4% de detentos com DSTs.

Tabela 101. Distribuição de Doença Sexualmente Transmissível por macrorregião do Estado.

Macrorregião	Doença Sexualmente Transmissível/ DST							
	Não		Sim		Não sabe		Não Informado	
	n	%	n	%	N	%	n	%
I	7030	90,7	481	6,2	89	1,1	149	1,9
II	661	93,0	28	3,9	11	1,5	11	1,5
III	1055	90,0	71	6,1	22	1,9	24	2,0
IV	171	92,4	10	5,4	2	1,1	2	1,1
V	537	93,4	17	3,0	15	2,6	6	1,0
VI	191	96,0	3	1,5	2	1,0	3	1,5
VII	426	90,3	15	3,2	27	5,7	4	0,8
VIII	902	92,3	41	4,2	18	1,8	16	1,6
Total	10973		666		186		215	

Nota: I = Região Metropolitana; II = Litoral Oeste; III = Sobral / Ibiapaba; IV = Sertão dos Inhamuns; V = Sertão Central; VI = Serra de Baturité; VII = Litoral Leste / Jaguaribe; VIII = Cariri / Centro Sul.

A tabela 102 indica que não há uma relação perceptível entre a presença/ausência de doenças sexualmente transmissíveis derivadas do número de detentos nas celas.

Tabela 102. Doenças sexualmente transmissíveis em função do número de detentos por cela.

Número de detentos que dividem a cela	Doença Sexualmente Transmissível/ DST							
	Não		Sim		Não sabe		Não Informado	
	n	%	n	%	N	%	n	%
0*	293	2,7	20	3,0	5	2,8	5	2,3
1 --- 5	3028	27,9	224	34,1	41	22,7	36	16,7
6 --- 7	2655	24,4	134	20,4	38	21,0	32	14,9
8 --- 9	2481	22,8	139	21,2	36	19,9	29	13,5
10 --- 16	2163	19,9	125	19,1	55	30,4	23	10,7
≥ 17	246	2,3	14	2,1	6	3,3	---	---
Não informado	107	1,0	10	1,5	5	2,7	90	41,9
Total	10973	100	666	100	186	100	215	100

Nota: * "0" (zero) indica que o respondente se encontra em cela individual.

A tabela 103 evidencia que os que recebem visita íntima semanalmente são os que mais afirmam não ter DSTs (93,4%), seguidos dos que recebiam, mas não recebem mais estas visitas (93,3%). O maior índice de presença de DSTs é observado no grupo que recebe visita íntima de duas a seis vezes por ano (11,0%), seguido pelo grupo que recebe tais visitas de uma a duas vezes por mês (6,2%).

Tabela 103. Frequência de visitas íntimas e DST.

Visitas íntimas	Doença Sexualmente Transmissível/ DST							
	Não		Sim		Não sabe		Não Informado	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Não Recebe	5918	90,3	367	5,6	105	1,6	165	2,5
Uma vez por ano ou menos	20	90,9	2	9,1	---	---	---	---
De duas a seis vezes por ano	71	86,6	9	11,0	2	2,4	---	---
De uma a duas vezes por mês	1146	91,1	78	6,2	19	1,5	15	1,2
Semanalmente	3583	92,6	197	5,1	56	1,4	35	0,9
Recebia, mas não recebe mais	235	93,3	13	5,2	4	1,6	---	---
Total	10973	100	666	100	186	100	215	100

Observando a diferença de faixa etária apontada na tabela 104, percebe-se que os mais jovens (18 a 21 anos) são os que menos afirmam ter DSTs (2,5%), enquanto os com idades mais elevadas (62 a 65 anos) são os que percentualmente possuem maior índice de DSTs (18,4%).

Tabela 104. Distribuição de DST's em função da faixa etária.

Faixa etária	Doença Sexualmente Transmissível/ DST							
	Não		Sim		Não sabe		Não Informado	
	n	%	n	%	N	%	n	%
18 a 21 anos	1340	94,4	36	2,5	18	1,3	25	1,8
22 a 25 anos	2326	94,4	82	3,3	28	1,1	27	1,2
26 a 29 anos	2021	91,7	120	5,4	29	1,3	34	1,6
30 a 33 anos	1425	89,7	113	7,1	30	1,9	21	1,3
34 a 37 anos	988	89,7	82	7,4	16	1,5	15	1,4
38 a 41 anos	563	86,0	63	9,6	12	1,8	17	2,6
42 a 45 anos	385	89,1	38	8,8	3	0,7	6	1,4
46 a 49 anos	259	90,2	21	7,3	1	0,3	6	2,2
50 a 53 anos	185	84,5	21	9,6	7	3,2	6	2,7
54 a 57 anos	92	82,1	13	11,6	5	4,5	2	1,8
58 a 61 anos	62	84,9	7	9,6	1	1,4	3	4,1
62 a 65 anos	37	75,5	9	18,4	1	2,0	2	4,1
≥ 66 anos	38	79,2	8	16,7	1	2,0	1	2,1
Não informado	1252	90,1	53	3,8	34	2,4	50	3,7
Total	10973		666		186		215	

A tabela 105 aponta que os níveis de escolaridade que mostram as porcentagens mais altas de DSTs são: Ensino Técnico incompleto (18,2%) e Ensino Superior completo (7,3%).

Tabela 105. Distribuição de DST's em função do nível de Escolaridade.

Escolaridade	Doença Sexualmente Transmissível/ DST							
	Não		Sim		Não sabe		Não Informado	
	n	%	n	%	N	%	n	%
I	1108	89,4	70	5,6	47	3,8	15	1,2
II	159	89,3	8	4,5	6	3,4	5	2,8
III	5782	91,6	365	5,8	86	1,4	81	1,3
IV	1329	92,5	81	5,6	12	0,8	15	1,1
V	1579	92,6	91	5,3	21	1,2	14	0,9
VI	851	93,5	39	4,3	11	1,2	9	1,0
VII	9	81,8	2	18,2	---	---	---	---
VIII	15	88,2	1	5,9	---	---	1	5,9
IX	93	91,2	5	4,9	2	2,0	2	2,0
X	37	90,2	3	7,3	---	---	1	2,4
XI	2	100,0	---	---	---	---	---	---
Não informado	9	10,8	1	1,2	1	1,2	72	86,7
Total	10973		666		186		215	

Nota: I = Analfabeto; II = Sabe ler e escrever, mas nunca frequentou a escola; III = Ensino Fundamental (1º Grau) Incompleto; IV = Ensino Fundamental (1º Grau) Completo; V = Ensino Médio (2º Grau) Incompleto; VI = Ensino Médio (2º Grau) Completo; VII = Ensino Técnico Incompleto; VIII = Ensino Técnico Completo; IX = Ensino Superior (3º Grau) Incompleto; X = Ensino Superior (3º Grau) Completo; XI = Pós-Graduação.

9.4. Transtornos mentais/psicológicos

A tabela 106 aponta que, do total de respondentes, 8,6% portam algum tipo de transtorno mental/psicológico.

Tabela 106. Distribuição por transtorno mental/psicológico.

Problema mental/psicológico	Homens		Mulheres		Total	
	n	%	n	%	N	%
Não possui / Não informado	10212	89,2	497	85,3	10709	89,0
Sim	967	8,4	76	13,0	1043	8,6
Não Sabe	278	2,4	10	1,7	288	2,4
Total	11457	100	583	100	12040	100

A tabela 107 aponta que a região do Sertão dos Inhamuns traz a maior quantidade de detentos com transtornos mentais/psicológicos (16,8%), seguida pela região do Litoral Leste/Jaguaribe (11,7%), pela região do Litoral Oeste (9,6%) e pela Região Metropolitana (8,6%). A macrorregião que indicou menor número de detentos com tais problemas foi a do Cariri/Centro Sul.

Tabela 107. Distribuição de Transtorno Mental/Psicológico por macrorregião do Estado.

Macrorregião	Transtorno Mental							
	Não		Sim		Não sabe		Não Informado	
	N	%	n	%	n	%	n	%
I	6746	87,1	664	8,6	213	2,7	126	1,6
II	608	85,5	68	9,6	26	3,6	9	1,3
III	1041	88,8	96	8,2	15	1,3	20	1,7
IV	151	81,6	31	16,8	3	1,6	---	---
V	514	89,4	44	7,7	9	1,6	8	1,3
VI	182	91,5	16	8,0	1	0,5	0	0,0
VII	408	86,4	55	11,7	7	1,5	2	0,4
VIII	880	90,1	69	7,1	14	1,4	14	1,4
Total	10530		1043		288		179	

Nota: I = Região Metropolitana; II = Litoral Oeste; III = Sobral / Ibiapaba; IV = Sertão dos Inhamuns; V = Sertão Central; VI = Serra de Baturité; VII = Litoral Leste / Jaguaribe; VIII = Cariri / Centro Sul.

Observa-se na tabela 108 que em sua maioria os detentos com transtornos mentais/psicológicos não têm acesso aos serviços de saúde (23,8%) ou nunca procuraram por atendimento (22,2%). É expressivo o número de detentos com esses problemas que têm acesso apenas uma vez

a cada seis meses (19,3%). No caso dos encarcerados que não possuem tais problemas, a procura e/ou acesso a atendimentos é significativamente menor; 38,9% dos entrevistados garantiram nunca procurar atendimento e 24,0% disseram não ter acesso aos serviços de saúde.

Tabela 108. Saúde mental e acesso ao serviço de saúde.

Acesso ao serviço de saúde	Transtorno Mental							
	Não		Sim		Não sabe		Não Informado	
	n	%	n	%	N	%	n	%
Nunca procurou atendimento	4093	38,9	232	22,2	76	26,4	28	15,6
Não tem acesso aos serviços de saúde	2524	24,0	246	23,6	101	35,1	15	8,4
De uma a três vezes por mês	329	3,1	82	7,8	24	8,3	5	2,8
Uma vez por mês	796	7,5	143	13,7	25	8,7	13	7,3
Uma vez a cada seis meses	1538	14,6	201	19,3	30	10,4	10	5,6
Uma vez ao ano	1201	11,4	131	12,6	32	11,1	13	7,2
Não informado	49	0,5	8	0,8	---	---	95	53,1
Total	10530	100	1043	100	288	100	179	100

9.5. Deficiências

As tabelas seguintes permitem visualizar que a maioria dos entrevistados em todas as macrorregiões não são portadores de algum tipo de deficiência (89,9%).

Como aponta a tabela 109, do universo total da amostra, 8,3% (992 pessoas) têm algum tipo de deficiência.

Tabela 109. Gênero e Deficiência Física.

Deficiência	Homens		Mulheres		Total	
	n	%	N	%	n	%
Não	10322	90,1	507	87	10829	89,9
Sim	931	8,1	61	10,4	992	8,3
Não Informado	204	1,8	15	2,6	219	1,8
Total	11457	100	583	100	12040	100

A tabela 110 aponta que as regiões com maior número de detentos com algum tipo de deficiência são: Região Metropolitana (9,7%), Litoral Leste/Jaguaribe (7,8%) e Cariri/Centro Sul (5,8%).

Tabela 110. Deficiência por macrorregião do Estado.

Macrorregião	Deficiência					
	Não		Sim		Não Informado	
	n	%	n	%	n	%
I	6864	88,6	751	9,7	134	1,7
II	655	92,1	43	6	13	1,8
III	1088	92,8	56	4,8	28	2,4
IV	174	94,1	9	4,9	2	1,1
V	543	94,4	21	3,7	11	1,9
VI	177	88,9	18	9	4	2
VII	427	90,5	37	7,8	8	1,7
VIII	901	92,2	57	5,8	19	1,9
Total	10829		992		219	

Nota: I = Região Metropolitana; II = Litoral Oeste; III = Sobral / Ibiapaba; IV = Sertão dos Inhamuns; V = Sertão Central; VI = Serra de Baturité; VII = Litoral Leste / Jaguaribe; VIII = Cariri / Centro Sul.

9.6. Atendimento médico e uso de medicamentos

Observa-se na tabela 111 que, do universo total da pesquisa, a maioria dos detentos nunca procurou atendimento (36,8%) ou não tem acesso aos serviços de saúde (24,0%). Ademais, 14,8% dos detentos disseram ter acesso aos serviços uma vez a cada seis meses e 11,4% têm atendimento uma vez por ano. Esta pergunta incluiu todos os detentos, até aqueles que afirmaram não possuir quaisquer tipos de doenças.

Tabela 111. Frequência de acesso ao serviço de saúde do presídio.

Frequência de acesso ao serviço de saúde	Homens		Mulheres		Total	
	N	%	n	%	n	%
Nunca procurou atendimento	4288	37,4	141	24,2	4429	36,8
Não tem acesso aos serviços de saúde	2807	24,5	79	13,6	2886	24,0
De uma a três vezes por mês	385	3,4	55	9,4	440	3,6
Uma vez por mês	845	7,4	132	22,6	977	8,1
Uma vez a cada seis meses	1664	14,5	115	19,7	1779	14,8
Uma vez ao ano	1330	11,6	47	8,1	1377	11,4
Não Informado	138	1,2	14	2,4	152	1,3
Total	11457	100	583	100	12040	100

Em relação ao atendimento médico emergencial (tabela 113), 56,0% dos detentos não precisaram de tal serviço, enquanto 26,1% dos encarcerados

necessitaram desse serviço e foram atendidos e 16,6% necessitaram, mas não foram atendidos.

Tabela 112. Gênero e números de atendimento médico emergencial.

Atendimento médico emergencial	Homens		Mulheres		Total	
	N	%	n	%	n	%
Não	6451	56,3	287	49,2	6738	56,0
Sim, foi atendido	2927	25,5	216	37,0	3143	26,1
Sim, mas não foi atendido	1935	16,9	67	11,5	2002	16,6
Não Informado	144	1,3	13	2,3	157	1,3
Total	11457	100	583	100	12040	100

Em relação à tabela 113, no que diz respeito ao gênero, os homens são os que menos procuram atendimento, pois, 37,4% dos detentos do gênero masculino afirmaram nunca ter procurado atendimento. Nas mulheres, esse número foi de 24,2%. Mais homens, também, afirmam não ter acesso aos serviços de saúde (24,5%) do que as mulheres (13,6%).

Grande parte das mulheres que buscam acesso ao serviço de saúde tem atendimento uma vez por mês (22,6%) ou uma vez a cada seis meses (19,7%). Nos homens, a frequência do atendimento é menor do que a das mulheres, sendo que 14,5% recebem atendimento uma vez a cada seis meses ou uma vez por ano (11,6%).

Tabela 113. Frequência de acesso ao serviço de saúde do presídio.

Acesso ao serviço de saúde	Homens		Mulheres		Total	
	n	%	N	%	n	%
Nunca procurou	4288	37,4	141	24,2	4429	36,8
Não tem	2807	24,5	79	13,6	2886	24,0
De uma a três vezes por mês	385	3,4	55	9,4	440	3,6
Uma vez por mês	845	7,4	132	22,6	977	8,1
Uma vez a cada seis meses	1664	14,5	115	19,7	1779	14,8
Uma vez ao ano	1330	11,6	47	8,1	1377	11,4
Não Informado	138	1,2	14	2,4	152	1,3
Total	11457	100,0	583	100,0	12040	100,0

Como aponta a tabela 114, das regiões do estado, as que mais se destacam pela falta de procura aos serviços de saúde por parte dos detentos são: Sertão Central (56,2%), Litoral Oeste (50,1%) e Litoral Leste/Jaguaribe (44,3%). No que se refere à falta de acesso a esses serviços, se destacam: Região Metropolitana (28,4%) e Sobral/Ibiapaba (21,3%).

Tabela 114. Acesso ao serviço de saúde da Unidade Prisional por macrorregião do Estado.

Macrorregião	Frequência de acesso ao serviço de saúde													
	A		B		C		D		E		F		Ni	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
I	2547	32,9	2204	28,4	325	4,2	584	7,5	1031	13,3	955	12,3	103	1,3
II	356	50,1	114	16	13	1,8	72	10,1	108	15,2	40	5,6	8	1,1
III	443	37,8	250	21,3	19	1,6	86	7,3	219	18,7	133	11,3	22	1,9
IV	72	38,9	34	18,4	6	3,2	14	7,6	36	19,5	23	12,4	0	0
V	323	56,2	53	9,2	6	1	53	9,2	101	17,6	36	6,3	3	0,5
VI	87	43,7	14	7	7	3,5	30	15,1	38	19,1	22	11,1	1	0,5
VII	209	44,3	53	11,2	20	4,2	47	10	93	19,7	45	9,5	5	1,1
VIII	392	40,1	164	16,8	44	4,5	91	9,3	153	15,7	123	12,6	10	1
Total	4429		2886		440		977		1779		1377		152	

Nota: A = Nunca procurou; B = Não tem acesso ; C = De uma a três vezes por mês; D = Uma vez por mês; E = Uma vez a cada seis meses; F = Uma vez ao ano; Ni = Não informou; : I = Região Metropolitana; II = Litoral Oeste; III = Sobral / Ibiapaba; IV = Sertão dos Inhamuns; V = Sertão Central; VI = Serra de Baturité; VII = Litoral Leste / Jaguaribe; VIII = Cariri / Centro Sul.

De acordo com a tabela 115, do universo total da pesquisa, 78,5% dos detentos relatam não precisar de medicamentos, 11,2% dizem receber, por meio da Administração Penitenciária, e 8,7% exprimem que não utilizam medicamentos, pois não recebem.

Tabela 115. Gênero e uso regular de medicamento.

Uso regular de medicamento	Homens		Mulheres		Total	
	n	%	n	%	n	%
Não Preciso	9032	78,8	424	72,7	9456	78,5
Não, pois não recebo	1003	8,8	46	7,9	1049	8,7
Sim	1249	10,9	97	16,7	1346	11,2
Não informado	173	1,5	16	2,7	189	1,6
Total	11457	100	583	100	12040	100

No que se refere ao uso regular de medicamento entre as macrorregiões do Estado (tabela 116), o número de pessoas que diz receber é proporcionalmente maior na região Sertão dos Inhamuns (24,3%) e Litoral Leste/Jaguaribe (16,3%).

Tabela 116. Uso regular de medicamento por macrorregião do Estado.

Macrorregião	Uso Regular de Algum Medicamento							
	Não preciso		Não, pois não recebo		Sim		Não Informado	
	n	%	n	%	n	%	n	%
I	6110	78,8	750	9,7	756	9,8	133	1,7

II	525	73,8	73	10,3	106	14,9	7	1,0
III	927	79,1	87	7,4	137	11,7	21	1,8
IV	124	67,0	15	8,1	45	24,3	1	0,5
V	471	81,9	36	6,3	62	10,8	6	1,0
VI	161	80,9	6	3,0	32	16,1	---	---
VII	359	76,1	29	6,1	77	16,3	7	1,5
VIII	779	79,7	53	5,4	131	13,4	14	1,4
Total	9456		1049		1346		189	

Nota: I = Região Metropolitana; II = Litoral Oeste; III = Sobral / Ibiapaba; IV = Sertão dos Inhamuns; V = Sertão Central; VI = Serra de Baturité; VII = Litoral Leste / Jaguaribe; VIII = Cariri / Centro Sul.

A tabela 117 aponta que a maior parte dos detentos não faz tratamento de saúde mental (99,0%). Observa-se que a indicação de acesso ao tratamento mental é muito baixa, tanto proporcionalmente entre a população encarcerada, como em termos absolutos, sendo de 4,2% entre as mulheres e 0,8% entre os homens.

Tabela 117. Gênero e tratamento de saúde mental.

Tratamento de Saúde Mental	Homens		Mulheres		Total	
	n	%	n	%	n	%
Não / Não informado	11298	99,2	558	95,8	11924	99,0
Sim	92	0,8	24	4,2	116	1,0
Total	11390	100	582	100	12040	100

Em relação à tabela 118, no que se refere ao tratamento de saúde mental, em todas as regiões do Estado, os detentos, na sua maioria, não informaram adoção desse tratamento. A região onde se denota indicação do tratamento mais forte é a cidade de Fortaleza, mesmo assim, com índice baixo (1,4%).

Tabela 118. Tratamento de saúde mental por macrorregião do Estado.

Macrorregião	Tratamento de Saúde Mental					
	Não		Sim		Não Informado	
	n	%	n	%	n	%
I	1036	13,4	111	1,4	6602	85,2
II	34	4,8	1	0,1	676	95,1
III	46	3,9	1	0,1	1125	96
IV	5	2,7	---	---	180	97,3
V	24	4,2	---	---	551	95,8
VI	7	3,5	1	0,5	191	96
VII	14	3	2	0,4	456	96,6
VIII	39	4	---	---	938	96
Total	1205		116		10719	

Nota: I = Região Metropolitana; II = Litoral Oeste; III = Sobral / Ibiapaba; IV = Sertão dos Inhamuns; V = Sertão Central; VI = Serra de Baturité; VII = Litoral Leste / Jaguaribe; VIII = Cariri / Centro Sul.

Dos detentos que não fazem tratamento de saúde mental, 78,7% relataram não precisar de medicamentos, 8,5% não fazem uso de medicamentos, embora necessitem, porque não recebem, e 11,2% utilizam algum medicamento. No que se refere aos detentos que fazem tratamento de saúde mental, 60,3% não precisam de medicamentos, 25,9% não os utilizam, porque não recebem, e 11,2% fazem uso de medicamento. (tabela 119).

Tabela 119. Uso regular de medicamentos e tratamento de saúde mental.

Uso regular de medicamentos	Tratamento de saúde mental			
	Não		Sim	
	n	%	n	%
Não preciso	9386	78,7	70	60,3
Não, pois não recebo	1019	8,5	30	25,9
Sim	1333	11,2	13	11,2
Não informado	186	1,6	3	2,6
Total	11924	100,0	116	100,0

No que diz respeito à faixa etária (tabela 120), os mais jovens (18 a 23 anos) são os que menos procuram tratamento de saúde mental (96,1%), em oposição aos mais velhos (acima de 35 anos), os que mais buscam esse tipo de tratamento (88,3%).

Tabela 120. Faixa Etária e tratamento de Saúde Mental.

Tratamento de Saúde Mental	Faixa Etária							
	18 a 23 anos		24 a 28 anos		29 a 34 anos		≥ a 35 anos	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Não	196	96,1	296	91,9	286	89,7	286	88,3
Sim	8	3,9	26	8,1	33	10,3	38	11,7
Total	204	100	322	100	319	100	324	100

A tabela 121 aponta que, dos detentos que não contraíram doenças na prisão, 70,7% não procuraram atendimento médico emergencial. Dos detentos que contraíram doenças na prisão, 36,0% não procuraram atendimento médico emergencial, 38,1% procuraram e foram atendidos, enquanto 25,9% procuraram e não foram atendidos.

Tabela 121. Doenças na prisão e atendimento emergencial.

Atendimento médico emergencial	Contração de doença na prisão					
	Não		Sim		Não sabe/Não informado	
	n	%	N	%	n	%
Não	4994	70,7	1694	36,0	27	39,1
Sim, foi atendido	1309	18,5	1795	38,1	26	37,7
Sim, mas não foi atendido	759	10,8	1221	25,9	16	23,2
Total	7062	100	4710	100	69	100

Analisando a tabela 122, percebe-se que, entre os encarcerados que alegam não haver contraído doenças na prisão, 49,6% não procuraram atendimento, enquanto os que alegam não ter acesso aos serviços de saúde são 20,3%. A frequência de acessos aos serviços de saúde que mais se destaca é a de uma vez a cada seis meses (11,0%), seguida pela de uma vez por ano (8,3%). Quando se trata do atendimento aos detentos que alegam haver contraído doenças no encarceramento, 19,0% nunca procuraram atendimento, 30,3% alegam não ter acesso aos serviços de saúde, 20,9% têm atendimento uma vez a cada seis meses e 16,6% uma vez ao ano. Dos que não sabem ou não informaram sobre o adoecimento durante o encarceramento, a maioria, como nos outros dois grupos, nunca procurou atendimento (26,1%) ou não tem acesso aos serviços de saúde (27,5%); 14,5% têm atendimento uma vez por mês e 14,5% têm atendimento uma vez a cada seis meses.

Tabela 122. Doença no presídio e acesso à saúde.

Acesso de serviço à saúde no presídio	Contração de doença na prisão					
	Não		Sim		Não sabe/Não informado	
	n	%	n	%	n	%
Nunca procurou atendimento	3500	49,6	894	19,0	18	26,1
Não tem acesso aos serviços de saúde	1431	20,3	1430	30,3	19	27,5
De uma a três vezes por mês	237	3,3	195	4,1	4	5,8
Uma vez por mês	533	7,5	426	9,0	10	14,5
Uma vez a cada seis meses	773	11,0	987	30,0	10	14,5
Uma vez ao ano	585	8,3	782	16,6	8	11,6
Total	7059	100	4714	100	69	100

9.7. Consumo de drogas

9.7.1. Familiar que usa drogas

Observa-se na tabela 123 que 30,1% dos familiares dos entrevistados não utilizam nenhum tipo de droga e 67,1% utilizam drogas lícitas e/ou ilícitas, dentre os quais, 21,5% dos detentos afirmaram que os familiares fazem uso de ambos os tipos, enquanto 9,4% somente ilícitas e 36,2% somente drogas lícitas.

Tabela 123. Distribuição por familiar em uso de drogas.

Possui familiar em uso de drogas?	Homens		Mulheres		Total	
	n	%	n	%	N	%
Não	3496	30,5	130	22,3	3626	30,1
Ilícitas	1046	9,1	86	14,8	1132	9,4
Lícitas	4209	36,7	143	24,5	4352	36,2
Ambas	2388	20,9	202	34,6	2590	21,5
Não Informado	318	2,8	22	3,8	340	2,8
Total	11457	100	583	100	12040	100

A tabela 124 aponta que consumo de apenas drogas ilícitas por parte dos familiares é mais expressivo na Região Metropolitana (12,0%) e o de drogas lícitas na região da Serra de Baturité (63,3%). O consumo tanto de drogas lícitas quanto ilícitas por parentes é mais expressivo nas regiões de Sobral/Ibiapaba (29,0%), Litoral Oeste (22,8%) e Região Metropolitana (22,1%).

Tabela 124. Distribuição de uso de drogas por familiar por macrorregião do Estado.

Macrorregião	Possui familiar que usa drogas?									
	Não		Ilícitas		Lícitas		Ambas		NI	
	N	%	n	%	n	%	n	%	n	%
I	2416	31,2	932	12,0	2492	32,2	1713	22,1	196	2,5
II	183	25,7	23	3,2	321	45,1	162	22,8	22	3,1
III	247	21,1	57	4,9	470	40,1	340	29,0	58	4,9
IV	59	31,9	6	3,2	84	45,4	35	18,9	1	0,5
V	213	37,0	12	2,1	241	41,9	98	17,0	11	1,9
VI	34	17,1	9	4,5	126	63,3	24	12,1	6	3,0
VII	177	37,5	45	9,5	154	32,6	87	18,4	9	1,9
VIII	297	30,4	48	4,9	464	47,5	131	13,4	37	3,8
Total	3626		1132		4352		2590		340	

Nota: I = Região Metropolitana; II = Litoral Oeste; III = Sobral / Ibiapaba; IV = Sertão dos Inhamuns; V = Sertão Central; VI = Serra de Baturité; VII = Litoral Leste / Jaguaribe; VIII = Cariri / Centro Sul.

9.7.2. Consumo de drogas antes e durante a prisão

De forma geral, a tabela 125 demonstra que, entre as drogas ilícitas, há maior uso de maconha, enquanto entre as lícitas o álcool aparece como a mais consumida, embora se considerando a incidência e frequência o cigarro, entre essas últimas ganhe destaque.

Tabela 125. Consumo de drogas antes da prisão.

Drogas	Frequência									
	A		B		C		D		E	
	n	%	n	%	n	%	N	%	n	%
Maconha	5320	44,2	560	4,7	222	1,8	481	4,0	5457	45,3
Cocaína	8225	68,3	648	5,4	308	2,6	701	5,8	2158	17,9
Crack	9058	75,2	529	4,4	88	0,7	226	1,9	2139	17,8
Álcool	4627	38,4	490	4,1	573	4,8	1940	16,1	4410	36,6
Cigarro	6309	52,4	303	2,5	61	0,5	207	1,7	5160	42,9
Outras drogas*	9604	79,8	611	5,1	165	1,4	281	2,3	1379	11,5

NOTA: * A categoria "Outras drogas" incluiu: loló, lança perfume, roypinol/thinner, cola, ecstasy, artane (aranha), LSD, Haxixe, e outras. A = Nunca; B = Uma vez na vida a uma vez no ano; C = Uma vez no mês; D = Uma vez na semana; E = De mais de uma vez na semana a todos os dias.

Como aponta a tabela 126, entre os homens, a referência ao consumo de drogas antes da prisão aponta a alta incidência de consumo de maconha, que supera inclusive a indicação do não uso. O álcool e o cigarro, considerados substâncias lícitas, registram também alta incidência.

Tabela 126. Consumo de drogas antes da prisão por homens.

Drogas	Frequência									
	A		B		C		D		E	
	n	%	n	%	n	%	N	%	n	%
Maconha	5214	45,5	311	2,7	211	1,8	452	3,9	5269	46,0
Cocaína	8102	70,7	352	3,1	293	2,6	658	5,7	2052	17,9
Crack	8941	78,0	216	1,9	85	0,7	208	1,8	2007	17,5
Álcool	4544	39,7	309	2,7	531	4,6	1832	16,0	4241	37,0
Cigarro	6219	54,3	122	1,1	57	0,5	195	1,7	4864	42,5
Outras drogas*	9466	82,6	295	2,6	157	1,4	262	2,3	1277	11,1

NOTA: * A categoria "Outras drogas" incluiu: loló, lança perfume, roypinol/thinner, cola, ecstasy, artane (aranha), LSD, Haxixe, e outras. A = Nunca; B = Uma vez na vida a uma vez no ano; C = Uma vez no mês; D = Uma vez na semana; E = De mais de uma vez na semana a todos os dias.

De acordo com a tabela 127, entre as mulheres, destaca-se a alta incidência de consumo de cigarros, antes da prisão, e um índice também

significativo de consumo de maconha, muito embora, menos significativos do que entre os homens.

Tabela 127. Consumo de drogas antes da prisão por mulheres.

Drogas	Frequência									
	A		B		C		D		E	
	n	%	n	%	n	%	N	%	n	%
Maconha	106	18,2	249	42,7	11	1,9	29	5,0	188	32,2
Cocaína	123	21,1	296	50,8	158	2,6	43	7,4	106	18,2
Crack	117	20,1	313	53,7	3	0,5	18	3,1	132	22,6
Álcool	83	14,2	181	31,0	42	7,2	108	18,5	169	29,0
Cigarro	90	15,4	181	31,0	4	0,7	12	2,1	296	50,8
Outras drogas*	138	23,7	316	54,2	8	1,4	19	3,3	102	17,5

NOTA: * A categoria "Outras drogas" incluiu: loló, lança perfume, roypinol/thinner, cola, ecstasy, artane (aranha), LSD, Haxixe, e outras. A = Nunca; B = Uma vez na vida a uma vez no ano; C = Uma vez no mês; D = Uma vez na semana; E = De mais de uma vez na semana a todos os dias.

Acerca da tabela 128, considera-se relevante a incidência de uso frequente (mais de uma vez na semana a todos os dias) de maconha, mesmo dentro da prisão, que se aproxima de 10%. O uso de cigarro, apesar de mostrar um leve decréscimo com relação ao consumo antes do encarceramento, ainda é alto, superando os 35%.

Tabela 128. Consumo de drogas dentro da prisão.

Drogas	Frequência									
	A		B		C		D		E	
	n	%	n	%	n	%	n	%	N	%
Maconha	10262	85,2	518	4,3	29	0,2	72	0,6	1159	9,6
Cocaína	11381	94,5	492	4,1	8	0,1	22	0,2	137	1,1
Crack	11402	94,7	487	4,0	7	0,1	12	0,1	132	1,1
Álcool	11390	94,6	503	4,2	3	---	17	0,1	127	1,1
Cigarro	7380	61,3	281	2,3	7	0,1	45	0,4	4327	35,9
Outras drogas*	11094	92,1	486	4,0	5	---	10	0,1	445	3,7

NOTA: * A categoria "Outras drogas" incluiu: loló, lança perfume, roypinol/thinner, cola, ecstasy, artane (aranha), LSD, Haxixe, e outras. A = Nunca; B = Uma vez na vida a uma vez no ano; C = Uma vez no mês; D = Uma vez na semana; E = De mais de uma vez na semana a todos os dias.

Como indica a tabela 129, a maioria dos respondentes acentua não utilizar qualquer tipo de droga. Entre os homens que utilizam, ressalta-se a incidência do consumo (mais de uma vez na semana a todos os dias) de

maconha, principalmente quando se considera a condição de encarceramento (10,1%). O uso de cigarro, como substância lícita, mantém índices próximos àqueles demonstrados antes da prisão.

Tabela 129. Consumo de drogas dentro da prisão por homens.

Drogas	Frequência									
	A		B		C		D		E	
	n	%	N	%	n	%	n	%	n	%
Maconha	10105	88,2	94	0,8	28	0,2	72	0,6	1158	10,1
Cocaína	11222	97,9	70	0,6	8	0,1	22	0,2	135	1,2
Crack	11244	98,1	63	0,5	7	0,1	12	0,1	131	1,1
Álcool	11232	98,0	94	0,8	3	---	15	0,1	113	1,0
Cigarro	7286	63,6	58	0,5	7	0,1	42	0,4	4064	35,5
Outras drogas*	10941	95,5	63	0,5	5	---	10	0,1	438	3,8

NOTA: * A categoria "Outras drogas" incluiu: loló, lança perfume, roypinol/thinner, cola, ecstasy, artane (aranha), LSD, Haxixe, e outras. A = Nunca; B = Uma vez na vida a uma vez no ano; C = Uma vez no mês; D = Uma vez na semana; E = De mais de uma vez na semana a todos os dias.

Como demonstra a tabela 130, o uso frequente (mais de uma vez na semana a todos os dias) de drogas ilícitas é apontado por quatro mulheres. O consumo de cigarro na prisão denota um leve declínio com relação ao consumo antes do encarceramento, mas, ainda assim, mostra-se alto, superando os 45%.

Tabela 130. Consumo de drogas dentro da prisão por mulheres.

Drogas	Frequência									
	I		II		III		IV		V	
	n	%	n	%	n	%	N	%	n	%
Maconha	157	26,9	424	72,7	1	0,2	---	---	1	0,2
Cocaína	159	27,3	422	72,4	---	---	---	---	2	0,3
Crack	158	27,1	424	72,7	---	---	---	---	1	0,2
Álcool	158	27,1	409	70,2	---	---	2	0,3	14	2,4
Cigarro	94	16,1	223	38,3	---	---	3	0,5	263	45,1
Outras drogas*	153	26,2	423	72,6	---	---	---	---	7	1,2

NOTA: * A categoria "Outras drogas" incluiu: loló, lança perfume, roypinol/thinner, cola, ecstasy, artane (aranha), LSD, Haxixe, e outras. I = Nunca; II = Uma vez na vida a uma vez no ano; III = Uma vez no mês; IV = Uma vez na semana; V = De mais de uma vez na semana a todos os dias.

As figuras de 29 a 35 retratam o consumo de drogas lícitas e ilícitas, tendo como referência as macrorregiões do Estado. Elas denotam que um número significativo de presos informou não fazer uso de substâncias, seja lícita ou ilícita, antes do seu encarceramento. Dentre as substâncias indicadas como consumidas, se destacam o cigarro e a maconha. Comparado

com a cidade de Fortaleza, a referência ao não uso de maconha supera significativamente a indicação de uso – independentemente da frequência – nas demais macrorregiões do Estado.

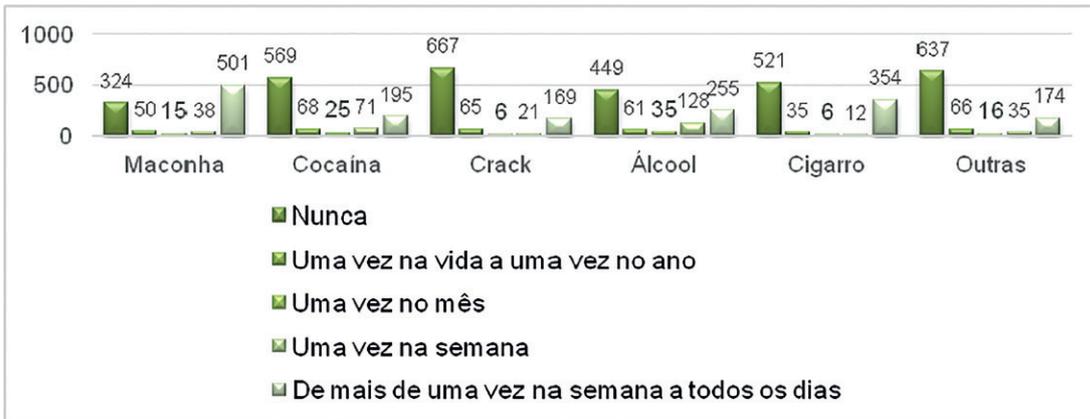


FIGURA 29. FREQUÊNCIA DE USO DE DROGAS ANTES DE SER PRESO NA SER I.

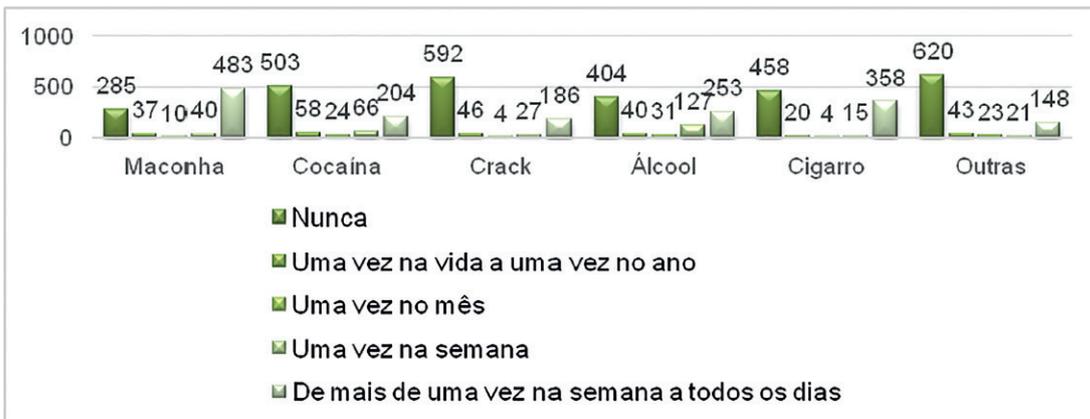


FIGURA 30. FREQUÊNCIA DE USO DE DROGAS ANTES DE SER PRESO NA SER II.

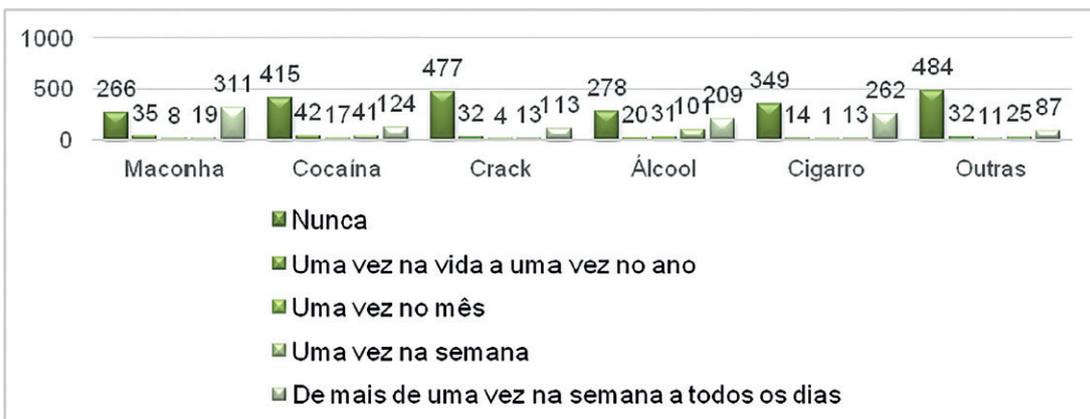


FIGURA 31. FREQUÊNCIA DE USO DE DROGAS ANTES DE SER PRESO NA SER III.

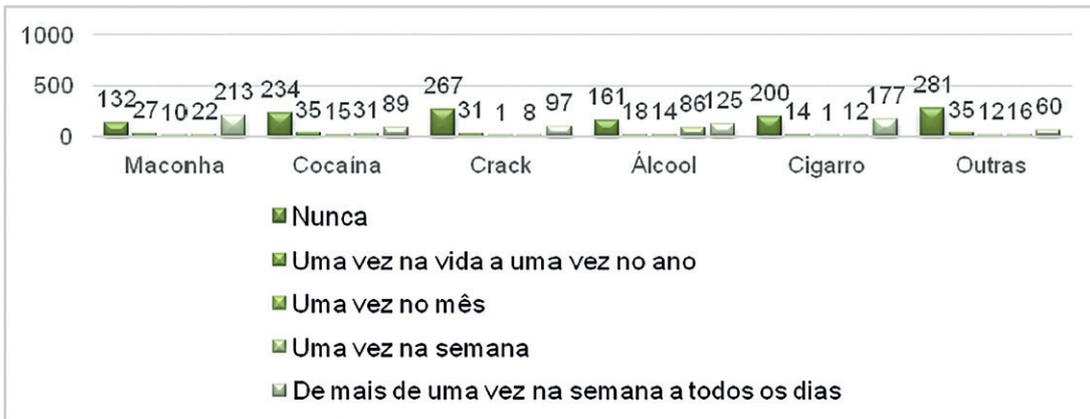


FIGURA 32. FREQUÊNCIA DE USO DE DROGAS ANTES DE SER PRESO NA SER IV.

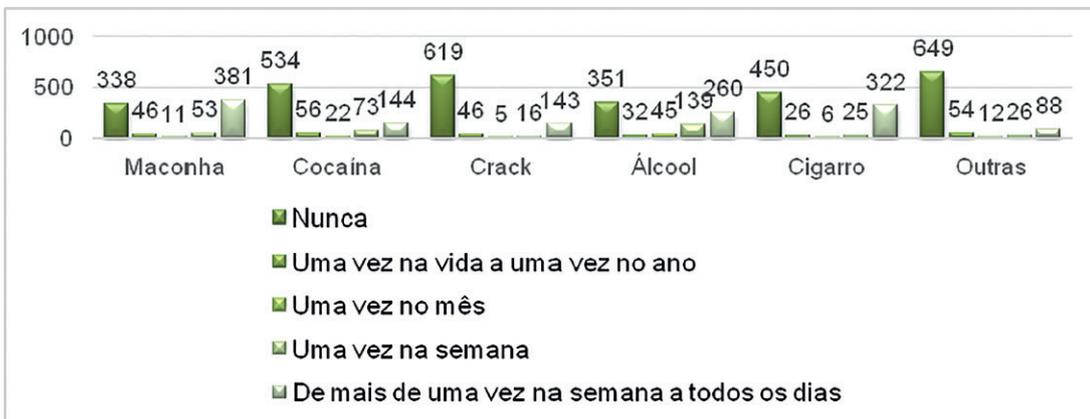


FIGURA 33. FREQUÊNCIA DE USO DE DROGAS ANTES DE SER PRESO NA SER V.



FIGURA 34. FREQUÊNCIA DE USO DE DROGAS ANTES DE SER PRESO NA SER VI.

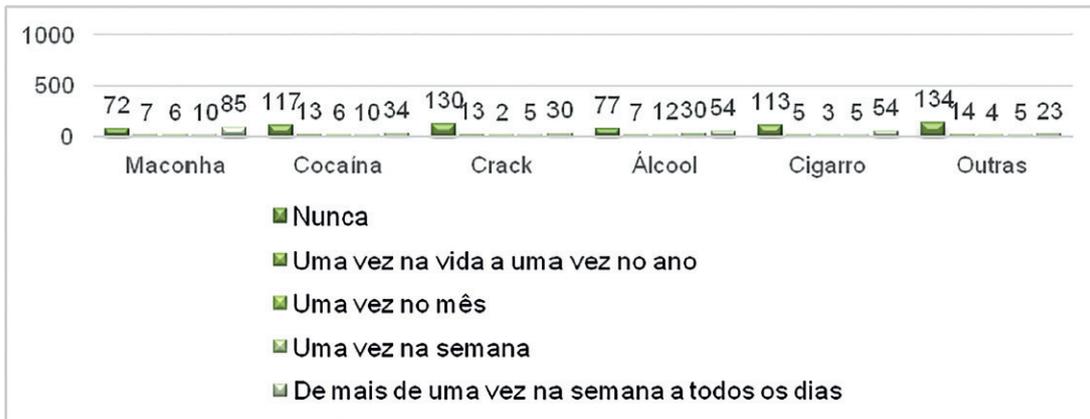


FIGURA 35. FREQUÊNCIA DE USO DE DROGAS ANTES DE SER PRESO NA REGIÃO METROPOLITANA.

Acerca das figuras de 36 a 43, no que se refere a “Caucaia” e “Moradores de rua”, a frequência de usuário de droga foi menor do que dez. As figuras denotam a distribuição de uso de drogas entre os encarcerados de acordo com as SER, área metropolitana e centro da cidade em Fortaleza. Percebe-se que há homogeneidade no consumo, tal como a distribuição apontada na tabela de representação geral. Mais uma vez, o uso de maconha, como droga ilícita, e do cigarro, como droga lícita, se destaca na mesma proporção entre todas as regiões descritas, ressaltando-se, entretanto, o fato de que o uso da maconha, antes do ingresso em prisão por parte dos encarcerados, supera a indicação de “nunca haver consumido”.

Ao analisar a frequência do uso de drogas durante o encarceramento, repetem a perspectiva de homogeneidade entre as macrorregiões do Estado. Ressalta-se, porém, que o consumo de cigarros é alto em todas essas macrorregiões, superando em 50% o número daqueles encarcerados que afirmam não consumir essa substância. Deve também ser ressaltado o fato de que, mesmo estando encarcerados, evidencia-se o consumo de maconha destes em todas as macrorregiões, embora em proporções bem inferiores às aquelas encontradas antes do encarceramento.

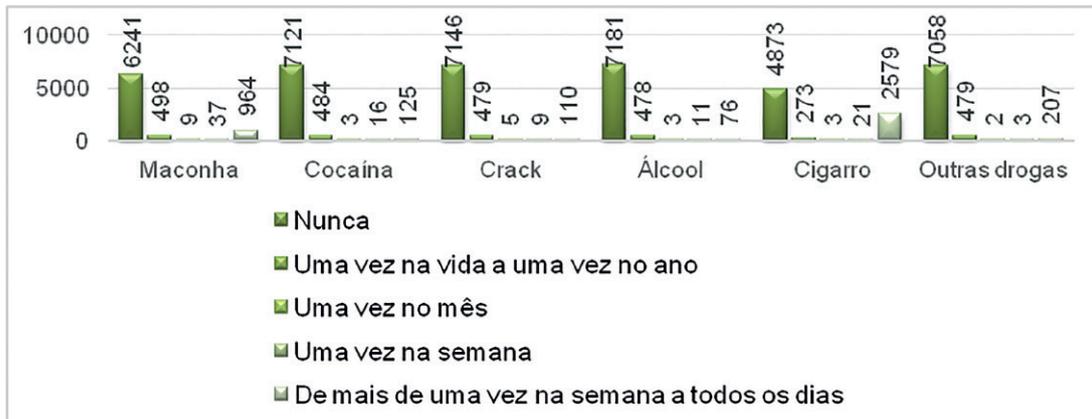


FIGURA 36. FREQUÊNCIA DE USO DE DROGAS ANTES DE SER PRESO NA REGIÃO METROPOLITANA.

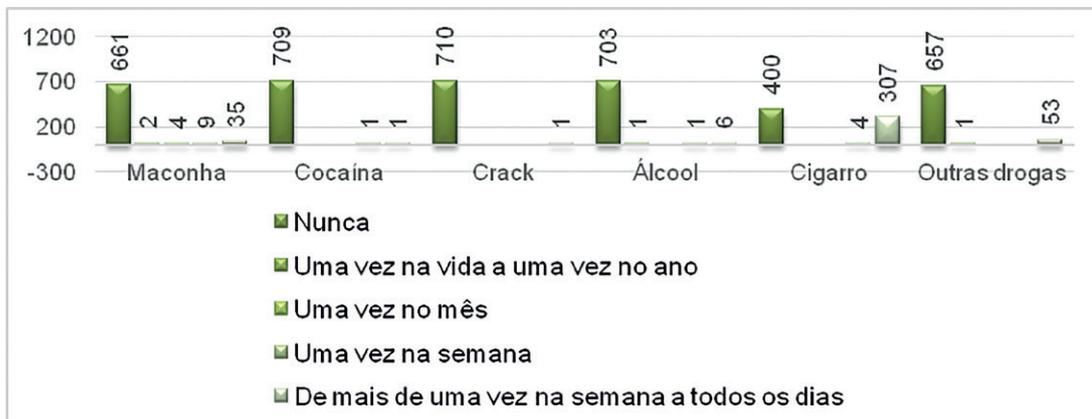


FIGURA 37. FREQUÊNCIA DE USO DE DROGAS ANTES DE SER PRESO NO LITORAL OESTE.

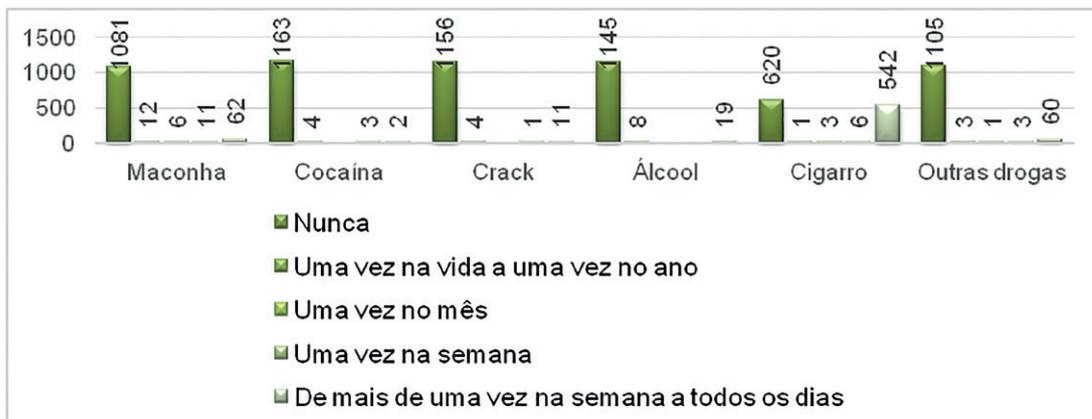


FIGURA 38. FREQUÊNCIA DE USO DE DROGAS ANTES DE SER PRESO EM SOBRAL/IBIAPABA.

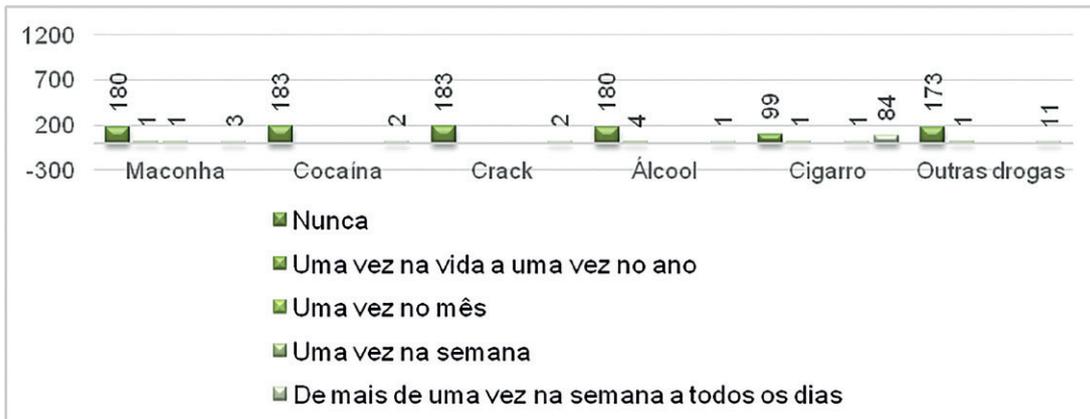


FIGURA 39. FREQUÊNCIA DE USO DE DROGAS ANTES DE SER PRESO NO SERTÃO DOS INHAMUNS.

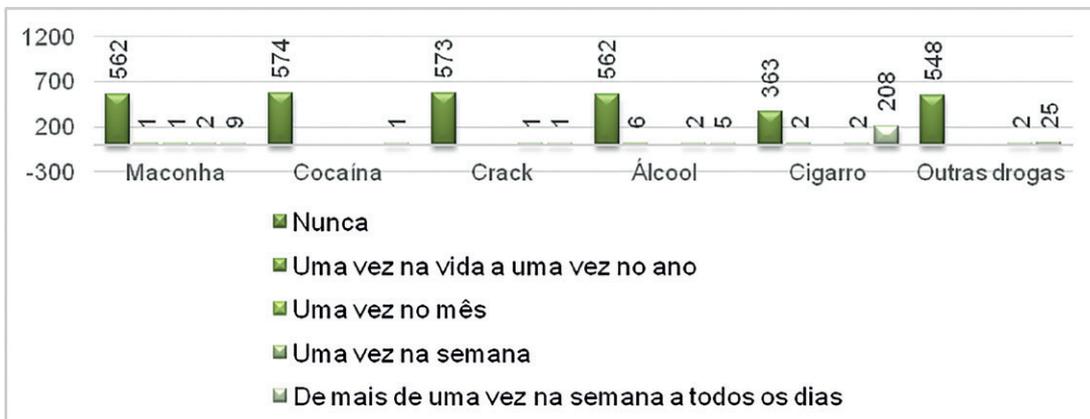


FIGURA 40. FREQUÊNCIA DE USO DE DROGAS ANTES DE SER PRESO NO SERTÃO CENTRAL.

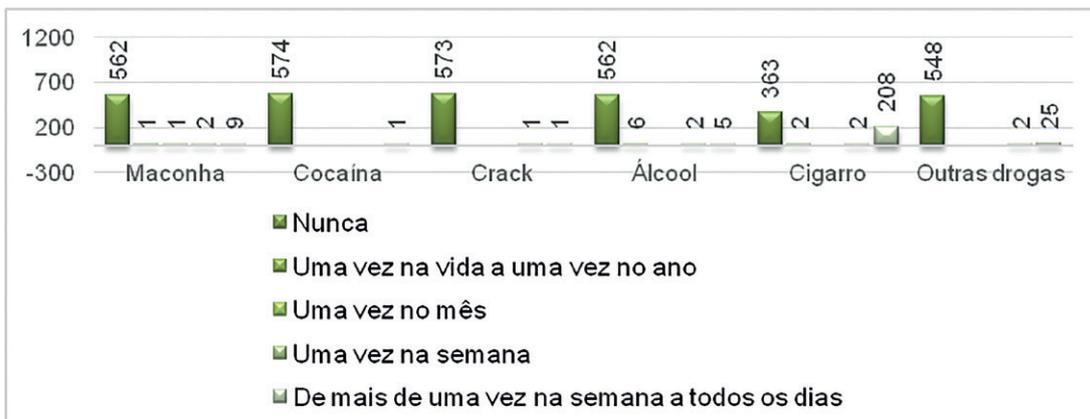


FIGURA 41. FREQUÊNCIA DE USO DE DROGAS ANTES DE SER PRESO NO SERRA DE BATURITÉ.

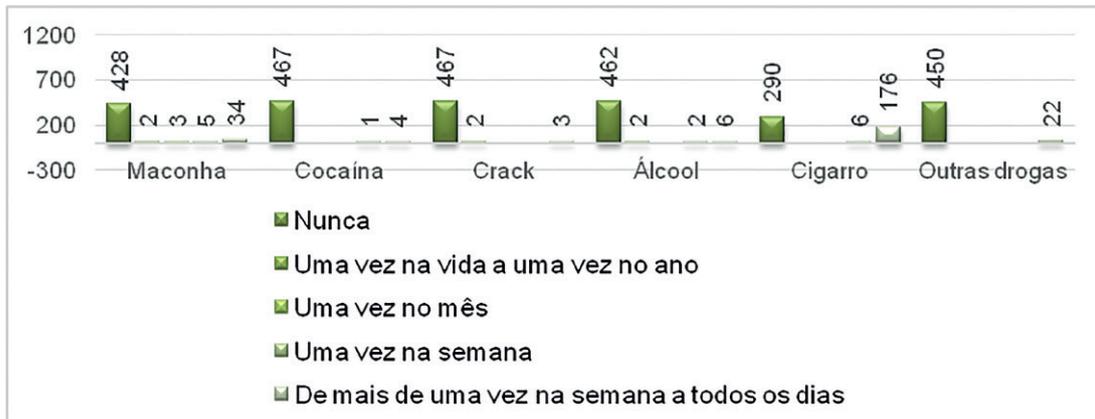
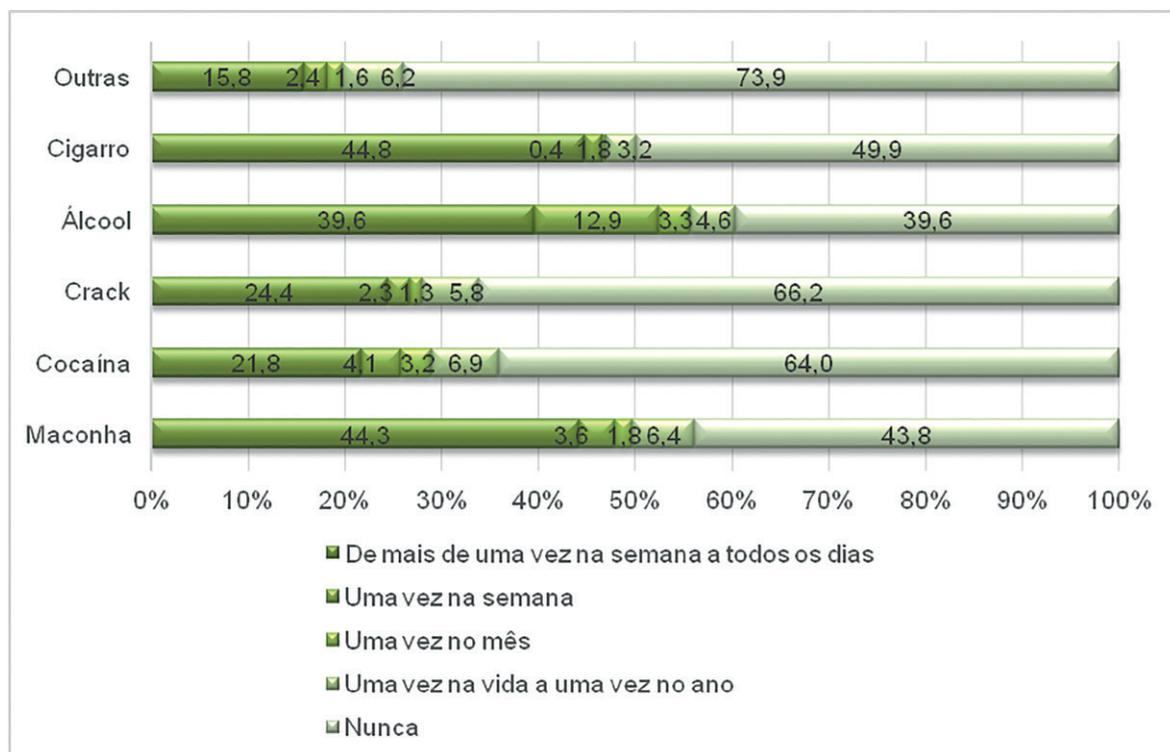


FIGURA 42. FREQUÊNCIA DE USO DE DROGAS ANTES DE SER PRESO NO LITORAL LESTE/JAGUARIBE.



FIGURA 43. FREQUÊNCIA DE USO DE DROGAS ANTES DE SER PRESO NO CARIRI/CENTRO SUL.

A figura 44 descreve a indicação de consumo de drogas lícitas e ilícitas entre os detentos que afirmam serem portadores de transtornos mentais, antes do seu encarceramento. Percebe-se que também aqui o uso de cigarro e maconha, adicionado também do consumo de álcool estão em torno dos 40%, esse último, e próximo aos 45% os dois primeiros.



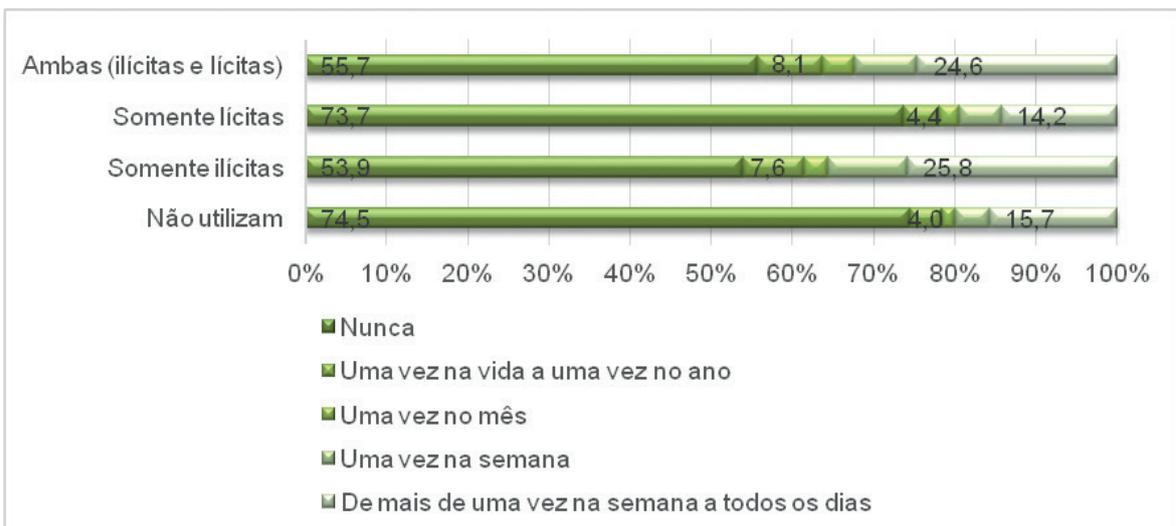
As figuras a seguir apontam a vinculação entre a frequência do uso de drogas e a repercussão no consumo por parte dos encarcerados antes da prisão, descrevendo possíveis influências ou comportamentos de imitação.

A figura 45 aponta para uma elevada incidência de familiares que consomem drogas ilícitas entre os encarcerados que consomem maconha, superando 61%.



Nota: Nesta tabela, foram apresentados apenas os valores das três frequências de consumo de drogas mais recorrentes.

FIGURA 45. FAMILIARES QUE CONSOMEM DROGAS E CONSUMO DE MACONHA PELOS DETENTOS ANTES DE SER PRESO.

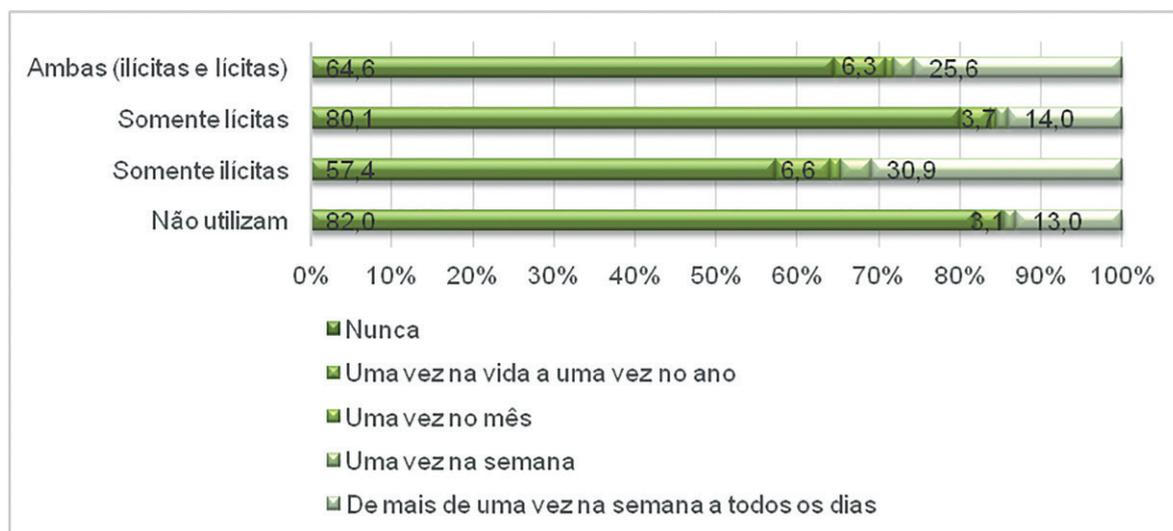


Nota: Nesta tabela, foram apresentados apenas os valores das três frequências de consumo de drogas mais recorrentes.

FIGURA 45. FAMILIARES QUE CONSOMEM DROGAS E CONSUMO DE COCAÍNA PELOS DETENTOS ANTES DE SER PRESO.

As figuras 47, 48, 49 e 50 indicam a relação entre o consumo, por parte de familiares, de drogas lícitas, ilícitas e álcool e o comportamento de consumo por parte dos entrevistados de algumas dessas substâncias (as mais representativas, segundo os próprios entrevistados), a saber, consumo de crack (47), consumo de álcool (48), consumo de cigarros (49) e consumo de outros tipos de drogas (50). Observa-se, porém, que há um padrão

constante da incidência de consumo de todas essas substâncias por parte dos familiares em relação ao padrão de consumo dos encarcerados, não havendo uma relação que aponte para um perfil de influência que vincule o tipo de consumo familiar e o tipo de consumo dos encarcerados.



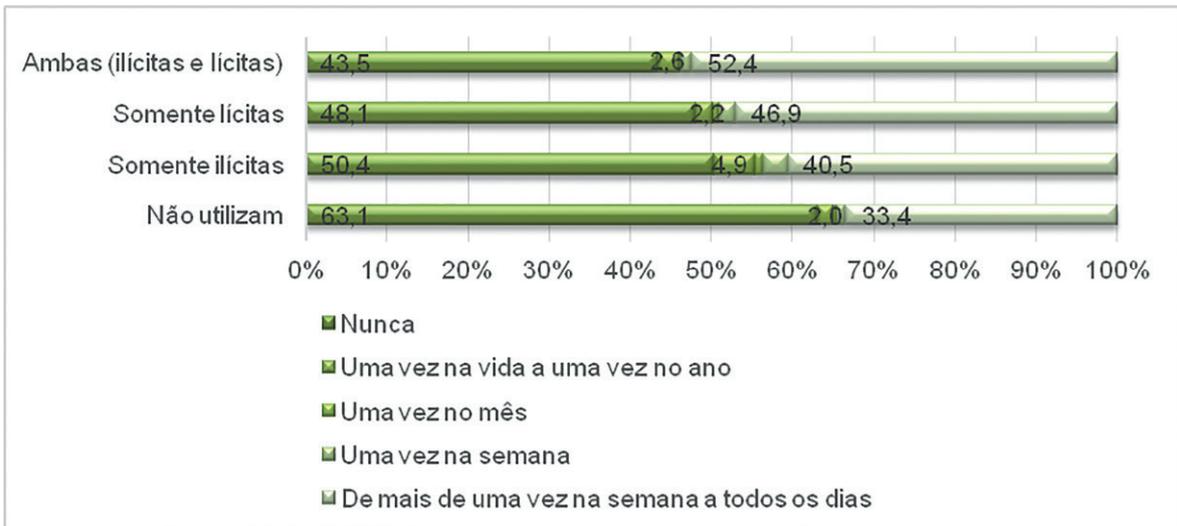
Nota: Nesta tabela, foram apresentados apenas os valores das três frequências de consumo de drogas mais recorrentes.

FIGURA 47. FAMILIARES QUE CONSOMEM DROGAS E CONSUMO DE CRACK PELOS DETENTOS ANTES DE SER PRESO.



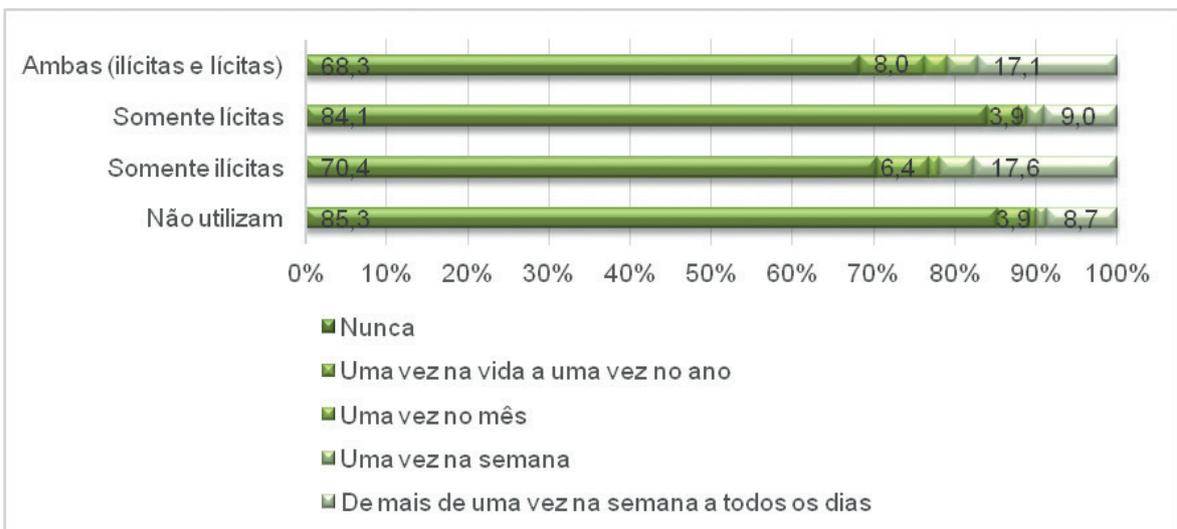
Nota: Nesta tabela, foram apresentados apenas os valores das três frequências de consumo de drogas mais recorrentes.

FIGURA 48. FAMILIARES QUE CONSOMEM DROGAS E CONSUMO DE ÁLCOOL PELOS DETENTOS ANTES DE SER PRESO.



Nota: Nesta tabela, foram apresentados apenas os valores das três frequências de consumo de drogas mais recorrentes.

FIGURA 49. FAMILIARES QUE CONSOMEM DROGAS E CONSUMO DE CIGARRO PELOS DETENTOS ANTES DE SER PRESO.



Nota: Nesta tabela, foram apresentados apenas os valores das três frequências de consumo de drogas mais recorrentes.

FIGURA 50. FAMILIARES QUE CONSOMEM DROGAS E CONSUMO DE OUTRAS DROGAS PELOS DETENTOS ANTES DE SER PRESO.

9.8. Questões específicas sobre HGSPPOL e IPGSG

No Instituto Psiquiátrico Governador Stênio Gomes (IPGSG) não foi possível utilizar a contento os instrumentos de pesquisa aplicados no restante das unidades, em decorrência de ser uma unidade psiquiátrica. As entrevistas, quando efetivadas, foram realizadas exclusivamente pelos psicólogos.

De qualquer modo, foram coletados os dados de todos os que estavam internados para se proceder ao recadastramento. Entrevistaram-se também os funcionários da unidade.

O Instituto psiquiátrico também recebe presos com surtos em decorrência da utilização de drogas ilícitas, permanecendo na unidade para desintoxicação, por um período em torno de sete a 15 dias.

Foi relatado pelos funcionários que a maioria das famílias não visita os internos e que alguns presos já cumpriram sua pena, entretanto, não deixam a unidade porque não têm para onde ir. Pelo fato de terem cometido crimes contra algum familiar, não são aceitos pelos demais parentes.

Dos 76 detentos no IPGSG, 60 estão ali por mais de um mês. Dentre estes, 31 (51,7%) cometeram crimes Contra a Pessoa. Destaca-se que, destes 31, 27 (74,2%) cometeram homicídios.

Não existem mulheres no Instituto Psiquiátrico (IPGSG) e no Hospital Geral (HGSPPOL). Das 426 mulheres no IPF e das 151 mulheres em cadeias públicas, 55 (12,9%) e 21 (13,9%) afirmaram ter transtornos mentais, respectivamente.

A população encarcerada no Hospital Geral e Sanatório Penal Professor Otávio Lobo (HGSPPOL) à época da pesquisa perfazia um total de 36 homens. Destes, um (2,8%) afirmou ter AIDS, treze relataram estar se tratando de tuberculose e o restante realizando tratamentos de várias patologias ou convalescendo de alguma cirurgia.

10. AS PRISÕES DO CEARÁ

Ainda que o foco primordial deste trabalho estivesse centrado na descrição do perfil do encarcerado, é impossível dissociá-lo do contexto que o abriga. Talvez as prisões sejam a parte mais visada das críticas que se efetivam ao sistema penitenciário, não só no Estado, mas também de um modo geral no país. As inserções de uma reflexão desses espaços de encarceramento adquirem aqui uma perspectiva mais contingencial de articulação com a parcela de territorialização para estabelecer o perfil do preso. É sob essa óptica que se traz essa análise.

O contato diário, pelo período de um ano, com agentes prisionais e detentos, e muitas vezes com familiares dos entrevistados, nas unidades prisionais cearenses, autorizam a se descrever a realidade das prisões cearenses.

A maioria das unidades prisionais do Estado abriga um número de detentos superior à sua capacidade. Em sua consequência, nestes ambientes, a superlotação na maioria das vezes é comum, bem assim as condições deficientes de infraestrutura. Principalmente os homens recolhidos sofrem com esta situação. Em relação às mulheres, as condições de abrigo são melhores. Também para elas, além do trabalho, são oferecidos mais cursos profissionalizantes, ademais de contar com mais projetos realizados pela sociedade civil, além, dos religiosos.

Dentro das celas, encontram-se símbolos e vestígios de uma tentativa por parte do que está isolado de manter um tênue fio com a sociedade que os tenta alijar. Observam-se afixadas nas paredes páginas de revistas com fotografias, nomes de familiares ou ente queridos, versículos bíblicos, frases de incentivo, nomes de baixo calão, riscos com a contagem dos dias ali passados. Também é comum encontrar um televisor.

A oferta de vagas para trabalho nas unidades prisionais é insuficiente ante o contingente populacional encarcerado, conseqüentemente, a ociosidade predomina.

O fato do número de presos provisórios ser maior do que o de apenados aumenta as dificuldades para a SEJUS manter preenchidas as vagas para a escolarização nas unidades.

É interessante ressaltar que, nas unidades interioranas, principalmente em cadeias públicas e distritos policiais, há um entrosamento entre os agentes prisionais ou ad hoc e os policiais militares. O trabalho é feito em

verdadeira parceria. Isto não ocorre na maioria das unidades da Região da Metropolitana de Fortaleza. Nestas, percebem-se quase sempre relações conflituosas entre as duas categorias.

No interior, as cadeias e distritos policiais, na maioria das vezes, não possuem um local específico para a escola; então, as professoras bravamente tentam alfabetizar seus alunos pelo lado externo das celas, o que compromete o aprendizado, pois, enquanto ela está verificando a tarefa passada ou explicando algo, a maioria está conversando na cela ou assistindo a televisão.

O cenário encontrado revela uma realidade dura e que ratifica o processo de exclusão de que é vítima essa população. O reconhecimento, por intermédio do Censo, do perfil desse sujeito, das condições de encarceramento e da vivência do cotidiano dessas pessoas pode ser tomado, entretanto, como um esforço do estabelecimento de ações e desenvolvimento de políticas que não façam perdurar historicamente a condição precária dessa população ante a sociedade, que, bem ou mal, integram. Os dados aqui expressos constituem um momento fundamental, mas ainda incipiente diante do potencial que pode proporcionar às instituições que, direta ou indiretamente, atuam junto aos encarcerados. O trabalho precisa ser desdobrado e efetivado, para cumprir, assim, o objetivo precípua de promover a reinserção dessas pessoas.

11. PERFIL DO ENCARCERADO NO ESTADO DO CEARÁ

Quem é o preso do Estado do Ceará? Para se obter respostas a esta indagação, seria imprescindível conhecer e ouvir os que estão encarcerados. E no decorrer de um ano de pesquisa de campo apuraram-se dados que, depois de analisados, possibilitam trazer algumas respostas a esta pergunta. Escuta-los, conversar individualmente com 12.040 (doze mil e quarenta) encarcerados foi uma experiência única, na qual se aprendeu, questionou, passando-se por momentos de temor e outros curiosos, mas o importante é que o resultado desta pesquisa foi constituído dia a dia, com quase toda a população carcerária do Ceará que concordou em falar com as equipes de pesquisa. Por isto, afirma-se que o perfil do detento do Estado foi dito pelo próprio, ressaltando o valor intrínseco da tarefa realizada e inaugurando a possibilidade de dar voz ao sujeito encarcerado.

O universo carcerário referente aos presos recolhidos é constituído principalmente por homens. A idade predominante varia de 22 a 29 anos.

Predominam os brasileiros cearenses, embora se encontrem 59 pessoas de outras nacionalidades. Em Fortaleza e sua Região Metropolitana, principalmente em Maracanaú e Caucaia, concentra-se a maior parte desses encarcerados, enquanto o restante da população carcerária se divide nas macrorregiões pelo interior do Estado. Destacam-se quatro municípios- Sobral, Juazeiro do Norte, Quixadá e Aracati- que possuem maior número em relação à concentração de moradia dos entrevistados.

Em Fortaleza os bairros mais apontados como local de residência foram Messejana, Bom Jardim, Pirambu, Papicu e Praia do Futuro. Quanto ao estado civil, a diferença entre os que afirmam ser solteiros e os que têm um (a) companheiro (a) é reduzida.

No que diz respeito à cor da pele, predominantemente se identificam como não branco e em menor número declaram a cor branca. Essa informação foi coletada por uma escala de identificação da tonalidade da pele.

A maioria professa a religião católica. É sugestivo, entretanto, o número dos que afirmam não ter religião. Também muitos manifestam ser evangélicos, acompanhando a tendência geral de crescimento dessa matriz da população brasileira.

Predominantemente, se reconhecem como heterossexuais e com escolaridade baixa, possuindo, em sua maioria, Ensino Fundamental incompleto.

No que se refere ao núcleo familiar em que foram criados, predomina aquele chefiado pelos pais; no entanto, o núcleo familiar chefiado pela mãe também é bastante significativo. No momento da prisão, a maioria morava com companheiros (as). Quanto ao número de filhos, mais da metade relata ter um ou mais.

Menos da metade adentrou o mundo do crime ainda na adolescência, mas com diferenças significativas de gênero acerca dessa experiência, uma vez que as mulheres percorreram o caminho do crime, em sua maioria, depois de adultas.

No tocante a reentradas, mais da metade dos homens já tinha estado na condição de encarcerado no sistema prisional, preponderando de uma a três vezes essa incidência. Diferentemente dos homens, mais da metade das mulheres refere estar no sistema prisional pela primeira vez.

Entre os que declaram sua situação prisional, quase a metade é constituída por presos provisórios, ou seja, ainda não foram julgados. Este número supera o dos respondentes apenados.

Há uma grande diversidade na tipologia dos crimes cometidos. Entre os homens, destaca-se a predominância dos Crimes Contra o Patrimônio, Contra a Pessoa e Relacionados a Entorpecentes, especificados no Código Penal Brasileiro. As mulheres estão presas, principalmente, pelos crimes relacionados a entorpecentes.

Muitos dos entrevistados são responsáveis por mais de um crime diferente ou da mesma tipologia.

A maioria dos entrevistados do sexo masculino não trabalha nem estuda na prisão. O mesmo ocorre com mais da metade das mulheres. Grande parte não estava estudando quando foi recolhido, o que se pode inferir ser em decorrência de se encontrarem fora da faixa etária tradicionalmente vinculada a escolarização acima de 21 anos, ou pelo fato de, ao haver concluído o Ensino Fundamental, não buscarem mais a educação formal.

Também se infere que a ausência da escolarização não os preparou para o mercado formal de trabalho, conseqüentemente, mais da metade desta população estava inserida no mercado informal em diversas atividades. Destaca-se o fato de que mesmo com esse perfil de inserção pregresso, a quase totalidade revelou que pretende trabalhar ao término da pena, pressupondo o retorno à sociedade.

No que diz respeito à assistência jurídica, importante parcela dos que estão custodiados afirma não a ter. O restante dos presos informa receber

assistência da Defensoria Pública e advogados particulares. Em algumas regiões do Estado, o acompanhamento de seus processos por advogados particulares supera os que estão com a Defensoria Pública.

Há uma grande concentração dos encarcerados em faixas de renda baixas, independentemente do gênero. Tal constatação é respaldada por um perfil significativo de concentração deles em ocupações de baixa qualificação e baixos rendimentos, que se agravam pelo pouco histórico de escolaridade e profissionalização.

Um pouco mais da metade dos aprisionados não recebe visitas. Nesta situação, as mulheres, expressivamente, são as que menos recebem visitas de companheiros (as) ou parentes.

Dentre os que recebem, informam que há predominância das mães e uma baixa frequência de visita dos pais, entretanto, os que recebem visitas indicam que as companheiras são expressivamente mais presentes.

Quando se trata do uso de drogas ilícitas por parte dos familiares dos respondentes, alguns declaram que estes utilizam.

De maneira geral a droga ilícita mais consumida antes do encarceramento é a maconha e as lícitas são o álcool e cigarro.

Na prisão a droga lícita mais consumida é o cigarro e a ilícita a maconha. Observou-se que, entre os usuários encarcerados que utilizam maconha, os familiares denotam índice alto de consumo de drogas ilícitas.

No que se refere ao tratamento de saúde mental, em todas as regiões do Estado, os detentos na sua maioria informaram não necessitar de tratamento. A maioria dos pesquisados garante não ter algum tipo de transtorno mental/psicológico.

Um pouco mais da metade dos que estão recolhidos nas unidades prisionais não contraíram doenças na prisão. Os encarcerados do gênero masculino informam adoecer mais do que as mulheres.

A maioria dos entrevistados não procura ou não tem acesso aos serviços de saúde nas unidades prisionais. As mulheres informam maior acesso a este serviço do que os homens, bem como procuram mais por este atendimento.

Com relação às doenças sexualmente transmissíveis a maioria dos encarcerados declara não possuir nenhuma das enfermidades.

A maioria dos recolhidos assevera não ter sofrido violência nas unidades prisionais; no entanto, ressalta-se que os que foram vítimas de violência apontam com maior frequência os detentos como agressores.

As mulheres indicam índice mais significativo de “vitimização” por parte de outras detentas. É interessante frisar que os respondentes consideram como violência a que diz respeito ao aspecto físico. Não entendem como violência, a de perfil psicológico.

Os detentos que estão em cadeias públicas no interior do Ceará relatam forte temor em relação à transferência para alguma unidade da Capital. Assinalam que, se vierem para Fortaleza e Região Metropolitana, ficarão sem contato sistemático com as famílias, além de considerarem a convivência em unidades maiores como bem mais conflituosa.

A descrição do quadro anterior permite acentuar que, em linhas gerais, este é o perfil dos homens e mulheres encarcerados do Ceará. Nesta análise, constam dados descritivos de base quantitativa, entretanto, a busca por compreender quem é este preso, necessariamente, conduz a buscar um olhar voltado para a totalidade. O preso do Ceará também é alguém permeado de contradições, que sofre a ausência dos familiares e amigos, convive com a solidão, anseia por uma visita, têm consciência do forte preconceito que sofre da sociedade e sabe que, mesmo ao cumprir a pena recebida, será estigmatizado, se arrepende de seus crimes ou diz que não está arrependido, mas principalmente que quer ter dignidade na prisão. São pessoas que afirmam “eu não sou mais um cidadão”. Quantas vezes ao se ouvirmos isto se pergunta: e quando em sua trajetória de vida o foi?

Certamente, se possível, reescreveriam suas histórias.

ANEXOS

ANEXO I – Organização dos crimes pela tipologia do Código Penal

Crimes Contra a Pessoa

- Homicídio Simples (Art 121, caput)
- Homicídio Qualificado (Art 121, Parágrafo 2º)
- Seqüestro e Cárcere Privado (Art 148)

Crimes Contra o Patrimônio

- Furto Simples (Art 155)
- Furto Qualificado (Art 155, Parágrafo 4º e 5º)
- Roubo Simples (Art 157)
- Roubo Qualificado (Art 157, Parágrafo 2º)
- Latrocínio (Art 157, Parágrafo 3º)
- Extorsão (Art 158)
- Extorsão Mediante Seqüestro (Art 159)
- Apropriação Indébita (Art 168)
- Apropriação Indébita Previdenciária (Art 168-A)
- Estelionato (Art 171)
- Receptação (Art 180)
- Receptação Qualificada (Art 180, Parágrafo 1º)

Crimes Contra os Costumes

- Estupro (Art 213)
- Atentado Violento ao Pudor (Art 214)
- Corrupção de Menores (Art 218)
- Tráfico Internacional de Pessoas (Art 231)
- Tráfico Interno de Pessoas (Art 231-A)

Crimes Contra a Paz Pública

- Quadrilha ou Bando (Art 288)

Crimes Contra a Fé Pública

- Moeda Falsa (Art 289)
- Falsidade Ideológica (Art 299)
- Falsificação de Papéis, Selos, Sinal e Documentos Públicos (Art 293 à 297)
- Uso de Documento Falso (Art 304)

Crimes Contra a Administração Pública

- Peculato (Art 312 e 313)
- Concussão e Excesso de Exação (Art 316)
- Corrupção Passiva (Art 317)

Crimes Praticados Por Particular Contra a Administração Pública

- Corrupção Ativa (Art 333)
- Contrabando ou Descaminho (Art 334)

Legislação Específica

- Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069, de 13/01/1990)
- Genocídio (Lei 2.889 de 01/10/1956)
- Crimes Contra o Meio Ambiente (Lei 9.605 de 12/02/1998)
- Crimes de Tortura (Lei 9.455 de 07/04/1997)
- Lei Maria da Penha - Violência Contra a Mulher (Lei 9.605 de 11.340 de 07/08/2006)

Entorpecentes (Lei 6.368/76 e Lei 11.343/06)

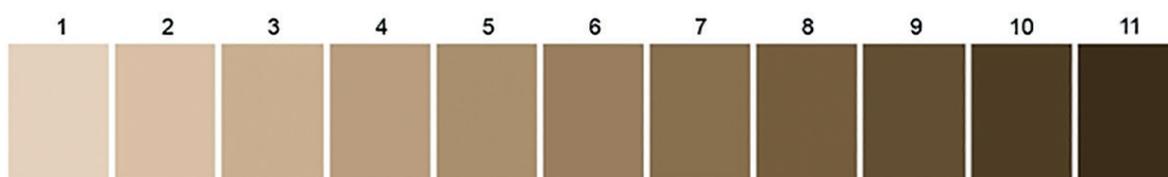
- Tráfico de Entorpecentes (Art. 12 da Lei 6.368/76 e Art. 33 da Lei 11.343)
- Tráfico Internacional de Entorpecentes (Art. 18 da Lei 6.368/76 e Art. 33)

Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826, de 22/12/2003)

- Porte Ilegal de Arma de Fogo de Uso Permitido (Art. 14)
- Disparo de Arma Fogo (Art. 15)
- Comércio Ilegal de Arma de Fogo (Art. 17)
- Posse ou Porte Ilegal de Arma de Fogo de Uso Restrito (Art. 16)
- Tráfico Internacional de Arma de Fogo (Art. 18)

Outros tipos de crime:

ANEXO II – Escala de gradientes de cores da pele





UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Justiça e Cidadania